

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**ANTONIO VIANEZ DA COSTA**

**O USO DOS OPERADORES *MAS* E *EMBORA* NOS TEXTOS  
ARGUMENTATIVOS DE DISCENTES DA 3ª SÉRIE DO ENSINO  
MÉDIO**

**MANAUS**

**2015**

**ANTONIO VIANEZ DA COSTA**

**O USO DOS OPERADORES *MAS E EMBORA* NOS TEXTOS  
ARGUMENTATIVOS DE DISCENTES DA 3ª SÉRIE DO ENSINO  
MÉDIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos da Linguagem

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Sandra Campos

**MANAUS**

**2015**

*À minha eterna esposa, Aldenira de Carvalho  
Caetano Costa, por suportar, sabiamente, meus  
momentos de angústia e de silêncio para concluir esta  
dissertação.*

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837u COSTA, Antonio Vianez da  
O uso dos operadores mas e embora nos textos argumentativos de discentes da 3.<sup>a</sup> série do Ensino Médio / Antonio Vianez da COSTA. 2015  
147 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Maria Sandra CAMPOS  
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Operadores argumentativos. 2. Mas e embora. 3. Valores adversativos. 4. Valores concessivos. I. CAMPOS, Maria Sandra II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor das coisas visíveis e invisíveis, essência da sabedoria, que me conduziu no caminho do conhecimento.

A meus pais, primeiros mestres da minha vida, pelas orientações de que o conhecimento liberta e rompe preconceitos.

À minha orientadora, Professora Doutora Sandra Campos, pelas valiosas intervenções e apoio na construção deste trabalho.

Aos discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste, pela produção do *corpus* desta dissertação.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas, pelas substanciais contribuições no aprofundamento acerca das multifaces linguísticas.

À secretária do PPGL, Angélica Gonçalves, pela delicadeza no atendimento.

À FAPEAM, pelo financiamento desta pesquisa.

À prezada Luciene Silva, pelo prestimoso serviço de tradução do Resumo.

A todos, o meu eterno obrigado!

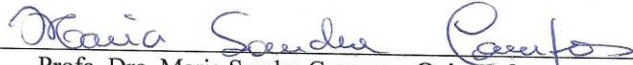
DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Universidade Federal do Amazonas  
Programa de Pós-Graduação em Letras

ANTONIO VIANEZ DA COSTA

““O uso dos operadores *mas* e *embora* nos textos argumentativos de discentes da 3ª série do ensino médio””

Banca Examinadora:




---

Profa. Dra. Maria Sandra Campos - **Orientadora**  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM



---

Profa. Dra. Ediene Pena Ferreira - **Membro**  
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA



---

Prof. Dr. Sergio Augusto Freire de Souza - **Membro**  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

---

Prof. Dr. Orlando da Silva Azevedo - **Suplente**  
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

---

Profa. Dra. Silvana Andrade Martins - **Suplente**  
Universidade do Estado do Amazonas – UFAM

COSTA, Antonio Vianez da. **O uso dos operadores *mas* e *embora* nos textos argumentativos de discentes da 3ª série do Ensino Médio**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado Letras) – Universidade Federal do Amazonas.

## RESUMO

Nesta dissertação, investiga-se o uso dos operadores *mas* e *embora* nos textos argumentativos de discentes da 3ª série do Ensino Médio. Este estudo objetiva examinar a trajetória desses dois articuladores textuais, bem como o desdobramento dos valores adversativos e concessivos que expressam. Para isso, tem-se uma pesquisa com abordagem *qualitativa*, natureza *documental* e modalidade pautada a *análise de conteúdo*, fundamentada no Funcionalismo Linguístico, com auxílio da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa. Os resultados obtidos mostraram equilíbrio no número de ocorrências (trinta e nove *mas* e quarenta *embora*), no *corpus*. Também, na construção com *negação de inferência*, houve proximidade de casos (dezenove *mas* e quinze *embora*). Por outro lado, evidenciou-se uma discrepância no número de ocorrências do *contraste*, com três ocorrências para *mas* e vinte e cinco para *embora*. Com os valores semântico-argumentativos de *mas*, teve-se algo semelhante: oito ocorrências para *masSN* e vinte e sete para *masPA*. Na análise empreendida, verificou-se que o sentido dos operadores pesquisados, além dos significados construídos pelos aspectos sintáticos e semânticos, atrela-se à necessidade comunicativa do escritor/leitor. Assim, se a intenção é a estratégia do suspense, opta-se pelo raciocínio adversativo (*mas*), se pela estratégia de antecipação, elege-se o raciocínio concessivo (*embora*).

Palavras-chave: Operadores argumentativos. Mas e embora. Valores adversativos. Valores concessivos.

COSTA, Antonio Vianez da. **The use of operators *but* and *although* in students' argumentative texts of the 3<sup>rd</sup> grade of High School**. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas.

### ABSTRACT

This dissertation, investigates the use of operators *but* and *although* in students' argumentative texts of the 3<sup>rd</sup> grade of high school. This study aims to examine the route of these textual articulators as well as their deployment adversative and concessive values expressed by them. For this reason, there is a research with *qualitative* approach, nature *documentary* and modality based on *content analysis*, grounded on Linguistic Functionalism, with the help of Textual Linguistic and Semantic Argumentative. The results showed a balance in the number of occurrences (thirty-nine *but* and forty *although*), in the *corpus*. In construction also with negative inference, there were imminence cases (nineteen *but* and fifteen *although*). On the other hand, was evidenced a discrepancy in the number of occurrences of the *contrast*, three occurrences to *but* and twenty-five to *although*. But as argumentative semantic values there was something similar: eight occurrences to *butSN* and twenty-seven to *butPA*. It was found that the meaning of the operators researched on this analysis, besides the meaning made by syntactic and semantic aspects, put to communicative necessity of writer/reader. So, if the intention is the thriller strategy, (*but*) is chosen to adversarial reasoning, by the anticipation strategy, (*although*) is elected as concessive reasoning.

Key words: Argumentative operators. But and although. Adversative values. Concessive values.



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Adversativas do Latim e do Português.....	19
Quadro 2: Unidirecionalidade e Processo de Gramaticalização.....	31
Quadro 3: Correlação entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de onstituente.....	33
Quadro 4: Principais diferenças entre a atuação da metáfora e da metonímia.....	34
Quadro 5: Construção concessiva (subordinada).....	73
Quadro 6: Frequência dos operadores <i>mas</i> e <i>embora</i> no <i>corpus</i> .....	90
Quadro 7: Paráfrase com os operadores <i>mas</i> e <i>embora</i> .....	102
Quadro 8: Posição sintática dos operadores <i>mas</i> e <i>embora</i> no <i>corpus</i> .....	105
Quadro 9: Valores semânticos do operador <i>mas</i> .....	110
Quadro 10: Valores semânticos do operador <i>embora</i> .....	113
Quadro 11: Valores semântico-argumentativos do operador <i>mas</i> .....	115

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>19</b>
<b>1 AS CONJUNÇÕES ADVERSATIVAS E CONCESSIVAS DO LATIM.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 As conjunções adversativas e concessivas do Português Arcaico.....</b>	<b>22</b>
1.1.1 As adversativas.....	22
1.1.2 As concessivas.....	26
<b>1.2 A gramaticalização como processo de mudança linguística.....</b>	<b>28</b>
1.2.1 O processo de gramaticalização dos operadores <i>mas</i> e <i>embora</i> .....	35
1.2.2 A gramaticalização de <i>mas</i> .....	35
1.2.3 A gramaticalização de <i>embora</i> .....	38
<b>1.3 Os conectores <i>mas</i> e <i>embora</i> sob o enfoque da Gramática Tradicional.....</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>46</b>
<b>2 FUNCIONALISMO, LINGUÍSTICA TEXTUAL E SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA.....</b>	<b>46</b>
<b>2.1 Breve visão acerca do Funcionalismo em Linguística.....</b>	<b>46</b>
<b>2.2 Linguística Textual: da análise transfrástica ao contexto.....</b>	<b>51</b>
2.2.1 As fases de constituição da Linguística Textual.....	52
2.2.2 Fatores de Textualidade.....	59
<b>2.3 Os operadores argumentativos no âmbito da coesão e da coerência textuais.....</b>	<b>62</b>
2.3.1 Funcionamento dos operadores <i>mas</i> e <i>embora</i> : semelhanças e diferenças de sentido....	70
2.3.2 Outras possibilidades de sentido dos operadores <i>mas</i> e <i>embora</i> .....	77
<b>2.4 Valores de <i>mas</i> a partir da Semântica Argumentativa.....</b>	<b>83</b>
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>88</b>
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>88</b>
<b>3.1 O <i>corpus</i>.....</b>	<b>89</b>
<b>3.2 Análise do <i>corpus</i>.....</b>	<b>90</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>120</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

Neste espaço, faço um preâmbulo como forma de fundamentar a escolha do tema que será abordado nesta dissertação.

Desde 2001, ano de ingresso como docente pela Secretaria de Estado da Educação do Amazonas - SEDUC/AM, ministro Língua Portuguesa a discentes do Ensino Médio. No primeiro ano da atividade docente, no Colégio Militar da Polícia Militar de Manaus, tive o privilégio de lecionar a disciplina acima citada a estudantes da 1ª e 2ª séries do Ensino Médio, momento em que comecei, juntamente com eles, a discutir os tipos descritivos e narrativos, realizações textuais inerentes ao programa curricular das séries citadas. Nessas tipologias de texto, passei a observar a conexão entre as informações mediadas pelos conectores coordenativos e subordinativos e percebi que, em algumas construções, o uso dos sinalizadores coesivos não apresentava a ideia prescrita pela tradição gramatical.

A partir de 2002, com extensão até 2009, passei a desenvolver as atividades de ensino à 3ª série do Ensino Médio, com o tipo textual dissertativo-argumentativo, cuja finalidade era a apreensão de mecanismos para expor as ideias de forma clara, objetiva, coesa e coerente, e a defesa consistente de um ponto de vista. Na análise das produções, verifiquei o frequente uso dos conectores aditivos, adversativos, explicativos, conclusivos, causais, condicionais e concessivos, sendo os adversativos e concessivos os de maior ocorrência, como aponta o fragmento extraído do texto de um discente: *Os que se opõem a essa pena, embora reconheçam a crueldade de muitos crimes, acreditam que qualquer pessoa tem recuperação, mas é preciso que família e estado atuem juntos.*

De 2010 até a atualidade, leciono Produção Textual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste<sup>1</sup>, doravante IFAM/CMZL, também com a 3ª série do Ensino Médio e, nas produções argumentativas, tenho observado a utilização constante dos encadeadores adversativos e concessivos, em especial *mas* e *embora*, com o sentido de contraste, na maioria dos casos, e, em outros, expressando sentidos diversificados, conforme os excertos retirados do texto de um discente: *Embora nossa geração não seja contemporânea dessas décadas, podemos perceber (...) como era comprometida, com o progresso humano e social, grande parte dos compositores desse período (...)o mercado não está muito interessado em qualidade musical, mas sua preocupação limita-se à vendagem de discos com letras voltadas à vulgaridade(...).*

---

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste IFAM/CMZL. Recebeu essa denominação com a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Por isso, nesta pesquisa, analiso o uso dos **operadores argumentativos** *mas e embora* nos textos argumentativos de discentes da 3ª série do Ensino Médio do IFAM/CMZL. Conforme Fiorin & Savioli (1996), esses conectores não só ligam as partes do texto, como também indicam uma relação semântica (...) de oposição, entre outras, que expressam uma dada função argumentativa no texto. Ao escrever, urge que se use o conector adequado ao que se pretende exprimir, visando à elaboração da argumentação.

É com essa perspectiva que esses discentes, além dos estudos técnicos que desenvolvem, buscam preparar-se para o concurso vestibular e, nesse sentido, defender um ponto de vista sobre o tema e apontar soluções aos problemas apresentados são características da dinâmica argumentativa que, sem dúvida, ampara-se também nas relações desses encadeadores textuais.

Para uma melhor condução da pesquisa, foram formuladas as seguintes questões: Por que os operadores *mas e embora* assemelham-se no plano do sentido? O que leva esses articuladores a se apresentarem com outros valores semânticos nos textos de discentes da 3ª série do Ensino Médio?

A hipótese referente às questões levantadas pode ser assim sintetizada: i) no primeiro caso, pode-se afirmar que a relação entre o pensamento adversativo e concessivo é estreita, pois em ambas as construções, geralmente, presencia-se a ideia de “contrário à expectativa”, fato esse que pode ser reforçado por meio da comparação entre enunciados paralelos; ii) no segundo, consideram-se relevantes a flexibilidade de categorização desses dois elementos, desde a origem, a dinamicidade pela qual passa a língua, além do estudo quase sempre classificatório, sem o aprofundamento da função desses operadores.

Como justificativa, apresento a relevância dos operadores *mas e embora* no plano da comunicação, pois são elementos significativos, geralmente indicadores de contraste, aspecto frequente na argumentação. Além disso, no universo da oposição, esses operadores possuem peculiaridades na organização da tessitura textual, uma vez que funcionam não só como conectores, mas também como direcionadores a um argumento.

Por outro lado, verifiquei, nos textos dos discentes da 3ª série do Ensino Médio, tanto o contraste resultante desses articuladores textuais, quanto outras possibilidades de sentido, o que me levou a investigar o seu uso, considerando, também, a construção da coesão e da coerência em suas múltiplas faces.

Quanto ao objetivo geral, pretende-se investigar a trajetória dos operadores argumentativos *mas e embora*, bem como o teor contrastivo de tais operadores, em relação ao enunciado anterior/posterior, considerando, também, outras relações de sentido possíveis nos textos argumentativos dos discentes da 3ª série do Ensino Médio. Referente aos objetivos

específicos, intenciona-se: a) identificar, nos textos argumentativos desses discentes, a presença dos operadores *mas* e *embora*, observando o contraste oracional e textual sinalizado por eles, bem como a ocorrência da coesão e da coerência textual; e b) verificar, nas produções argumentativas escritas desses discentes, outros valores semânticos do *mas* e do *embora*.

No *Capítulo I*, são apresentadas as principais conjunções adversativas e concessivas do latim, por meio das quais geralmente construía-se o pensamento contrastivo, seja esse pensamento orientado pelo princípio adversativo, seja pelo da concessividade. Como conjunções adversativas, tem-se: *sed, verum; autem, vero; at, atqui; tamen, attamen, veruntamen; ceterum* cujas construções latinas, unidas por esses juntores textuais, apresentam similaridade de sentido.

Segundo Almeida (2011), *sed, verum*, com ideia de *mas*, podem ser utilizados para impedir, limitar ou dar continuidade ao que foi expresso anteriormente, com frequência de forma negativa. Outro grupo de conjunções relevante para a escrita latina é o das concessivas que, semelhante ao que ocorre com as adversativas, institui, entre seus enunciados, um sentido de oposição.

Para Azeredo (2000, p. 236), “um conectivo de contraste contribui sempre para que se afirme o contrário daquilo que seria mais plausível ou previsível para a relação entre dois segmentos de um enunciado.” Eis as principais concessivas: *quamquam* (de qualquer modo), *etsi* (e se?), *tametsi* (mesmo se), *etamsi* (e já se), *quamvis* (como queira), *licet, cum* (quando), *ut (ne)*. O elemento *cum* também era bastante utilizada nas realizações concessivas textuais do latim.

Com referência ao uso das conjunções no português arcaico, período que se estende, provavelmente, do século XIII ao XV, Ali (2001) comenta que das várias conjunções que constituíam o idioma latino, poucas ocuparam espaço nas línguas românicas.

No caso dos juntores adversativos, tem-se as formas *porende* e *porém* ambas, inicialmente, com o sentido de “por isso” que, somente na Renascença, após uma notável mudança semântica, e o desaparecimento do termo mais extenso (*porende*), *porém* assume a ideia de “mas”, “apesar disso”, “contudo”. Já o *mas*, oriundo do advérbio latino *magis*, foi usado, por muito tempo, com o valor adverbial e conjuntivo, geralmente realizado com a mesma forma fonética.

Quanto às conjunções concessivas, no período arcaico, não há um grande número desses articuladores na língua portuguesa. Seguem os principais: *pero (que), empero que, macar (que), ainda que, como quer que*. Como acréscimo a essas informações, Ali (2001) afirma que *todavia, contudo, entretanto, ainda assim* são correlatos enfáticos das conjunções concessivas, mas não

se transferem para a oração concessiva. Com isso, o autor quer dizer que, em algumas construções, encontram-se correlações harmônicas em que os elementos adversativos funcionam como ênfase do período encabeçado por um operador concessivo.

Ao referir-se ao operador *todavia*, Votre (1996) assevera que a expressão em destaque tinha, na sua gênese, o sentido de *sempre, constantemente* e que essa ideia de tempo desapareceu, em um processo de gramaticalização pela pressão da informatividade e pela coocorrência sintática, cedendo espaço ao contraste e à concessão, como aponta o exemplo: *E ainda que alguns sejam de obscura geração todavia são venerados e acatados*.

Ainda a respeito do marcador concessivo, tem-se a expressão *embora* que teve, primeiramente, o sentido de se desejar ao visitante, no momento da saída, uma boa viagem, isto é, que ele/ela está indo *em boa hora*. Segundo Guimarães (2007), essa locução só adquiriu o sentido de advérbio e, em seguida, de conjunção, a partir do século XVIII.

Para Dias (1918, p. 104), *mas*, do português arcaico *mais*, “serve de ordinário de designar o que se contrapõe ao que se disse precedentemente ou o restringe”: *E um sonho lhe sorriu/Fugaz, mas amoroso*. Ainda, nas palavras do autor, no caso de contraposição a um membro de negação, *mas* é reforçado com o advérbio *sim*. Por fim, ele afirma que *mas* pode ser omitido, quando há antítese presente por outro modo: *Izabel não buscava coroas, antes as coroas a buscavam a ella* (Vieira, 1885). No tocante às concessivas, a locução adverbial *embora* “contrahida de *em boa hora*, tinha naturalmente lugar, como expressão d’um voto, em frases imperativas e permissivas” (p. 294) e que só depois passou a funcionar como conjunção concessiva.

Apresenta-se, também, a ideia de gramaticalização, processo pelo qual passaram os operadores *mas* e *embora* até se tornarem conjunção e condutores do discurso no texto. Assim, para Meillet (1912, p. 131), a quem se atribui o primeiro uso desse termo, gramaticalização refere-se à “passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical”.

Nesse contexto de transformação lexical, na década de 70, Givón (1971, p. 413) afirma que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”, *slogan* que (1979, p. 208) será alterado para “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem”. Por seu turno, Heine *et al.* (1991) postulam que a gramaticalização é um processo possivelmente encontrado nas línguas conhecidas e que normalmente envolve qualquer tipo de função gramatical. Isso ocorre quando uma unidade ou estrutura lexical assume uma função gramatical, ou quando tal unidade torna-se ainda mais gramatical. Acrescentam-se à definição de gramaticalização o princípio da unidirecionalidade, a metáfora, a metonímia e as relações icônicas como partes desse processo.

Com referência à gramaticalização dos operadores argumentativos *mas* e *embora*, são necessárias algumas considerações. De acordo com Vogt e Ducrot (1989, p. 103), “a principal conjunção adversativa (port. *mas*, fr. *mais*, ital. *ma*) deriva não do adversativo latino *sed*, mas do advérbio *magis*, que era um dos meios utilizados para formar o comparativo de superioridade”. Com esse sentido, será apresentada uma proposta de natureza argumentativa para a origem de *mas*.

Quanto ao operador argumentativo *embora*, sua evolução histórica, bem como as mudanças pelas quais passou, serão vistas na seção 1.2.3.

Tradicionalmente, muitos gramáticos apresentam considerações acerca do *mas* e do *embora*, o que tem gerado convergências em alguns aspectos e divergências em outros.

Para Rocha Lima (1999, p.185), são consideradas adversativas as orações que “relacionam pensamentos contrastantes”. O autor afirma que *mas* é conjunção adversativa por excelência, ainda que existam outros termos com força adversativa, como *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, eles apenas evocam um tipo de concessão atenuada, não um contraste de ideias.

Quanto à conjunção *embora*, é citada apenas como exemplo: “*Embora se esforce muito,/(ainda assim, mesmo assim, entretanto) não progride na vida*”, (ROCHA LIMA, 1999, p.276), cuja definição indica o seu funcionamento oracional: “A oração concessiva expressa um fato - real, ou suposto - que poderia opor-se à realização de outro fato principal, porém não frustrará o cumprimento desta” (*idem*).

Na concepção de Cintra & Cunha (2013), além da ideia de contraste, a conjunção *mas* apresenta outros valores, como de restrição, de retificação, de atenuação ou compensação e de adição, evidenciando assim um leque de possibilidades gerado a partir de *mas* e do contexto no qual ele se insere. Em relação à concessiva *embora*, os autores apresentam-na apenas em forma de exemplo: *Não saberei nunca escrever sobre ele, embora tenha tentado mais de uma vez.*

Domingos Paschoal Cegalla (2008), referindo-se às adversativas, com destaque a que começa com a conjunção *mas*, afirma que exprimem contraste, ressalva, compensação, semelhante ao que postulam Cintra e Cunha. A respeito da conjunção *embora*, ele assinala que nas “orações subordinadas concessivas, quando coordenadas alternativas, como no exemplo, *Chovesse ou fizesse sol, o Major não faltava* dispensam, em geral, a conjunção subordinativa (*embora*)” (p. 398).

De acordo com Almeida (2009), *mas* indica, de forma nítida, adversidade de ideia. Ele acrescenta ainda que nessa conjunção reside a maior força adversativa e que ela, diferente das demais com sentido semelhante, “sempre vem no rosto da oração” (p. 350), ou seja, encaixa-

se, rigorosamente, no início da oração para sinalizar o contraste. A conjunção *embora* é citada pelo autor somente como exemplo, juntamente com as demais que indicam concessão.

Bechara (1999, p. 321) postula que as conjunções adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas” e acrescenta que “as adversativas por excelência são *mas*, *porém* e *senão*”. Para ele, “ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas. *Mas* e *porém* acentuam a oposição; *senão* marca a incompatibilidade”.

No *Capítulo II*, tem-se uma visão geral do Funcionalismo Linguístico, com a atuação dos membros do Círculo Linguístico de Praga, a quem Sampson (1980) atribui as primeiras análises de cunho funcional, pois eles buscaram conceber a linguagem a partir da perspectiva das funções exercidas pelos diversos elementos estruturais em uso. Para Neves (1997, p. 17), a abordagem do Círculo Linguístico de Praga pode ser vista como um “estruturalismo funcional”, já que, para os teóricos dessa escola, a língua elabora um sistema funcional, em que os aspectos estrutural e funcional coexistem lado a lado. Além disso, encontram-se alguns sentidos do termo função, o papel da gramática funcional, os princípios da informatividade, da iconicidade, da marcação e da transitividade.

Há, também, a trajetória da Linguística Textual, partindo da análise transfrástica estendendo-se até o contexto. Segundo Koch (2009), essa abrangência constitui três fases: a *análise transfrástica*, a *gramática textual* e a *elaboração de uma teoria de texto*.

Na *análise transfrástica*, de acordo com Koch (2009), encontra-se uma preocupação fundamental com o estudo dos mecanismos interfrásticos que integram o sistema gramatical da língua. A autora acrescenta que o uso de tais mecanismos asseguraria a duas ou mais sequências o estatuto de texto.

Nas palavras de Marcuschi (1998), é na *gramática textual* que o texto foi introduzido pela primeira vez como objeto principal da Linguística. A partir daí, buscou-se instituir um sistema finito e recorrente de regras, compartilhado pelos usuários de uma língua. Por meio desse sistema, forma-se a competência textual de todo usuário e, com base nas competências de Charolles (1983), todo falante de uma língua pode distinguir entre um texto coerente e um agrupamento incoerente de enunciados.

Quanto à *elaboração de uma teoria de texto*, Bentes (2008) afirma que é nessa fase que os textos recebem particular importância no seu contexto pragmático. Nesse momento da linguística, encontra-se uma ampliação qualitativa, quer na concepção de língua, agora vista como um sistema atual, quer na de texto, compreendida agora como um processo, não mais como um produto. Além disso, estão presentes, também, os sete fatores de textualidade



propostos por Beaugrande e Dressler (1981): coesão, coerência, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade e informatividade.

Como instrumentos da coesão e da coerência estão os operadores *mas* e *embora*, cuja força argumentativa conduz o leitor a certa(s) conclusão(ões), integrando a textualidade, que consoante Val (1999, p. 5) é compreendida como “o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases”. Dessa forma, afirma-se que esses organizadores textuais não só atuam na superfície do texto (coesão), mas também participam diretamente da construção do sentido (coerência).

No que concerne à coesão textual, Kleiman (1995, p. 48) diz que ela é construída por um conjunto de elementos “que formam as ligações no texto”. Para Beaugrande & Dressler (1981), a coesão refere-se à maneira como palavras e orações encontram-se interligados entre si, linearmente, por meio de dependências de ordem gramatical. Koch (2001) esclarece que a coesão textual refere-se aos processos de sequencialização que garantem ou permitem recuperar uma conexão linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual. A autora propõe a existência de duas modalidades de coesão: a referencial e a sequencial.

Indiscutivelmente, para que haja organização no texto, são necessários os fatotes de coesão que, segundo Marcuschi (1986) são aqueles que estruturam a superfície do texto e que funcionam como uma espécie de semântica da sintaxe textual, ou seja, dos mecanismos formais de uma língua, que estabelecem relações de sentido entre os elementos linguísticos do texto.

Em relação à coerência textual, Charolles (1983, p.71) entende-a como “um princípio de interpretabilidade do discurso: sempre que for possível aos interlocutores construir um sentido para o texto, este será, para eles nessa situação de interação, um texto coerente”.

Dessa forma, pode-se afirmar que tanto para estruturar o texto (coesão), quanto para contribuir para a construção do sentido (coerência), os operadores argumentativos são relevantes. Afinal, como afirma Charolles (1988), o uso dos mecanismos coesivos facilita não só a interpretação do texto, mas também a construção da coerência pelos usuários. Contudo, seu uso inadequado, geralmente dificulta o entendimento do texto, o qual parece sem sequencialidade, dificultando assim a produção da coerência pelo leitor/ouvinte.

Entretanto, para que a coesão e a coerência realizem-se, nesta dissertação, optou-se pelo texto argumentativo sobre o qual Marcuschi (2005, p. 29) afirma: “os textos argumentativos se dão pelo predomínio de sequências contrastivas explícitas.” Segundo Koch (2000, p. 19), o “ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção

mais ampla do termo”, o que significa dizer que a prática argumentativa é uma necessidade básica tanto no plano da oralidade quanto no da escrita.

Atualmente, muitos linguistas discutem, com frequência, o uso dos operadores argumentativos tanto na oralidade quanto na escrita. Observem-se as considerações de alguns deles acerca do *mas* e do *embora*:

Conforme Ducrot, criador da Semântica Argumentativa (SA) e Vogt (1989), o operador *mas* possui dois aspectos: no primeiro, há a função opositiva, sem caracterizar argumentação; no segundo, ele aparece depois de um enunciado negativo, indicando correção ao que foi mencionado anteriormente, pensamento corroborado por Guimarães (2007).

Para Koch (2001), Fávero (2002) e Antunes (2005), tanto *mas* quanto *embora* são veiculadores de contraste, contrário, o que os associa ao processo de argumentação. Azeredo (2012, p. 305), por sua vez, assinala que “a conjunção adversativa típica é o *mas*”. O autor argumenta que o valor contrastivo desse operador pode consistir a) “em uma simples oposição de dois conteúdos” e b) “na quebra de uma expectativa criada pela primeira proposição.” Referindo-se às concessivas, em que está incluso o operador *embora*, ele postula que “um certo fato ou ideia é representado como um dado irrelevante para o conteúdo do restante do enunciado”.

Segundo Castilho (2012, p. 351)), “as adversativas são ligadas pela conjunção *mas*”. Além disso, ele apresenta as propriedades discursivas e semântico-sintáticas desse conector, evidenciando muitas possibilidades quanto ao seu uso. Em relação à conjunção *embora*, o linguista cita dois esquemas sintáticos: 1) P, embora não Q e 2) Não P, embora Q. Neves (2011, p. 756) assevera que “como coordenador, o *mas* evidencia exterioridade entre os dois segmentos coordenados e, a partir daí, coloca o segundo argumento como de algum modo diferente do primeiro, especificando-se essa desigualdade conforme as condições contextuais”. Referente à conjunção *embora*, a autora situa-a com as demais concessivas, e cita-a, como exemplo, nas construções factuais e contrastivas, pois as concessivas nesse último caso são, essencialmente, argumentativas.

No *Capítulo III*, encontram-se o *corpus*, a metodologia e a análise dos dados. O *corpus* escolhido para a pesquisa é a produção de textos argumentativos realizada por sessenta estudantes da 3ª série do Ensino Médio, do IFAM/CMZL. Dos cento e trinta textos construídos, trinta serão selecionados, a partir dos seguintes critérios: (i) presença dos operadores *mas* e *embora*, independentemente do sentido expresso, (ii) similaridade de sentido entre os esses operadores.

Quanto à abordagem, a pesquisa é de cunho qualitativo que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), Severino (2007) e Lima (2008) caracteriza-se, principalmente, pela busca de percepções e entendimento acerca de determinada questão, o que possibilita a análise interpretativa. A base teórica é do Funcionalismo Linguístico, com o auxílio da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa. Com referência à natureza, a pesquisa é documental, que, nas palavras de Gil (2008) é aquela que ainda não recebeu tratamento analítico, e se recebeu é possível aplicar outras interpretações, cuja modalidade é análise de conteúdo, por meio da qual serão analisados textos argumentativos de estudantes da 3ª série do Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Zona Leste, doravante (CMZL).

No tocante ao local para a realização da pesquisa, o CMZL oferece cursos profissionalizantes, como Agropecuária, Agroecologia e Paisagismo integrados ao Ensino Médio, com um público-alvo oriundo de vários municípios amazonenses, bem como da própria capital – Manaus, fato que corrobora com a heterogeneidade linguística.

No que se refere à escolha da tipologia textual, pode-se dizer que no texto argumentativo o escritor prioriza a defesa de ideias ou o ponto de vista acerca de determinado assunto, o que, na maioria das vezes, necessita do uso dos operadores argumentativos para indicar a contração, em que se incluem *mas* e *embora*, seja para a construção da coesão e da coerência, seja para garantir a continuidade e a progressão textual.

Diante do exposto, convém esclarecer que não se pretende exaurir as possibilidades de análise dos operadores argumentativos em questão, mas apresentar, ao menos, algumas considerações acerca desses articuladores coesivos, que são bastante relevantes na construção da tipologia argumentativa.

Com isso, espera-se apresentar resultados que se coadunem com a proposta que se elaborou e, além disso, contribuam com os estudos linguísticos, de modo que as lacunas que ficarem sirvam de reflexão para posteriores estudos, o que, sem dúvida, só confirma a heterogeneidade e dinamicidade nas quais se insere nossa língua.

## CAPÍTULO I

### 1 AS CONJUNÇÕES ADVERSATIVAS E CONCESSIVAS DO LATIM

Ao entrar em contato com a Língua Latina, verifica-se que, em sua organização, a presença de elementos que relacionam enunciados, parágrafos e porções textuais mais amplas ocorre com frequência. Entre esses elementos, encontram-se as conjunções adversativas e concessivas, quer na esteira no latim clássico, quer no funcionamento do latim vulgar.

Na concepção de Faria (1954), é possível apontar a equivalência entre as adversativas do latim clássico e as do português contemporâneo, como indica o quadro abaixo:

#### Quadro 1 Adversativas do Latim e do Português

Latim Clássico	Português Contemporâneo
<i>at, sed</i>	mas
<i>Ast</i>	mas, ao contrário
<i>Autem</i>	entretanto
<i>Tamen</i>	contudo
<i>Verum</i>	porém

Fonte: FARIA (1954, p. 115)

Para Furlan (2006), as adversativas organizam-se de forma similar ao que propõe Faria, com apenas duas modificações: a primeira indica que *autem* está relacionado tanto com *entretanto* quanto com *porém*; a segunda atribui a *vero* ou *verum* o sentido de *mas na verdade*. Conforme Alencar (1960), as adversativas latinas eram *at, atque, autem, sed, vero, tamen, verum-tamen* e *vero-autem*, com funcionamento semelhante à proposta dos autores anteriores.

De acordo com a afirmação de Almeida (2011), as adversativas latinas eram as seguintes: *sed, verum – autem, vero – at, atqui – tamen, attamen, verumtamen – ceterum*. Para ele, *sed* e *verum* equivalem a *mas*, e o funcionamento das duas expressões é idêntico, ou seja, destroem, limitam ou continuam o conceito presente na oração anterior de natureza, frequentemente, negativa, segundo os exemplos, com tradução do autor:

- (1) *Et ne nos inducas in tentationem sed libera no malo.*  
(Não nos deixeis cair em tentação, **mas** livrai-nos do mal)
- (2) *Non odio adductus alicujus, sed spe reipublicae corrigendae.*  
(Levado não pelo ódio de alguém, **mas** pela esperança de endireitar a república)
- (3) *...Verum, si placet, ad reliqua pergamus.*  
(... **mas**, se agrada, passemos ao restante)

Ao se referir a *autem* e *vero*, com o valor de *mas* e *porém*, o autor assinala que são adversativas brandas e designam mais diversidade do que oposição, além de sua colocação pospositiva na oração, isto é, aparece uma ou duas palavras após o início da coordenada, como se observa no exemplo:

(4) *M. Octavius Salonas oppugnare instituit, est **autem** oppidum et loci natura et colie munitum.*

(Marco Otávio determinou atacar Salona, **mas/porém** é cidade defendida tanto pela própria natureza do lugar quanto por um outeiro)

Em outros momentos, as conjunções *autem* e *vero* podem ser traduzidas por *e*, como em *Rhodium nunquam probaverunt, Graeci **autem** multo minus, Athenienses **vero** funditus repudiaverunt* (Os ródios nunca aprovaram, **e** os gregos muito menos, **e** os atenienses repudiaram inteiramente).

Para Almeida (2011), *at* é a mais forte das adversativas, cujo significado é *mas ao contrário*, *mas todavia*, presente no exemplo *Brevis nobis vita data est; **at** memoria bene redditae vitae sempiterna* (Foi-nos dada vida breve, **mas, ao contrário**, eterna é a lembrança de uma vida bem vivida). Essa conjunção apresenta, também, a possibilidade de reforço nas exclamações, como em *Aeschines in Demosthenem invehitur. **At** quam rhetorice! quam copiose!* (Ésquines investe contra Demóstenes. **Mas** com que retórica, com que eloquência!).

Quanto às conjunções concessivas da língua latina, Gonçalves (2010, p. 201) expõe que “as mais importantes são *quamquam* e *quamvis*, que expressam a ideia de que um certo evento da subordinada ocorre mesmo que ou apesar de um outro evento ocorrer”. Segundo o autor, essa conjunção ocorre no modo indicativo em latim. Já em português, geralmente a ideia concessiva expressa-se no modo subjuntivo. Vejam-se os exemplos, com tradução do autor:

*Quamquam*: **embora** + indicativo

(5) *Quamquam felis celer est, eum canis mordet.* → **Embora** o gato seja rápido, o cão o morde.

*Quamvis*: **embora** + subjuntivo

(6) *Quamvis felis celer sit, eum canis mordet.* → **Embora** o gato seja rápido, o cão o morde.

Ao fazer o contraste do funcionamento das duas conjunções concessivas, evidencia-se que ambas são traduzidas da mesma maneira. Uma das explicações para esse fato consiste no uso frequente do subjuntivo em construções com teor concessivo em língua portuguesa. Além disso, Harris (1974) argumenta que se encontram textos de latim com o uso do modo subjuntivo em contextos em que os escritores clássicos, sem dúvida, usariam o modo indicativo. Com isso, é possível perceber que a oscilação entre os modos verbais era um fato nas construções da língua latina. Assim, Maurer Junior (1959) enfatiza que a ampliação do subjuntivo, enquanto modo de subordinação, é peculiar da sintaxe clássica latina dentre as línguas indo-europeias e se trata,

se não de uma criação latina, pelo menos de um desenvolvimento bastante recente na história dessa língua. O uso do indicativo em lugar dêle [MI] na língua arcaica, freqüente em Plauto, e a concordância das línguas românicas, para não falar das inscrições e de outros documentos latinos de caráter mais vulgar, mostram que a língua do povo conservou muitas vezes a construção antiga, não acompanhando o evoluer, às vezes subtil, do subjuntivo de subordinação (p. 177).

Para Almeida (2011), várias são as conjunções latinas que expressam concessão. Eis as principais: *quamquam*, *etsi*, *tametsi*, *etiamsi*, *quamvis*, *licet*, *cum*, *ut* (*ne*). O estudioso afirma que a conjunção *quamquam* é equivalente a *ainda que*, *posto que*, *se bem que*, *conquanto* em língua portuguesa e, geralmente, seu uso ocorre com verbo no indicativo, conforme os exemplos, com tradução do autor:

(7) *Quamquam* abest a culpa (...) → **Ainda que** esteja isento de culpa (...)

(8) *Quamquam* satis videbatur (...) → **Posto que** parecesse suficiente (...)

(9) *Quamquam* Aristides excellebat abstinentia(...) → **Se bem que** Aristides se distinguisse pelo desinteresse (...)

Com referência às conjunções *etsi*, *tametsi*, o autor assegura que são sinônimas e, com frequência, utilizadas em afirmativas de fatos reais, o que explica o uso com o indicativo. Pode-se exemplificar:

(10) *Veritas, etsi jucunda non est, mihi tamen grata est.* → A verdade, **conquanto** não seja agradável, é-me todavia querida.

(11) *Este tamen hoc aliquid, tametsi non est satis.* → É todavia isso algo, **embora** não seja o bastante.

Quanto à *etiamsi*, equivalente a *ainda que*, *ainda quando*, *mesmo se*, Almeida (2011) esclarece que sua construção dá-se, na maioria dos casos, com o subjuntivo, pois, nesse aspecto, a concessão é hipotética, potencial, ideal, como ilustram os exemplos:

(12) *Etiam si corpus constringatur, animo tamen vincula injici nulla possunt.* → **Ainda que** se amarre o corpo, nenhum vínculo entretanto pode ser aplicado ao espírito.

(13) *Honestum, etiam si a nullo laudetur, natura est laudabile.* → A coisa honesta, **ainda que** por ninguém.

Além das concessivas citadas, o autor apresenta a conjunção *quamvis* (*por mais que, ainda que, posto que, embora*); *licet* (*concedo que*); *cum* (*embora*); *ut* (*se bem que, admitindo que*). Nesse último caso, tem-se a construção com *ne* (*admitindo que não*). Os exemplos abaixo, incluindo essas conjunções, mostram, também, o uso frequente do subjuntivo:

(14) *Illa, quamvis ridicula essent, mihi tamen risum non moverunt.* → **Por mais** ridículas **que** fossem, essas coisas não me provocaram entretanto o riso.

(15) *Socrates, cum facile posset educi e custodia, noluit.* → Sócrates, **embora** pudesse ser facilmente tirado da prisão, não quis.

(16) *Phocion fuit perpetuo pauper, cum ditissimus esse posset.* → Fócio foi permanentemente pobre, **embora** pudesse se riquíssimo.

(17) *Licet vitium sit ambitio, frequenter tamen causa virtutum est.* → **Concedo que** a ambição seja vício; frequentemente, no entanto, é causa de virtudes.

(18) *Quae ut essent vera (...)* → **Ainda que** estas coisas fossem verdadeiras (...)

(19) *Ne sit summum malum dolor malum certe est.* → **Ainda que** não seja o maior mal, a dor é certamente um mal.

Ao observar as construções acima, nota-se a oscilação de sentido, mesmo que, no plano da classificação, as conjunções em destaque enquadrem-se no grupo das concessivas. Evidencia-se, por conseguinte, que tanto os modos verbais envolvidos – indicativo e subjuntivo – quanto o contexto em que esses modos e as conjunções estão inseridos, contribuem para a “instabilidade” de sentido. Dessa forma, pode-se dizer que a língua como um *continuum* de mudança é uma realidade, e isso poderá ser verificado no uso das conjunções adversativas e concessivas do português arcaico, logo adiante.

## 1.1 As conjunções adversativas e concessivas no português arcaico

### 1.1.1 As adversativas

Antes de explorar o universo das adversativas, considerou-se necessário situar a fase denominada *português arcaico*. Para Silva (2013), esse é “o período histórico da língua portuguesa que se situa entre os séculos XIII e XV” (p. 21). A autora assevera que, no plano da Linguística teórica atual, as informações do passado das línguas oferecem argumentos que

explicam os mecanismos cognitivos e psicológicos presentes na base de qualquer língua histórica.

A linguista acrescenta que “nada, ou quase nada, nas línguas se perde, tudo se transforma” (p. 16). É no exame minucioso do passado que são recuperadas muitas surpresas que, com frequência, ajudam na construção do presente e do futuro, pois para algumas indefinições que a variação sincrônica apresenta, um rápido olhar para a história da língua esclarece muitos pontos.

É nesse contexto de constantes transformações que as conjunções adversativas e concessivas encontram-se no período arcaico. Segundo Ali (2001), do significativo número de conjunções que constituíam o idioma latino, poucas integraram as línguas românicas. Na língua portuguesa, tem-se: *e (et)*, *ou (out)*, *nem (nec)*, *quando*, *se (si)*, *como (quum)* e *que* utilizada no latim vulgar. A substituição das adversativas *sed*, *autem* por *mais* (depois *mas*), oriunda do advérbio *ma(g)is*, remonta ao período pré-lusitano.

Coutinho (1976) explica que para suprir a falta das demais partículas, recorre-se a criações novas, realizadas por advérbios, preposições que assumem o papel de conjunção. Nesse âmbito, inscreve-se a conjunção *porém*, com origem no advérbio latino *proinde/porende* e em sua forma abreviada *proin*. Na antiga língua portuguesa, *porende* e *porém* são usadas com o sentido de “por isso”, como apontam os exemplos:

(20) *Me parecem poucos; **porende** tornei pera me dardes mais vassalos.*

(21) *Quando elrei esto ouvio, sospeitou que alguma sanha ouvera delle o infante, e que **porem** se partira delle.*

Por outro lado, o uso da forma mais curta (*porém*) fez com que a mais longa (*porende*) se tornasse rara, até extinguir-se. Dessa maneira, o termo *porém* passa por uma significativa transformação semântica, adquirindo o sentido de *mas*, *apesar disso*, *contudo*, ou seja, em vez de exprimir a noção de causa para estabelecer certo ato, passa a denotar oposição de ideias. O autor argumenta que a origem adverbial dessa conjunção explica a possibilidade de dispô-la no meio e, por vezes, no fim da oração. Seguem os exemplos:

(22) *Forom feridos...nom **porem** de perigosas feridas.*

(23) *A corda quebrou outra vez, parece que com piedade, mas não quebraram **porem** os duros animos dos crueis algozes (...)*

(24) *O forte Baçaim se lhe dará, não sem sangue **porem**.*

Quanto às expressões  *todavia*, *contudo*, *entretanto* (*entanto*), Ali (2001) considera-as correlatos enfáticos das conjunções concessivas. Para o autor, esses termos não se transferem para a oração concessiva, o que significa dizer que, em algumas construções, encontram-se



correlações harmônicas em que os elementos adversativos funcionam como ênfase do período encabeçado por um conector concessivo.

Ao referir-se à conjunção *todavia*, Votre (1996) assevera que a expressão em destaque tem, na sua gênese, o sentido de *sempre, constantemente* e que essa ideia de tempo desapareceu, em um processo de gramaticalização pela pressão da informatividade e pela coocorrência sintática, cedendo espaço ao contraste e à concessão, como aponta o exemplo: *E ainda que alguns sejam de obscura geração todavia são venerados e acatados.*

Barreto (1999) apresenta uma série de caminhos relacionados à evolução do termo *todavia*. Um deles é a ideia de intensificador que esse elemento apresenta, como indica o exemplo retirado da *Cantiga de Escárnio e Maldizer*, 437:

(25) *per este Papa, quem duvidaria  
que nom tiredes gram prol e gram bem  
quand'el souber que, pelo vosso sem,  
el-Rei de vós mais d'outro varom fia;  
e pois vos el-Rei aqueste logar dá,  
Bispo, senhor, u outra rem nom há,  
vós seredes privado **todavia**  
deste vosso benefício,  
com ofício,  
quem duvidará  
que vo-l'esalcem em outra contia (Estevão da Guarda, séc. XIV).*

Como é possível perceber na cantiga acima, *todavia* apresenta-se de forma clara como intensificador. De acordo com esse raciocínio, o fato pode ser encaixado na segunda coluna da escala abaixo, proposta por Barreto (1999), que dispõe a descrição da *gramaticalização*<sup>2</sup> da palavra em estudo:

sintagma nominal	>	advérbio	>	conjunção
↓		↓		↓
em todo o caminho	>	completamente	>	oposição à ideia anterior

Ao observar a cantiga supracitada, verifica-se que a expressão *todavia* pode ser parafraseada por *completamente*. Entretanto, evidencia-se, também, que no texto há um aspecto comparativo envolvendo duas situações: na primeira, o bispo usufrui de um benefício e, na segunda, esse privilégio é retirado. Dessa forma, entende-se que, embora

---

<sup>2</sup> A definição de *gramaticalização* e alguns aspectos desse processo serão vistos na seção 1.2 deste Capítulo.

esteja com o sentido adverbial, o termo em análise encontra-se em esfera contrajuntiva, mesmo que de maneira indireta.

Em referência a *contudo*, Ali (2001) assinala que esse termo pode vir acompanhado da adversativa *mas*, como aponta o exemplo:

(26) *Não deixo de entender... Mas **contudo** eu vejo que os principes... sempre estimaram muyto homens letrados.*

Para Barreto (1999), esse vocábulo tem sua raiz etimológica no pronome indefinido *tudo* que, ao se unir à preposição *com*, pelo processo de justaposição, constitui *contudo*, uma nova realidade vocabular com o significado contrajuntivo. Segundo a autora, no plano da escrita, a contiguidade dos termos não ocorreu de modo imediato, havendo, também, variações na forma gráfica, como *contudo*, em (26) e *contodo*, no exemplo que segue, retirado de Magne (1970):

(27) *Aqui diz o conto que, pois Lançalot ouviu novas da raia, que era morta, houve tam grã pesar que era maravilha, e **contodo** se partiu e andou aquel dia e as companhas atta que chegaram a Ginzestre. (A Demanda do Santo Graal, cap. DCXC).*

Ao reportar-se a *entretanto* e *entanto*, Ali (2001) postula que há uma tendência de incluir esses elementos na categoria das partículas adversativas, considerando a semelhança de sentido com o termo *mas*. Em relação ao papel conjuntivo, o autor assegura que “parece antes acharem-se na fronteira indecisa que medeia entre o advérbio e a conjunção (p. 169). No período da Renascença, esses termos apresentam valor temporal de “entrementes”, “enquanto isso sucede”, ilustrado no exemplo seguinte:

(28) *As halcyoneas aves triste canto junto da costa brava levantaram... Os delfins namorados, **entretanto**, lá nas covas marítimas entraram, fugindo á tempestade e ventos duros. E que **entanto** podia do trabalho passado ir repousar, e em breve tempo daria a seu despacho um justo talho.*

Pode-se observar que as partículas em negrito apresentam um alto grau de ambiguidade, podendo expressar não só o sentido de “entrementes”, mas também o de “entre tantas coisas”, significado usual no século XVI, segundo Barreto (1999, p. 293).

A autora acrescenta que a ideia de ambiguidade é uma característica impreterível no processo de mudança semântica. Possui conexão direta com a polissemia, distinguindo as relações de sentido existentes entre os vários empregos de uma mesma forma. Assim, no item em questão há uma possibilidade básica de sentido, que é o de fazer referência anafórica.

Para Ali (2001), em português antigo encontra-se *entretanto* expressando a ideia de “enquanto”, entendido, neste caso, como a redução de *entretanto que*, visualizado no exemplo:

(29) **Entretanto** *elle assy anda soo, he bem que digamos dos aquecimentos dos outros (...)* – *E [o catual] fez que mandava buscar almadias, e dissimuladamente mandou esconder os donos dellas, porque as não dessem. E entretanto que as yão buscar levou Vasco da Gama ao longo da praya.*

De acordo com Silva (2013), a conjunção básica que marca a ideia de oposição ou contraste, no período arcaico, é *mais*, também com a grafia *mas*<sup>3</sup>. Além desse elemento adversativo, a autora apresenta *pero* ou *peró*, significando “por isso”, com bastante frequência na documentação arcaica, quer como conjunção adversativa, explicativa, quer como concessiva. Dessa forma, no século XV, *pero* é usado somente com valor adversativo e no século XVI não é mais utilizado. Exemplos:

(30) *Achô-os andar na fogueira e non queimou o fogo os seus corpos e pero, porque os achou andando e ante foron legados, entendemos que o fogo queimou aquelas cousas (= por isso).*

(31) *Ide e por amor de Deus dade-lhi que comia e que beva, pero sabe Deus que morto he (= mas).*

(32) *E tanto creceu a agua derredor da eigreja e pero as portas da eigreja estavam abertas e a agua corresse derredor, non entrou dentro na eigreja (= ainda que).*

### 1.1.2 As concessivas

Segundo Silva (2013), o português do período arcaico apresenta as seguintes conjunções concessivas: *macar*, *macar que*, *maguer*, *non embargando que*, *non embargante que*, *pero*, *pero que*. Além dessas formas, há também, *ainda que*, *como quer que*, *pero/empero (que)*, *posto (que)*, *embora*<sup>4</sup>. Com relação a *macar*, veja-se o exemplo:

(33) *Eu cuido que me non passades valer ja, macar vus queirades.*

Para que se entenda melhor o funcionamento da conjunção *ainda que*, faz-se necessário verificar o processo de transformação por que passou esse termo, como indica Barreto (1999, p. 310):

**ainda** espacial > **ainda** temporal > **ainda** inclusivo > **ainda** exclusivo > **ainda** concessivo

↓                      ↓                      ↓                      ↓                      ↓

<sup>3</sup> O item *mas* será tratado em 1.2.2 deste Capítulo.

<sup>4</sup> O item *embora*, que segundo Silva (2013, p. 184) “não está documentado no português arcaico”, será tratado em 1.2.3 deste Capítulo.

*daquele lugar > até agora > também > ao menos > mesmo assim*  
*algum dia*  
*no momento*

A partir dessas especificações, chega-se à ideia de concessão semelhante a que se tem hoje. Entretanto, convém esclarecer que foi encontrado apenas um dado dessa conjunção referente ao século XIII, antepondo-se à oração principal, com verbo da oração adverbial no modo subjuntivo. O texto com essa construção é de Afonso X:

(34) *Se alguu razoar algu~a cousa en seu p(re)yto e disser o quer prouar, se a razo~ tal for q(ue) **ainda q(ue)** a proue non lhe preste a el nen a seu preyto ne~ er enpeesca ao outro (contra) q(ue~) o quer aduz(er) ne~ o alcayd(e) non tal proua; se a receb(er) no~ ualla.*

Com a constante transformação de *ainda que*, impulsionada pelo seu emprego em contextos diversos, verificou-se a presença desse jutor em posição inicial, interfrástica e final do período. Outro aspecto interessante é a variação gráfica alusiva a esse termo, como: *ajnda*, *aymda*, *aynda* e *ainda*. Exemplos referentes ao século XIV:

(35) *Etam ujl mente/andaua uestido e tam desprizil/ era em sy meesmo, que seo algen/ nom conhocese. terriasse por despre/çado eno saluar. **ajnda que** o el pri/meiramete saluasse.*

(36) *Ese rrogasem por aquelles que no/jmferno iaz~e **aymda que** fossem seus parentes nõ queriã oque deus quer.*

(37) *Sabede q(ue) ne~u´u´s moços orffaos **aynda q(ue)** aiha~ p(er) q(ue) no~ deue~ a te´e´r caualo ne~ armas ne~ fazer ne~hu´u´foro Ao Senn(or) da t(e)rra saluo en facere~ foro co~ se(us) ueçi~os en p(ro)l do co~çelo.*

(38) *E certa a cousa he que todo esto ha o galo de Deus per cujo entedimento am e aquelas ainda que se nõ move se nõ per sas vertudes naturaes que ham, ca todo conhecer e todo mover nõ pode seer sen Deus.*

Quanto à conjunção *como quer que*, Ali (2001) assegura que em português antigo é utilizada “tendo o verbo ‘ser’ sujeito e o competente adjetivo predicativo, e também aparece *como quer que* antes de outros verbos” (p. 169). Consoante o autor, nas orações com sentido completo essa locução era equivalente a “posto que”, como informam os exemplos:

(39) *Aparelhou logo Pallenço sua fusta pera sayr a terra, e **como quer que** a calma fosse muy grande, todavya eram muy grandes vagas na costa, as quaaes nunca derom lugar que a fusta podesse prooar em terra.*

(40) *Quando El-Rei D. Affonso via que podia achar este Santo Corpo, como quer que muito lhe pezasse, remeteu seu pezar á vontade de Deus.*

A conjunção *pero*, com as variações *empero*, *enpero*, ocorria no português arcaico para exprimir a ideia de adversidade. Todavia, para expressar a ideia de concessão vinha, frequentemente, acompanhada pela conjunção subordinativa *que* (*pero/empero que*), como apontam os exemplos:

(41) *Todo ome q(ue) fez(er) p(re)yto ant[r]e alguus homees e foy feyto dereytamente, quer seya scripto quer no~, e pero q(ue) y no~ seya pea posta, firmemente seya a g(ua)rdo e o alcayde façao aguardar.*

(42) *E outrosy, se daq(ui)lho que p(ri)meyro auya mandado, algu~a cousa tolh(er) ou der ou alhear da manda que auya feyta daq(ue)lho, non ualla, empero q(ue) nomeadame~te an(te) a desfez ca atanto ual q(ue) a desfaça tolda se quiser p(er) feyto como p(er) dito quando lhy prouger.*

Ainda com referência à conjunção *pero/empero que*, Ali (2001) afirma que os escritores do século XVI que usavam esse juntor seguiam uma tendência arcaizante. Tal prática não levava em consideração o fato de que esse elemento já estava sendo substituído, de forma sistemática, por outro, em várias publicações. Assim, o uso dessa conjunção com o verbo no conjuntivo (subjuntivo) equivalia à concessiva *ainda que*, *posto que*; no indicativo tinha a equivalência adversativa de *porém*, *contudo*.

## 1.2 A gramaticalização como processo de mudança linguística

Entre os diversos processos de mudança linguística, que, segundo Lehmann (2002), envolvem os níveis linguísticos sintático, semântico, morfológico e fonológico, a gramaticalização encontra-se como um dos mais frequentes nas línguas em geral. Esse fato torna-se mais evidente quando se intenciona investigar, diacronicamente, estruturas e mecanismos do funcionamento linguístico. No aspecto sincrônico, podem ser verificadas as constantes transformações que assinalam a configuração da linguagem.

Com a difusão da gramaticalização, na década de 80, surgiram várias nominalizações como identificadores desse fenômeno de mudança linguística. Entre eles tem-se a *gramaticização* cuja principal distinção é a de que enquanto esta apresenta perspectiva sincrônica da mudança contínua de categorias e significados, aquela se situa na perspectiva diacrônica.

Há, ainda, conforme Gonçalves *et al.* (2007), a aplicação inadequada de termos para descrever o processo em si, pois se referem somente às características semânticas e/ou sintáticas. Eis as nominalizações: *reanálise*, *sintaticização*, *desbotamento semântico*, *enfraquecimento semântico*, *desaparecimento gradual semântico*, *condensação*, *redução*, entre outros.

Convém esclarecer, entretanto, que o conceito ou ideia aproximada de gramaticalização não é recente. Segundo (GONÇALVES *et al.*, 2007), os primeiros estudos acerca desse processo ocorreram no século X, na China, cujo desenvolvimento no século XVII dá-se com Condillac e Rousseau (na França) e com Tooke (na Inglaterra); já no século XVIII, a propagação ocorre com Bopp, Schlegel, Humboldt, Gabelentz (na Alemanha) e Whitney (nos Estados Unidos). Dessa forma, chega-se ao século XX com vários dos conceitos que se concebe hoje.

É nesse século que se atribui a Meillet (1912, p. 131) o primeiro uso do termo gramaticalização, o qual se refere à “passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical”, embora as noções que sustentam esse processo já integrassem a linguística oriental do século X. Em outras palavras, é impossível ignorar o longo caminho percorrido por estudiosos anteriores a Meillet, cujos trabalhos ainda são referências. Por outro lado, é com o artigo *L'évolution des formes grammaticales*, com data de 1912, de Meillet, que a gramaticalização difunde-se, o que representa um marco para estudos posteriores.

Na concepção inicial de Meillet (1912), a gramaticalização é entendida como um instrumento da linguística histórica, que se preocupava com as origens e com as mudanças incluindo morfemas gramaticais e, assim, constituía-se como complemento da etimologia e da evolução histórica das palavras. Todavia, o autor considera a gramaticalização também como um processo sincrônico. Para isso, ele apresentava três classes de palavras: *as principais* – nomes, adjetivos, verbos e complementos circunstanciais; *as acessórias* e *as gramaticais* – preposições, conjunções e auxiliares. Sua proposta engloba [*léxico*] > [*gramática*], [*sintaxe*] > [*morfologia*].

A partir da significativa contribuição de Meillet, muitos linguistas aprofundaram suas pesquisas referentes à gramaticalização. Entre eles, encontram-se Lehmann, Heine, Claudi, Hünemeyer (na Alemanha), Givón, Hopper, Traugott, Bybee, Pagliuca (na Costa Oeste Americana), além de outros cujos estudos são relevantes. Conforme GONÇALVES *et al.*, esses autores convergem em dois aspectos:

1º.) fazem a distinção entre itens lexicais, signos linguísticos plenos, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais, de um dado, e itens gramaticais,

signos linguísticos “vazios”, classes fechadas de palavras, lexemas abstratos, palavras acessórias, do outro; 2º.) consideram que as categorias tendem a se originar das primeiras. (2007, p. 19)

Na década de 70, Givón (1971, p. 413) afirma que “a morfologia de hoje é a sintaxe de ontem”, *slogan* que (1979, p. 208) será alterado para “a sintaxe de hoje é o discurso pragmático de ontem”. Com essa asserção, o linguista assinala a emergência da sintaxe no discurso, declarando que, no processo de gramaticalização, uma forma mais pragmática é substituída por outra mais sintática, de modo que estruturas discursivas paratáticas frouxas convertem-se em estruturas sintáticas fechadas.

Lehmann (1982) conceitua gramaticalização como o processo que consiste na passagem de um item lexical para um item gramatical e apresenta cinco princípios que regem a gramaticalização: 1º) paradigmaticização, 2º) obrigatoriedade, 3º) condensação, 4º) coalescência e 5º) fixação.

De acordo com o primeiro princípio, a forma gramaticalizada insere-se em um novo paradigma e, seguindo o princípio da obrigatoriedade, obedece às regras da nova realidade linguística em que se encontra. No terceiro princípio, a forma que se gramaticalizou simplifica-se, fato que ocorre com os constituintes que se ligam diretamente a ela. O quarto princípio assevera que as formas contíguas desaparecem e, consoante o quinto princípio, as formas que surgem a partir da gramaticalização não terão mais liberdade sintática.

Além disso, o linguista indica três efeitos de gramaticalização que serão apresentados a seguir: “1) Passagem de um elemento menos gramatical para um elemento mais gramatical; 2) Perda de característica fonológica e semântica; e 3) Diminuição de liberdade da manipulação do elemento, que se integra em um paradigma e se torna cada vez mais obrigatório em certas construções, numa posição mais fixa”.

De forma mais abrangente, Traugott e König *apud* Heine *et al.* (1991, p. 4) afirmam que

A gramaticalização refere-se principalmente a um processo histórico unidirecional e dinâmico por meio do qual itens lexicais, com o passar do tempo, adquirem um novo *status* como formas gramaticais ou morfossintáticas, e no processo começam a codificar relações que ou não foram codificadas antes ou foram codificadas diferentemente.

Evidenciam-se, na definição acima, novos elementos, e o principal deles é o aspecto unidirecional, que tem trazido às pesquisas linguísticas modernas muita reflexão. Nessa abordagem, as mudanças linguísticas, no escopo da gramaticalização, sucedem num *continuum*, do “menos gramatical” para o “mais gramatical”. Assim, no dizer de Gonçalves *et al.* (2007), no fenômeno da unidirecionalidade, as mudanças ocorrem sempre da esquerda para a direita e,

nesse sentido, de categorias cognitivas mais próximas do indivíduo [+concretas], para categorias mais distantes do indivíduo [-concretas].

Convém notar que, no âmbito dessa questão, muitos linguistas apresentam a possibilidade do rompimento da unidirecionalidade em alguns casos, o que, segundo eles, não anula sua aplicação. Essa visão encontra abrigo nas palavras de Sweetser (1990, p. 9):

Ainda mais crucialmente, a ordenação histórica na qual os sentidos são adicionados a palavras polissêmicas diz-nos algo sobre as relações direcionais entre sentidos; ela afeta nosso entendimento da estrutura cognitiva que permite perceber que o vocabulário universalmente espacial adquire significados temporais, e não o contrário.

Hopper & Traugott (1993), ao definirem a unidirecionalidade, reforçam a peculiaridade dos contextos discursivos que favorecem a gramaticalização. Além disso, acrescentam que a passagem de [*lexical*] > [*gramatical*] não é direta. Por isso, a escala [*item lexical usado em contextos linguísticos específicos*] > [*sintaxe*] > [*morfologia*] indica que itens lexicais que se gramaticalizam desempenham, primeiramente, funções indispensavelmente discursivas e, depois, tornam-se sintaticamente fixos, adquirindo, por último, *status* de morfema. Dessa forma, os autores postulam que “existe uma relação entre dois estágios A e B, tal que A ocorre antes de B, mas não o inverso. Isso é o que se entende por unidirecionalidade” (p. 95).

Ainda com relação ao processo unidirecional, afirma-se que ele ocorre nos cinco níveis linguísticos nos quais, geralmente, a gramaticalização acontece: o fonético/fonológico, o morfológico, o sintático, o semântico e o pragmático, fato que amplia a possibilidade de transformação da língua, bem como sua natureza de dinamicidade. Por isso, com a contribuição de Gonçalves *et al.* (2007), apresenta-se o quadro da inter-relação dos níveis de ocorrência da gramaticalização, da mudança unidirecional e do processo adquirido.

**Quadro 2:** Unidirecionalidade e Processo na Gramaticalização

Nível	Mudança unidirecional	Processo
<b>Fonologia</b>	mais material fonológico > menos material fonológico	redução fonológica
<b>Morfologia</b>	lexical > gramatical > mais gramatical (forma livre > forma presa)	recategorização (morfologização)
<b>Sintaxe</b>	menor coesão > maior coesão	reanálise (alteração da fronteira de constituintes)
<b>Semântica</b>	concreto > abstrato	dessemantização, processos metafóricos



<b>Pragmática</b>	estruturas pragmáticas > estruturas sintáticas	sintaticização
-------------------	---	----------------

Fonte: GONÇALVES *et al.* (2007, p. 37)

Na concepção de Castilho (1997), a redução fonológica, a morfologização e a sintaticização constituem estágios do processo de gramaticalização. Para ele, na redução fonológica, há a fusão de formas livres em formas presas que, ao se gramaticalizarem, assumem a categoria de afixos. Na morfologização, originam-se formas presas, as quais podem ser afixos flexionais ou, ainda, derivacionais. Na sintaticização, o termo em processo é recategorizado e tramita da classe lexical para a classe funcional, o que leva ao princípio da “descategorização”. Nesse caso, além das perdas morfológicas, há, também, a neutralização das prerrogativas sintáticas distintivas das formas plenas (nomes e verbos), em detrimento das categorias secundárias (advérbios, preposições, clíticos e afixos).

Além do que já foi exposto até aqui, Heine *et al.* (1994) argumenta que, para o maior domínio da origem e progressão das categorias gramaticais, é essencial a análise da manipulação cognitiva e pragmática, caminho pelo qual a mudança conceptual e os contextos que auxiliam uma reinterpretação devem ser examinados. Gonçalves *et al.* (2007, p. 42) informam que para esse processo o autor aponta dois mecanismos: “(i) a transferência conceptual (metáfora), que aproxima domínios cognitivos diferentes; (ii) a motivação pragmática, que envolve a reinterpretação induzida pelo contexto (metonímia).”

Com referência à metáfora, pode-se afirmar que ela é um dos processos bastante conhecidos na transferência de significado. Assim, a alteração pela qual passa um termo parte, neste caso, de um conceito básico (concreto) para outro de natureza mais abstrata. Convém acrescentar que Heine *et al.* (1991) esclarecem que a metáfora, em jogo, na gramaticalização, deve ser motivada e voltada, pragmaticamente, para a função da gramática. Em outras palavras: com base nela (metáfora), não se originam novos termos, mas predicções são apresentadas em novos contextos ou inseridas em outras situações, considerando-se a extensão de significados.

A partir dessa informação, em que a metáfora propicia a gramaticalização categorial, consegue-se entender que a progressão das estruturas gramaticais é possivelmente descrita em palavras de algumas categorias cognitivas básicas, partindo sempre, unidirecionalmente, do termo à esquerda (mais concreto), numa escala como se observa a seguir:

Pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade

No quadro abaixo, pode-se verificar de que maneira as categorias da escala metafórica revelam muitos aspectos da estrutura das línguas. Há, conforme a ilustração que segue, a relação mútua entre classes de palavras e tipos de constituintes.

**Quadro 3:** Correlação entre categorias metafóricas, classes de palavras e tipos de constituinte

Categoria	Classe de palavras	Tipo de constituinte
PESSOA	Nome humano	Sintagma nominal
OBJETO	Nome concreto	Sintagma nominal
ATIVIDADE	Verbo dinâmico	Sintagma verbal
ESPAÇO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
TEMPO	Advérbio, adposição	Sintagma adverbial
QUALIDADE	Adjetivo, verbo de estado, advérbio	Modificador

Fonte: HEINE *et al.* (1991, p. 53)

De acordo com a proposta de Martelotta *et al.* (1996), a metáfora é entendida como um processo unidirecional de abstratização gradativa, por meio do qual conceitos referentes à experiência humana são empregados para exprimir algo mais abstrato. Além disso, os linguistas afirmam que os constituintes dessa escala integram domínios de conceptualização relevantes que organizam a experiência, cognitivamente, em uma relação metafórica, de modo que cada um deles pode distinguir qualquer categoria à sua direita. Então, passa-se a ter a ideia de metáfora categorial, ilustrada por *objeto para espaço ou espaço para tempo*, em que a primeira categoria constitui transporte metafórico para a expressão da segunda.

Quanto à metonímia, pode-se dizer que indica a transformação sofrida por certo termo graças ao contexto em que está sendo inserido. Para Martelotta *et al.* (1996), refere-se aos processos de mudança ou, ainda, mudança por contiguidade, pois se originam no contexto sintático. No caso da gramaticalização por metonímia, Traugott e König (1991) asseveram que se usa a inferência por pressão de informatividade como um mecanismo de substituição para indicar o processo em que o termo linguístico adota um valor novo inferido do valor original, resultante do contexto em que se encontra.

Nesse sentido, é pertinente conceber-se a ideia primeira de metonímia como o resultado da manipulação discursivo-pragmática dos conceitos subordinados a aspectos contextuais que se abrigam no plano da interpretação. Acrescenta-se a essa possibilidade conceitual o funcionamento da metonímia como um dos fatores essenciais na substituição semântica na trajetória da gramaticalização. A partir daí, passa a ser caracterizada como um processo de ressemantização dos termos, a começar pela extensão progressiva do uso ou pela reinterpretção mediada pelo contexto.

Neves (1997), ao se referir aos domínios metafóricos e metonímicos, postula que a metáfora é um mecanismo discreto e livre de resolução pragmática, ao passo que a metonímia

realiza a reinterpretação de maneira contínua influenciada pela pragmática. Desse modo, mesmo se tratando de operações diferentes, apresentam-se de forma complementares.

Gonçalves *et al.* (2007), ao se reportarem a esses processos, notificam que em muitos casos ambos se fazem presentes em excertos específicos da mudança. Segundo os autores, por meio da metáfora e da metonímia, encontra-se explicação para “a mudança de um item lexical ou de uma estrutura maior em um item ou construção mais gramatical” (p. 48). Para eles, essa alteração resulta mediada por um processo conceptual em consonância com a aproximação sintática.

Por outro lado, há também aspectos que as diferenciam, como os indicados no quadro abaixo:

**Quadro 4:** Principais diferenças entre a atuação da metáfora e da metonímia

Metáfora	Metonímia
Opera no eixo sintagmático	Opera no eixo paradigmático
Opera na inter-relação sintática dos constituintes	Opera na inter-relação de domínios conceptuais
Opera por reanálise (abdução)	Opera por analogia
Envolve implicaturas conversacionais	Envolve implicaturas convencionais

Fonte: GONÇALVES *et al.* (2007, p. 49)

Outro elemento significativo no processo da gramaticalização, ligado a motivações da mudança, são as relações icônicas que representam a conexão entre forma e sentido por elas expressas. Dessa forma, Gonçalves *et al.* (2007) argumentam que elas sucedem de um princípio que contraria a hipótese da arbitrariedade entre formas e funções nas línguas, de acordo com a proposição de Saussure.

Por sua vez, Haiman (1985) declara que as representações linguísticas são precisamente o que sugerem ser. Para ele, a língua não se constitui apenas de um inventário de termos arbitrários, mas também está incluso nela um sistema de regras gramaticais que harmonizam esses termos, objetivando expressar elementos complexos.

Por último, convém acrescentar que, frequentemente, em textos narrativos, utiliza-se o recurso das relações iônicas, em que os fatos são apresentados de acordo com a ordem em que ocorreram. Nesse aspecto, verifica-se que a iconicidade manifesta-se tanto na frase quanto no texto, revelando que essa motivação da mudança atua também em construções maiores e mais complexas.

1.2.1 O processo de gramaticalização dos operadores *mas* e *embora*

1.2.2 A gramaticalização de *mas*

Antes de adentrar no processo da gramaticalização dos operadores argumentativos supracitados, convém que se defina esses condutores linguísticos, pois eles, em particular o *mas* e o *embora*, constituem a base de pesquisa desta dissertação. Koch (2004, p. 30), citando Ducrot, declara que se referem a “certos elementos da gramática de uma língua que têm por função indicar (mostrar) a força argumentativa dos enunciados, a direção (sentido) para o qual apontam”.

Como forma de sistematização, a autora organizou esses operadores de acordo com as relações semânticas expressas por eles: *conjunção*, *disjunção*, *contrajunção*, *explicação*, *comprovação*, *conclusão*, *comparação*, *generalização*, *especificação*, *correção* dos quais apenas os destacados serão descritos mais adiante.

Quanto à atuação linguística ao longo do tempo, muitos são os defensores de que as línguas apresentam mudanças contínuas referentes à gramática. Tais mudanças são estimuladas por pressões de uso e por exigências do próprio sistema gramatical que, no contexto de produção, tornam-se mais evidentes e, conseqüentemente, necessárias, o que corrobora com a heterogeneidade das línguas e contribui com a dinâmica construção do sentido.

É nesse *continuum* de transformação que se incluem os operadores argumentativos *mas* e *embora* que expressam, com maior frequência, a ideia de contraste, na atualidade. Entretanto, esses dois recursos de articulação linguística já apresentaram, em outros momentos da história da língua portuguesa, valores semânticos diferentes, mesmo que a distinção entre eles não represente tarefa fácil.

A esse respeito, Lobo (2003, p. 18) argumenta que “a aproximação lógica de coordenadas e de adverbiais reflete-se por vezes em comportamentos sintáticos semelhantes, levando a que nem sempre seja fácil estabelecer uma linha demarcadora entre coordenação e subordinação.”

Ao referir-se ao processo de gramaticalização dos operadores argumentativos, Martelotta (1996, p. 109) pontua que

no caso dos operadores argumentativos, o processo de gramaticalização se dá por uma transferência do contexto situacional externo para o contexto discursivo interno, que constitui a manifestação da experiência intersubjetiva do conhecimento compartilhado por falante e ouvinte.

Nota-se que a gramaticalização por transferência de sentido ocorre, frequentemente, por meio da metaforização, a qual pode ser definida como uma mudança semântica motivada pela conexão entre o novo sentido do operador e aquele desempenhado anteriormente. Além disso, considera-se, também, que, em muitos itens lexicais, encontra-se o princípio da arbitrariedade,

pois os itens envolvidos nesse processo apresentam, atualmente, de modo geral, outras funções semânticas, se comparadas às exercidas no âmbito etimológico.

Quanto ao surgimento do item *mas*, Ernout e Meillet (1959) notificam que o advérbio latino *magis*, primeiramente, funcionava como grau de comparação. O emprego inicial desse termo limitava-se a adjetivos sem a marca morfológica de grau e, com o decorrer do tempo, passou a substituir o morfema comparativo de superioridade *-ior*. Referente à mudança estrutural de *mais* para *mas*, deu-se por meio da síncope, metaplasmo<sup>5</sup> de subtração de fonema no interior do vocábulo.

Segundo Bagno (2012), na fase mais antiga da língua portuguesa, o advérbio empregado em substituição do atual *mas* era *chus*, oriundo do latim *plus*, como apontam os exemplos:

(43) *Ca saem todos, em tempo do pã colher, a segar ou a servir por el, em algua guysa, assy que o que **chus** pouco ganha três ou quatro cafizes som.*

(44) *E ela, quando esto ouvyo, nõ se moveu **chus**.*

(45) *Visti **chus** alg~ua cousa?*

Possivelmente, com o desaparecimento de *chus* e o uso de *mais* como advérbio, apareceu a forma escrita *mas*, para assinalar a diferença entre as duas classes gramaticais. Todavia, essa alteração gráfica não equivale à pronúncia de *mas* em uma parcela significativa das variedades do português brasileiro. Tem-se, de fato, [maɪs] ou (maɪʃ] com um possível [ɪ] epentético<sup>6</sup>, ou, talvez, a resistência do [ɪ] que se fazia presente na língua antiga.

De acordo com o autor, a passagem de *mais* indicando “maior quantidade”, “acréscimo”, “aumento” para *mas* significando “contraposição”, “adversidade”, “oposição” pode ser vista da seguinte maneira: o advérbio *mais* era empregado, primeiramente, em construções comparativas de superioridade. Em seguida, esse advérbio, além da ideia de quantidade, assumiu também a de qualidade. Nesse sentido, o linguista afirma: “se *x* é *mais* do que *y*, então existe diferença entre *x* e *y* e, por conseguinte, existe *oposição* entre *x* e *y*” (p. 890), como mostra o exemplo medieval adaptado ao português brasileiro contemporâneo:

(46) *Grandes graças devemos dar a nosso senhor que não quer que os pecadores se percam, **mais** que voltem para ele e que façam penitência.*

Com base no enunciado, pode-se interpretar que *nosso senhor* pretende duas coisas:

A = que os pecadores não se percam.

B = que os pecadores se voltem para ele e façam penitência.

---

<sup>5</sup> De acordo com Coutinho (1976, p. 142), “metaplasmos são modificações fonéticas que sofrem as palavras na sua evolução”.

<sup>6</sup> Coutinho (1976, p. 146) define *epêntese* como o acréscimo de fonema no interior da palavra.

Nesse aspecto, considerando o sentido mais longínquo das construções adversativas, a partir do elemento comparativo, passa-se a ter o seguinte enunciado:

(47) *Mais do que querer que os pecadores não se percam, nosso senhor quer que eles se voltem para ele e façam penitência.*

Evidencia-se, portanto, a presença de uma ideia <sub>A</sub> e de uma ideia <sub>B</sub>, de modo que <sub>B</sub> é *mais* importante que <sub>A</sub>, fazendo surgir uma comparação de superioridade. Contudo, se uma coisa ou uma ideia é superior a outra, nessa relação há uma diferença, conseqüentemente, uma oposição entre elas, por isso:

(48) *Nosso senhor não só quer que os pecadores não se percam, mas que eles se voltem para ele e façam penitência.*

Ainda com referência à natureza de contraste, Barreto (1999) e Castilho (1997) asseguram que a forma latina *magis* era, com frequência, utilizada ao lado de *sed*. Dessa maneira, a sentença *sed magis*, verificada em sua extensão, iniciava uma ação que se efetuava em lugar de outra, no caso, desconsiderada.

Além disso, a forma medieval *mays* inscreve-se numa linha ininterrupta com o termo latino *magis*, como informa Nunes (1989):

Para compensar a perda das demais conjunções latinas recorreu a língua a outras palavras, principalmente aos advérbios e preposições, e com elas criou novas, umas vezes se orientado com uma só destas partículas como *mas* [...]. A primeira forma desta partícula foi *mais*, como ainda pronuncia o povo, porém, já no período arcaico aparece a actual [*mas*], que deve ter resultado daquela em virtude de próclise e, perdendo a sua primitiva significação de comparativa, tomou a especial de adversativa (p. 353).

Ao se referirem à transformação de *magis* a *mas*, Corominas e Pascual (1980-1983) dizem que *mais* foi empregado também como conjunção adversativa com significação similar ao *mas* que temos hoje. Conforme os autores, essa forma caracteriza a mudança da primeira palavra em circunstância proclítica que era usada na linguagem escrita do século XIV e, com esse sentido, permanece em uso, atualmente, tanto na linguagem dialetal de Portugal quanto na do Brasil.

### 1.2.3 Gramaticalização de *embora*

Ao estudar o processo de formação do termo *embora*, entende-se que ocorreu por meio da composição por aglutinação<sup>7</sup>. Contudo, além do aspecto morfológico, verificam-se transformações sintáticas e semânticas realizadas ao longo do tempo. Por isso, antes de abordar o seu valor concessivo, julgou-se necessário apresentar sua evolução histórica, de modo a esclarecer, na medida do possível, alguns pontos que, direta ou indiretamente, contribuirão com o entendimento que se tem hoje desse operador.

Ao considerar a mudança de classe gramatical da expressão *embora* (em boa hora), Coutinho (1976, p. 173) atribui a sua transformação à *derivação imprópria*<sup>8</sup>. Entre os doze itens descritos pelo autor para modificar palavras, nesse campo derivacional, há aquele em que verbos e advérbios assumem a categoria de conjunção: quer... quer, seja... seja, já... já, *embora*. Verifica-se, nesse caso, que a mudança dá-se considerando o termo *embora* em sua forma atual, com apenas uma acentuação.

Conforme Ali (2001), na era medieval, estendendo-se até a idade moderna, acreditava-se que o sucesso dos atos humanos atrelava-se à hora em que eram realizados. Por isso, comumente, utilizavam-se expressões optativas ou imperativas como forma de transmitir sinceridade, cortesia. Entre essas expressões, a mais usada era a locução *em boa hora*. Guimarães (2007) e Coutinho (1976) asseguram que essa expressão veio do latim *in bona hora*, adquirindo, com o uso, as formas *em boa Hora*, *emboora* e *embora*, conforme o exemplo com uma dessas grafias:

(49) *Senõr, eu por agora nõ quero de vós nenhua pagua, mas hyrees muyto emboora e tornare(e)e aqui conde d'Ourem e entõ me pagarees.*

Entretanto, havendo má vontade contra alguém e que precisasse ser expressa, empregava-se o agouro malevolente *em hora má*. Seguem alguns exemplos do agouro benevolente e malevolente a partir das fórmulas *em boa hora/embora* e *em hora má*:

(50) *Vaamos em boa hora nosso caminho* (ZURARA, Guiné 337).

(51) *Que disse em boa hora o que lhe aprouvesse* (Ibid 186).

(52) *Venhaes em boa hora... e nam perdoeis a minhas orelhas, porque já entendo ao que vindes; avezado sou a ouvir cousas que me dão pena* (ARRAIS 555).

---

<sup>7</sup> Para Coutinho (1976, p. 180), “consiste a *aglutinação* na união íntima de duas ou mais palavras, para formarem uma terceira, o que se não dá sem prejuízo da integridade material de um dos elementos”.

<sup>8</sup> Na concepção de Coutinho (1976), *derivação imprópria* é o processo que consiste na mudança de classe gramatical das palavras, sem intervenção de sufixo.

(53) *Paio Vaz se queres gado/ dá ó demo essa pastora/ paga-lho seu, vá-se **embora**/ ou má hora/ e põe o teu em recado.*

Por outro lado, o mesmo autor, referindo-se à organização estrutural desse vocábulo, situa-o na composição por aglutinação, que é a “união íntima de duas ou mais palavras, para formarem uma terceira, o que não se dá sem prejuízo da integridade material de um dos elementos”, e exemplifica: viandante (via+andante), amaria (amar+havia), Monsanto (Monte+santo), *embora* (em+boa+hora). Nota-se aí que a informação recai sobre a fórmula *em+boa+hora*, com perda de material do adjetivo “boa” e do substantivo “hora”.

Com o frequente uso da locução *em boa hora*, chega-se à fusão das três palavras, transformando-se assim em *embora*, a qual passou a ser adotada naturalmente pela linguagem literária. Em muitas obras de Vieira, encontram-se vários exemplos que ilustram a locução aglutinada, isto é, constituindo apenas uma palavra.

(54) *As promessas do premio dilatam-se **embora*** (VIEIRA, Serm. 2,395).

(55) *Mate-me **embora**, comtanto que sela imperador* (VIEIRA, Serm. 5,360).

(56) *Mas Francisco Xavier, venha-lhe **embora** a tentação dormindo, que dormindo e acordado, sempre estás seguro* (VIEIRA, Serm. 8,104).

Outro aspecto relevante é o uso dos verbos “ir” e “vir” na forma imperativa, os quais acompanham a expressão *embora*, quando se deseja bom êxito a outra pessoa. Tal noção, expressa pelo advérbio *embora*, depreciou-se na consciência moderna, que, de forma confusa, aplica nele a ideia de ‘afastamento’, desconsiderando a informação verbal. Assim, com o apagamento do sentido comum ao advérbio *embora*, torna-se ininteligível o seu emprego com verbos que designam a ideia de repouso. Seguem alguns exemplos:

(57) *Vay-te **embora**, ou na má hora* (VIEIRA, Serm. 1, 208).

(58) *Queria Christo introduzir o Sacramento, e lançar fora o cordeiro da Ley, e para isso permitio que o cordeiro estivesse **embora** na mesma mesa com o Sacramento: que desta maneira se desterram com suavidade as sombras das leys velhas(...)* (VIEIRA, Serm. 11, 422).

Além das possibilidades de sentido expressas pelo advérbio *embora*, no decorrer da história da língua portuguesa, principalmente com ideia de tempo, convém acrescentar que esse termo também foi utilizado para iniciar, em alguns momentos, orações optativas. Em outras ocasiões, para mostrar que o fato pode ser concedido, ou que o protagonista do discurso não se manifesta, contrariamente, a tal fato.



A partir desses processos, o advérbio *embora* passou à categoria de conjunção concessiva, modificando assim a contextura oracional, isto é, a oração principal assume o valor de subordinada, e a correlata passa a funcionar como principal, como ilustra o exemplo abaixo:

(59) *Honrem-se **embora** com essas arvores os seus montes, que os nossos vales não hão mister quem procure a sua exaltação* (VIEIRA, 5,360).

De acordo com Guimarães (2007), as mudanças que se estendem da expressão *em boa hora* até o termo *embora*, este último funcionando como conjunção, apresentam-se em três momentos:

1º. Momento: *em boa hora*, *embora* eram utilizados quando se desejava bom augúrio. Estende-se até o século XV.

2º. Momento: *embora* utilizado quando se desejava bom augúrio e para conceder a possibilidade ou para indicar o não contraste. Ocorre no período do século XV ao século XVII.

3º. Momento: *embora* usado como advérbio junto aos verbos *ir*, *vir* e *mandar*; usado como conjunção concessiva. Este último uso dá-se a partir do século XVIII.

Nesse sentido, observa-se que o operador *embora*, que no século XV era uma expressão temporal (*em boa hora*), usada para indicar bom augúrio, assumiu, no final do século XV até o XVII a ideia indicativa do não contraste. Somente a partir do século XVIII, essa fórmula categoriza-se como conjunção concessiva. Ressalte-se, portanto, que, atualmente, o uso do advérbio *embora*, acompanhado dos verbos de movimento *ir* e *vir*, além da inserção de outros verbos, ainda é bastante corrente, como mostram os exemplos retirados de Castilho (2012, p. 378).

(60) *Fomos **embora**.*

(61) (...) *a firma fala “tchau (...) vai embora!”* (D2 SP 343)

(62) *Com todos os problemas por aí a gente vai **embora**.* (DID RJ 135)

(63) *tem todo direito (...) ninguém vai poder mandar ele **embora**.* (EF RJ 364)

Em relação ao *embora* com ideia concessiva, eis alguns exemplos propostos por Neves (2011, p. 875):

(64) ***Embora** pareça absurdo, tenho às vezes sensação de recordar-me do dia do meu nascimento* (BB).

(65) ***Embora** as condições fossem bastante favoráveis para o arrendatário, a renda era de apenas 35 arrobas de algodão por alqueire* (BF).

(66) *Fazia um calor de matar, **embora** não se visse o sol* (CBC).

Para a autora, as construções concessivas indicadoras de contraste são essencialmente argumentativas. Nesse sentido, as construções acima, encaixam-se no mecanismo da argumentação, pois o falante/escritor pressupõe a objeção do ouvinte/leitor, porém a rejeita. Em outras palavras: pode-se dizer que no processo concessivo há uma hipótese de objeção por parte do interlocutor. Além desse aspecto, portanto, outras relações envolvendo o operador *embora* são possíveis, o que será visto no Capítulo II.

### 1.3 Os conectores *mas* e *embora* sob o enfoque da Gramática Tradicional

Tradicionalmente, muitos gramáticos apresentam considerações relevantes acerca dos elementos conjuntivos *mas* e *embora*. Esses articuladores de relação oracional e textual, além do papel básico de ligar frases e períodos, expressam sentidos variados, como contraste, restrição, entre outros.

Segundo Rocha Lima (1999, p. 185), são denominadas adversativas as orações que “relacionam pensamentos contrastantes”. Nas palavras do autor, o *mas* é conjunção adversativa por excelência, mesmo que existam outros termos com força adversativa, como *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, eles apenas evocam um tipo de concessão atenuada, não um contraste de ideias. Seguem os exemplos:

(67) *Gosto de navio, mas prefiro avião.*

(68) *Ele falou bem; todavia, não foi como eu esperava.*

Outro fator interessante envolvendo o uso das adversativas é a posição que ocupam no período. A conjunção *mas* é usada exclusivamente em começo de oração, ao passo que as demais adversativas podem situar-se no rosto da oração ou após um dos termos dela, como nos exemplos:

(69) *Gosto de navio, porém prefiro avião.*

(70) *Gosto de navio; prefiro, porém, avião.*

Quanto à concessiva, o autor informa que “expressa um fato – real, ou suposto – que poderia opor-se à realização de outro fato principal, porém não frustrará o cumprimento deste” (p. 276), como indica o exemplo:

(71) *Irei vê-la, / embora chova.*

Verifica-se que a hipótese apresentada na segunda oração (*embora chova*) não impedirá a intenção declarada na oração anterior (*Irei vê-la*), mesmo que pudesse tonar-se uma dificuldade à sua finalização.

Referente à ordem da conjunção no período, seguem os exemplos:

(72) **Embora** se esforce muito, não progride na vida.

(73) Não progride na vida, **embora** se esforce muito.

Como se pode observar, o juntor concessivo pode posicionar-se antes ou após a principal. Entretanto, a anteposição parece constituir-lhe maior realce, além de permitir o emprego de uma palavra ou expressão que saliente o contraste de ideias, como *ainda assim*, *mesmo assim*, *contudo*, *entretanto*, *sempre*, *todavia*, entre outras:

(74) **Embora** se esforce muito, / (*ainda assim*, *mesmo assim*, *entretanto*) não progride na vida.

Na concepção de Cintra & Cunha (2013), a conjunção *mas* apresenta, além da ideia de contraste, outros valores, como a) restrição, b) retificação, c) atenuação ou compensação e d) adição. Os autores ilustram esses valores com os seguintes exemplos:

(75) restrição: *Continuou a conversa interrompida com a senhora gorda, que tinha muitos brilhantes, **mas** uma terrível falta de ouvido, porque não se pode ter tudo* (M.J. de Carvalho, *PSB*, 145).

(76) retificação: *Eram mãos nuas, quietas, essas mãos; serenas, modestas e avessas a qualquer exibicionismo. **Mas** não acanhadas, isso nunca* (M.J. de Carvalho, *PSB*, 138).

(77) atenuação ou compensação: *Vinha um pouco transtornado, **mas** dissimulava, afetando sossego e até alegria* (Machado de Assis, *OC*, I, 541).

(78) adição: *Anoitece, **mas** a vida não cessa* (R. Brandão, *P*, 150).

Cegalla (2008), ao referir-se às adversativas, com destaque a que começa com a conjunção *mas*, afirma que exprimem contraste, ressalva, compensação, semelhante ao que postulam Cintra & Cunha. Eis os exemplos:

(79) *Querem ter dinheiro, **mas** não trabalham.*

(80) *A espada vence, **mas** não convence.*

(81) *É dura a vida, **mas** aceitam-na.*

Nas palavras de Almeida (2009), *mas* indica, de forma nítida, adversidade de ideia. Ele acrescenta ainda que nessa conjunção reside a maior força adversativa e que ela, diferente das demais com sentido semelhante, “sempre vem no rosto da oração” (p. 350), ou seja, encaixa-se, rigorosamente, no início da oração para sinalizar o contraste. O autor acrescenta que à ideia de ir opõe-se a ideia de voltar e exemplifica:

(82) *Ele foi, **mas** não voltou.*

(83) *Davi escolheu o tempo da noite e assim chorava de noite, **mas** de dia não chorava.*

(84) *Entrou, **mas** não pôde sair.*

Segundo Bechara (2009, p. 321), as conjunções adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas”. Para ele, as adversativas por excelência são *mas*, *porém* e *senão* e, ao contrário das aditivas e alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas restringem-se a duas. *Mas* e *porém* enfatizam a oposição; *senão* designa a incompatibilidade, como nos exemplos:

(85) *Acabou-se o tempo das ressurreições, **mas** continua o das insurreições.*

(86) *Conseguimos vencer não por protecionismo, **senão** (= *mas sim*) por capacidade.*

Em relação à conjunção *embora*, (1) Cintra & Cunha (2013), (2) Cegalla (2008), (3) Almeida (2009) e (4) Bechara (2009) apresentam, primeiramente, a definição de concessão e, em seguida, por meio de exemplos, fazem referência a esse juntor.

Para (1), as concessivas iniciam uma oração subordinada, admitindo um fato contrário à oração principal, contudo incapaz de impedi-la. Exemplo:

(87) *Não saberei nunca escrever sobre ele, **embora** tenha tentado mais de uma vez.*

Em (2), as concessivas exprimem um fato que se concede, que se admite, em oposição ao da oração principal. Entretanto, quando coordenadas alternativas, dispensam, em geral, a conjunção subordinativa concessiva. Exemplos:

(88) ***Embora** não possuísse informações seguras, ainda assim arriscou uma opinião.*

(89) *(**Embora**) Chovesse ou fizesse sol, o Major não faltava.*

Em (3), as concessivas são as que ligam indicando concessão. Exemplo:

(90) ***Embora** vá de avião, você não alcançará o vapor.*

Para (4), as concessivas iniciam oração que exprime um obstáculo – real ou suposto – sem impedir ou modificar de modo algum a declaração da oração principal. Exemplo:

(91) ***Embora** chova, sairei.*

De acordo com Azeredo (2012, p. 305), “a conjunção adversativa típica é *mas*.” Ele assegura que esse juntor apresenta uma relação básica de contraste entre dois fatos ou ideias e, com esse sentido, o valor contrastivo constitui-se:

1) de uma simples oposição de dois conteúdos, como assinala o exemplo:

(92) *A secretária dele é antipática, **mas** competente.*

2) da quebra de uma expectativa criada pela primeira proposição, como indica o exemplo:

(93) *O lutador era magrinho, **mas** derrubava todos os seus adversários.*

No exemplo (92), nota-se que a ideia iniciada por *mas* recebe ênfase em relação ao fato anterior e se institui em relação à atenção do leitor. Dessa forma, o período com conector

adversativo funciona como argumento para os efeitos de sentido que o escritor deseja produzir. Verifiquem-se os efeitos de sentido retirados das frases seguintes:

(94) *Ela é antipática, **mas** competente.*

(95) *Ela é competente, **mas** antipática.*

Na frase (94), com efeito positivo, há o realce e a valorização da competência, a qual é retratada como uma compensação para o comportamento negativo. Já a frase (95), com caráter negativo, põe em evidência a antipatia, em detrimento da qualidade.

Veja-se, por último, a relação expressa por *mas* nas frases que seguem:

(96) *A bola bateu no espinho, **mas** não estourou.*

(97) *Meu vizinho tem três filhos, **mas** nenhum é médico.*

Notadamente, alguns contrastes parecem mais claros que outros. Assim, o contraste realizado por (96) é mais evidente que o efetuado por (97), pois o primeiro abriga-se no pressuposto consensual de que os espinhos frequentemente perfuram a bola; enquanto o segundo aciona o mecanismo de suposição, com variação de interlocutor para interlocutor.

Com base nas considerações feitas por alguns autores acima, verificam-se tanto semelhanças quanto divergências conceituais entre os autores. Nas palavras de Rocha Lima (1999), as adversativas relacionam *pensamento* contrastante. Embora haja imprecisão no termo *pensamento*, o autor confere às conjunções adversativas a função de relacionar, evidenciando que os pensamentos têm a natureza de contraste.

Ao realçar *mas* como adversativa por excelência, ele deixa espaço para a suposição de que tal característica não se faz presente nos termos *porém*, *todavia*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, os quais evocam uma espécie de concessão atenuada. Com o termo *atenuada*, percebe-se que *mas* tem sentido mais forte que as outras conjunções, proposta a que se filia, também, Almeida (2009).

Na concepção de Bechara (2009), as adversativas enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas. Com essa afirmação, o autor deixa nas entrelinhas, por meio do verbo *apontar*, a prévia oposição entre as unidades enlaçadas. Nesse sentido, não há restrição quanto à natureza de tais unidades, ou seja, não indica se se refere a orações ou aos termos conjuntivos.

Em face do que foi apresentado, percebe-se que tanto o conector *mas* quanto o *embora* são instrumentos essenciais da argumentação, como mecanismos de contraposição. Entretanto, verificou-se, também, o valor polissêmico dos conectores em estudo, principalmente de *mas*, que, além da sua atuação de contraste, expressa restrição, compensação, entre outras. Dessa forma, caminha-se para outra etapa desta dissertação em que esses articuladores quer sob o

amparo da Linguística Textual, quer sob a égide de estudiosos das “gramáticas” da língua portuguesa do Brasil, apresentam outras possibilidades de sentido.

## CAPÍTULO II

### 2 FUNCIONALISMO, LINGUÍSTICA TEXTUAL E SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

#### 2.1 Breve visão acerca do Funcionalismo em Linguística

A preocupação com a linguagem humana sempre motivou homens e mulheres a construir vários aportes teóricos, cujo objetivo reporta-se não só à descrição da estrutura ou à fundamentação da forma, mas também à base comunicativa responsável pelos dados reguladores da interação entre falantes/escritores e ouvintes/leitores. Com essa visão voltada tanto para a comunicação quanto para o processo interativo, inicia-se a corrente funcionalista de um modo geral.

De acordo com Marcuschi (2008), uma vertente com bastante influência durante o século XX foi a que se denominou Funcionalismo, com representantes da Escola de Praga, como Nikolaj Trubetzkoy (1890-1938); Roman Jakobson (1896-1982), conhecido pela sua teoria das *funções da linguagem*, cujo desempenho alcançou grande prestígio; a Escola de Copenhague, com Louis Hjelmslev (1899-1965), além da Escola de Londres, com John Firth (1890-1960), responsável pela sistematização da ideia de *contexto de situação* desenvolvida por Malinowski.

Segundo Sampson (1980), confere-se aos membros do Círculo Linguístico de Praga as primeiras análises de natureza funcional, porque eles buscaram perceber a linguagem a partir da perspectiva das funções exercidas pelos diversos componentes estruturais em uso. Nesse sentido, o Funcionalismo distingue-se como um movimento que põe em relevo as funções internas e externas das unidades linguísticas. A propósito, Neves (1997, p. 17) considera que a abordagem do Círculo de Praga pode ser compreendida como “um estruturalismo funcional”, uma vez que, para essa escola, a língua forma um sistema funcional, em que os aspectos estrutural e funcional coexistem lado a lado.

Convém notar que a caracterização do modelo teórico funcionalista não pode ser feita com facilidade, pois muitos são os pontos de vista que constituem essa corrente linguística. A esse respeito, Neves (2001, p. 1) afirma:

Caracterizar o *funcionalismo* é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam. Prideaux (1994) afirma que provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos lingüistas que se chamam funcionalistas, denominação que abrange desde os que simplesmente rejeitaram o formalismo até os que criam uma teoria. A verdade é que, dentro do que

vem sendo denominado – ou autodenominado – “funcionalismo”, existem modelos muito diferentes.

Em atenção ao que argumenta a autora, nota-se que além do rótulo funcionalismo abarcar diversas versões de trabalhos, volta-se também a um grande número de linguistas que se consideram *funcionalistas* em razão da oposição que nutrem contra o formalismo. Nesse jogo de abordagens, o mais interessante é a concepção de língua com a qual se acerca essa corrente: é um instrumento de interação social, cabendo ao linguista a incumbência de averiguar a maneira como os usuários utilizam a língua.

É com essa ideia de uso da linguagem que os estudos funcionalistas apoiam-se no fato de que a estrutura linguística não pode ser representada de forma adequada sem a consideração do evento comunicativo. Notadamente, uma das maiores cooperações dos modelos funcionalistas é a integração da sintaxe, da semântica e da pragmática na teoria gramatical.

Ao estudar a língua no plano da interação social, o funcionalista geralmente opõe-se à autonomia da língua em detrimento do texto/discurso. Dessa forma, Votre e Naro (1989) esclarecem que a função comunicativa da língua desempenha predomínio sobre sua forma, ou, de modo mais extremo, a forma da língua “deriva” do uso que dela se faz.

Embora a caracterização do Funcionalismo não seja tão simples, Silva (2005, p. 50), com a intenção de elucidar essa forma de estudo da língua, assegura:

O Funcionalismo comporta estudos que ressaltam a dinamicidade da gramática, levando em conta que as formas linguísticas se acomodam às necessidades informacionais dos falantes. Qualquer abordagem que se pretenda funcionalista deve considerar, basicamente, a verificação de como a língua é usada nos processos comunicativos.

Quanto ao termo função, muitos são os sentidos que ele expressa, que para Pezatti (2009, p. 169), apresenta três conceitos. No primeiro, é visto como resultado de seleções “que excluem um número de elementos da mesma classe”. A mudança na preferência não só em número como também em classificação de unidades “altera conseqüentemente sua carga funcional”.

Com referência ao segundo conceito, a linguista argumenta que há “uma relação direta entre uma dada forma e seu significado referencial, que regula as condições de mudança linguística” (p. 170).

Por último, no terceiro conceito, a autora restaura os estudos de Labov, com base na “motivação discursiva da estrutura sequencial [...] entre dado *versus* novo e tema *versus* rema”. Ainda segundo a estudiosa, essa abordagem pode ser compreendida como “um dos sistemas da



gramática polissêmica, cuja “organização informacional relaciona estruturas de uma sentença a estruturas de outra” (p. 170).

Na concepção de Martelotta e Areas (2003, p. 18), a palavra função pode ser entendida como

um termo polissêmico e não uma coleção de homônimos. Todos os sentidos do termo de certa forma se relacionam, por um lado, à dependência de um elemento estrutural com elementos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não estrutural) e, por outro lado, ao papel desempenhado por um elemento estrutural no processo comunicativo, ou seja a função comunicativa do elemento.

Diante disso, verifica-se que com essa variedade e possibilidades de percepção referentes ao termo função, os paradigmas teóricos que se baseiam no funcionalismo linguístico não instituem entre si relações sempre homogêneas. Há, para a maioria dos autores, modelos teóricos construídos de forma diversificada, embora apresentem pressupostos e relações básicas entre eles, no que tange aos processos comunicativos em contextos textuais/discursivos.

Ao se reportar à gramática funcional, Neves (2004, p. 15) concebe-a como “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social”. Dessa forma, não só trata da análise da estrutura interna da língua, como também da análise da situação comunicativa, que compreende a finalidade do evento da fala, os componentes desse evento e o contexto textual/discursivo. Destaca-se, nesse aspecto, a tarefa essencial da gramática funcional que é “fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso” (p. 3).

Em relação a esse modelo de gramática, Neves (1997, p. 147) explicita:

A gramática funcional pretende-se igualmente aplicável a todas as línguas e todos os tipos de língua. Na prática, isso significa uma tentativa de atingir o equilíbrio entre o geral e o particular: as descrições não devem ser tão específicas de uma língua que não possam ser transferíveis para outras línguas, nem podem ser tão gerais que as peculiaridades das línguas individuais sejam obscurecidas.

Para Mackenzie (1992), a gramática funcional tem como hipótese básica a existência de uma ligação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua – o aspecto funcional – e a sistematicidade da estrutura da língua – o aspecto gramatical. De outra forma, a gramática funcional objetiva explicar as simetrias das línguas e, a partir delas, aspectos recorrentes das situações em que os interlocutores usam a língua.

No tocante ao funcionalismo norte-americano, Cunha (2012) assevera que as análises referentes a essa teoria começaram a se expandir em torno de 1975. Nesse espaço de mudança linguística, o texto considerado pioneiro no desenvolvimento do ideário funcionalista norte-

americano denomina-se *The Origins of Syntax in Discourse*, publicado por Gillian Sankoff e Penelope Brown, em 1976.

Em 1979, Talmy Givón, inspirado nas descobertas de Sankoff e Brown, publica *From Discourse to Syntax*, trabalho de natureza antigerativista, que entende a sintaxe como um instrumento a realizar certa função, “e é essa função que determina a sua maneira de ser” (p. 164). Nessa esteira funcionalista, tem-se, também, a contribuição de Sandra Thompson e Paul Hopper que, além dos estudos individuais, apresentam o trabalho intitulado *Transitivity in grammar and discourse* (1980).

Nesse artigo, os autores reinterpretem a definição tradicional de transitividade como uma propriedade escalar formada por dez arquétipos sintático-semânticos autônomos e covariantes. Conforme a presença ou a ausência desses arquétipos, a cláusula<sup>9</sup> caracteriza-se ora mais, ora menos transitiva. O sistema de transitividade e seus arquétipos individuais filiam-se a uma função discursivo-argumentativo: a de designar as partes centrais e adjacentes de um texto narrativo. Nota-se aí que fatores textuais/discursivos intervêm na codificação da transitividade.

No cenário brasileiro, os estudos de natureza funcionalista verticalizam-se a partir de 1980, com a formação de grupos de pesquisadores que sugerem fatores de caráter comunicativo e cognitivo para elucidar o desempenho de tópicos morfossintáticos em textos orais e escritos. Nesse contexto, tem-se o trabalho do precursor Rodolfo Ilari, intitulado *Perspectiva funcional da frase portuguesa*, que discorre acerca do dinamismo comunicativo concernente a tema<sup>10</sup> e rema, conceitos presentes nas reflexões da Escola de Praga.

Além disso, sobressaem-se os pesquisadores do *Projeto Norma Urbana Culta* (NURC), que envolve diversas capitais brasileiras, o *Projeto de Estudo do Uso da Língua*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Peul – UFRJ) e o *Grupo de Estudos Discurso & Gramática*, presente em muitas universidades, como Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Convém acrescentar que o *Grupo de Estudos Discurso & Gramática* atua com base no funcionalismo norte-americano e tem como ponto central de interesse o estudo dos processos de gramaticalização. Entretanto, essa corrente apresenta outros princípios, como informatividade, iconicidade, marcação, transitividade, entre outros.

---

<sup>9</sup> O termo *cláusula*, em inglês *clause*, tem sido utilizado, frequentemente, pelo Funcionalismo como alusão à oração.

<sup>10</sup> Conforme Cunha (2012), no modelo de Jan Fibas (Escola de Praga), *tema* é a parte da oração que representava a informação já conhecida pelo ouvinte – a informação dada. E *rema* é a parte que contém a informação supostamente desconhecida – a informação nova.

Quanto ao princípio da informatividade, *Votre et al.* (1993) consideram-na como conhecimento partilhado entre os participantes da interação verbal. Do ponto de vista cognitivo, um indivíduo comunica-se com o desígnio de apresentar a seu interlocutor uma informação acerca de algo pertencente ao universo interno ou externo desse emissor ou, em outro contexto, tentar persuadi-lo. A partir desse princípio, efetua-se a análise do *status informacional* dos referentes nominais, entre eles “dado”, “novo” e “inferível”.

Em relação à iconicidade, *Votre et al.* (1993, p. 10) informa que “a expressão tem a forma que tem por causa do conteúdo que veicula”. Nesse sentido, a iconicidade ajusta-se à relação ocasionada entre forma e significado, ou seja, entre expressão e conteúdo. Na visão funcionalista, a estrutura da língua contempla, em certa medida, o conhecimento do falante/escritor, fato indicador de que esse princípio (iconicidade) alicerça-se na conexão entre gramática e cognição.

Com referência ao princípio da marcação, *Votre (op. cit.)* diz que por meio dele dispõem-se, de modo escalar, as estruturas da língua entre dois extremos: de um lado, tem-se a categoria marcada, de outro, a não-marcada. Desse modo, as formas linguísticas marcadas caracterizam-se pela pouca frequência de uso em determinada língua, em outras palavras, são formas mais esporádicas. Por outro lado, as não-marcadas definem-se pela frequência constante de uso.

Ao tratar a transitividade como responsável pela organização semântica da frase, a abordagem funcionalista entende-a como “o sistema que dá conta basicamente da seleção de processos e relações e de seus participantes, e, assim, da seleção de funções sintáticas na estrutura da frase” (NEVES, 1991, p. 59).

Segundo a Linguística Funcional norte-americana, a transitividade é compreendida como uma propriedade ininterrupta da oração, um conjunto em funcionamento, não uma propriedade categórica do verbo. Trata-se da gramática da oração, uma vez que é nela que podem ser verificadas as relações entre o verbo e seus argumentos. Nesta perspectiva, a transitividade exprime dois componentes: um sintático e um semântico (CUNHA; SOUZA, 2007).

Na Linguística Sistêmico-Funcional, observa-se a língua a partir do seu uso, considerando sempre a interação entre falantes/escritores. Nessa esfera, Halliday (1985) assinala que a linguagem é definida não só como um sistema semiótico social, mas também como um dos sistemas de significado que constituem a cultura humana. Assim, é possível declarar que a linguagem, o texto e o contexto, em conjunto, assumem o papel da organização

e desenvolvimento da experiência humana, o que configura a função social da transitividade nessa abordagem.

Diante dos aspectos apresentados, evidencia-se que a corrente funcionalista quer oriunda das reflexões europeias, quer dos estudos norte-americanos ou brasileiros, tem mostrado, por meio de várias abordagens, a pluralidade que reveste a linguagem. Com uma visão semelhante, entra em cena a Linguística Textual, que também ultrapassa os limites da frase e baseia-se no princípio de que a língua deve servir de instrumento de interação social entre os usuários.

## **2.2 Linguística Textual: da análise transfrástica ao contexto**

Diante da necessidade de construir-se uma ciência que contemplasse a estrutura e o funcionamento do texto em suas várias dimensões, como correferência, pronominalização, coesão, fatores de coerência, contexto, entre outros, muitos estudiosos europeus, nas décadas de 60,70 e 80, apresentaram pesquisas significativas relacionadas ao texto. No primeiro momento, tem-se a *análise da frase*, posteriormente, a *gramática de texto* e, por último, a *teoria do texto*, reflexões que, mesmo sem homogeneidade, segundo Koch (2009), representam, de modo geral, as três fases de constituição da Linguística Textual, doravante LT.

Antes de apresentar a trajetória da LT, considerou-se relevante mostrar o surgimento desse termo (linguística textual), a fim de relacionar de forma mais concreta sua designação com a ideia que o constitui.

Conforme Fávero (2010), a gênese dessa expressão encontra-se em Coseriu (1955, 2007), que, após aprofundado estudo, mostra as diversas possibilidades de análise linguística do texto, partindo do nível semântico para o transfrástico, em que o texto não é visto de forma individual, mas como fatos verdadeiros que ultrapassam a proposta de análise da gramática tradicional, pois chegam ao nível textual como unidade de sentido.

Todavia, com a acepção encontrada atualmente, foi empregada pela primeira vez por Weirinch (1966), para quem toda Linguística é Linguística de Texto, cujo objetivo é construir uma macrossintaxe discursiva alicerçada no tratamento textual de categorias gramaticais. Além disso, o linguista afirma que o texto é uma continuidade linear de lexemas e morfemas que se adaptam mutuamente e dessa forma edificam o contexto.

Convém acrescentar que, para a construção de uma base sólida da LT, os idealizadores e propagadores dessa vertente serviram-se de alguns precursores históricos distintos, segundo estudos de Tafarello e Rodrigues (1993), que integram três correntes de pensamento:

A primeira foi a Retórica Clássica, com os principais cultores Empédocles, Corax e Tísias, da qual dois segmentos relacionam-se com a LT: um refere-se à definição de operações linguísticas subjacentes à produção do texto, isto é, à sua microestrutura; o outro reporta-se à localização do texto no processo global de comunicação, ou seja, volta-se à sua macroestrutura.

A segunda foi a Estilística que se utilizou da retórica, da gramática e da filosofia e tinha por objeto de estudo todas as relações que se sobrepunham ao nível da frase.

A terceira esteve a cargo dos Formalistas Russos, integrantes do Círculo Linguístico de Moscou, entre os quais se encontram Propp que fez a análise da estrutura dos contos populares, bem como Jakobson que rompeu com os padrões tradicionais de análise textual, com base no esquema de comunicação em que estão inclusos emissor, canal, código, interlocutores, entre outros.

De acordo com Fávero e Koch (2012), outra contribuição para a efetivação da LT é o trabalho dos precursores *strictu senso*, como Hjelmslev, que define texto como toda e qualquer manifestação da língua, curta ou longa, escrita ou falada. Nesse sentido, “qualquer língua é ela própria um texto, um texto ilimitado” (p. 39). As autoras apresentam a síntese do pensamento de alguns desses precursores:

Harris, para quem a linguística descritiva não deve ater-se somente ao enunciado, afirma que “a linguagem não ocorre por palavras ou frases isoladas, mas em ‘alocuições conectadas’ – desde um enunciado de uma só palavra até uma obra de dez volumes” (p. 44).

Jakobson, que contribuiu como condutor da Linguística voltada ao discurso, pois redefiniu e ampliou o estudo das funções da linguagem, acrescentando as funções fática, metalinguística e poética.

Benveniste, ao argumentar que somente no uso da língua assumida pelo homem, e na circunstância da intersubjetividade, é que a comunicação torna-se realizável; e Pêcheux, para quem a língua é vista como condição de possibilidade do discurso, pois aí “se encontra refletida a ilusão do sujeito, isto é, a sua interpretação feita pela ideologia” (p. 43).

### 2.2.1 As fases de constituição da Linguística Textual

Após uma breve apresentação do surgimento da LT, das correntes de pensamento que serviram de sustentáculo para essa vertente e da atuação dos precursores *strictu senso*, que trouxeram diversas reflexões referentes ao texto, quer relacionadas à frase, quer voltadas à complexidade de estruturas maiores e ao discurso, passa-se à constituição da LT, que, nas palavras de Bentes (2008), apresenta-se de forma heterogênea e para Marcuschi (1998a),

encontram-se propostas teóricas diversas. Entretanto, mesmo com as múltiplas concepções de teorias acerca do texto, podem-se distinguir três momentos ou fases que compreendem a LT, com suas peculiaridades, como se constatará a seguir.

De acordo com Koch (2009), a primeira fase da LT, que esteve atrelada a orientações de caráter diversificado, ora estruturalista ou gerativista, ora funcionalista, constituiu-se a partir da *análise transfrástica*, que tinha como preocupação fundamental o estudo dos mecanismos interfrásticos que integram o sistema gramatical da língua, cujo uso asseguraria a duas ou mais sequências o estatuto de texto.

Nesse aspecto, o texto era compreendido como “uma ‘frase completa’, ‘signo linguístico primário’ (Hartmann, 1968), ‘cadeia de pronominalizações ininterruptas’ (Harweg, 1968), ‘sequência coerente de enunciados’ (Isenberg, 1971), ‘cadeia de pressuposições’ (Bellert, 1970)”, que não se caracterizava como objeto autônomo, nem traduzia o objeto de análise em si, pois a pesquisa linguística nesse momento limitava-se a uma trajetória da frase para o texto. Então, pode-se afirmar que a *análise transfrástica* resultou da observação de que muitos fenômenos excederam os limites da frase simples e complexa, elementos integrantes da maior unidade de análise para a Linguística Estrutural e Gramática Gerativa.

Para Koch (2009), é no âmbito das conexões estabelecidas entre enunciados que surgem, como prioridade, as relações referenciais, de modo especial, a correferência, apontada como um dos principais fatores de coesão textual. Nesse sentido, nota-se o alto grau de relevância quanto ao papel dos elementos coesivos na instituição da coerência global do texto, nas análises transfrásticas, como ficam evidentes no fragmento textual a seguir:

Era um facão verdadeiro, sim senhor, movera-se como um raio cortando palmas de quipá. E estivera a pique de rachar o quengo de um sem-vergonha. Agora dormia na bainha rota, era um troço inútil, mas tinha sido uma arma. Se aquela coisa tivesse durado mais um segundo, o polícia estaria morto. Imaginou-o assim, caído, as pernas abertas, os bugalhos apavorados, um fio de sangue empatando-lhes os cabelos, formando um riacho entre os seixos da vereda. Muito bem! Ia arrastá-lo para dentro da caatinga, entregá-lo aos urubus. E não sentiria remorso. Dormiria com a mulher, sossegado, na cama de varas. Depois gritaria aos meninos, que precisavam criação. Era um homem, evidentemente (RAMOS, 1983, p. 106).

Como se pode observar, na quarta, na quinta e na sexta linha do excerto, encontram-se os casos de anáfora ou correferência marcadas por meio dos pronomes *o (-lo)* e *lhe*, que recupera o termo *o polícia*; a elipse do termo Fabiano, que funciona como sujeito de vários verbos – *movera-se*, *estivera*, *dormia*; o uso de tempos verbais: pretérito mais-que-perfeito (*movera-se*, *estivera*), pretérito imperfeito (*dormia*, *precisavam*, *tivesse*); o emprego dos

conectivos com valor de tempo (*agora, depois*) e lógico (*e, se*), além dos artigos definidos e indefinidos.

Convém acrescentar que nessa fase (transfrástica), Koch (2009) assevera que os fenômenos remissivos não correferenciais, como as anáforas associativas e indiretas, a dêixis textual, quase não eram levados em consideração, pois nesse momento o que estava em evidência era o *cotexto*. Segundo Koch (2011), o *cotexto* caracteriza-se como o entorno verbal, uma vez que a concepção de texto “era uma sequência ou combinação de frases, cuja unidade e coerência seria obtida através da reiteração dos mesmos referentes ou do uso de elementos de relação entre segmentos maiores ou menores do texto” (p. 23). Entretanto, autores como Isenberg (1968) e Valter (1979) já se preocupavam com as anáforas de tipo associativo, conforme os exemplos:

(98) *Ontem houve um casamento. A noiva usava um longo vestido branco. (ISENBERG, 1968)*

(99) *Era um belo povoado. A igreja ficava numa colina. (VALTER, 1979)*

Além da preocupação com as anáforas, um fato que chamou a atenção de muitos linguistas, quanto aos conectores, como construtores de coesão, é que, em muitos casos, embora esses elementos não estivessem no enunciado, a exemplo de *Chamei por você, ninguém me ouviu*, o leitor conseguiria construir o sentido global da sequência. Como é notório, a ausência do conector *mas* não impede que ele estabeleça as relações lógico-semânticas entre as partes constitutivas do período, o que insere a LT em outro patamar mais complexo – o da *gramática textual*.

De acordo com Marcuschi (1998), é na segunda fase da LT, designada como *gramática textual*, que o texto foi introduzido pela primeira vez como objeto principal da Linguística. Com essa visão, buscou-se instituir um sistema finito e recorrente de regras, compartilhado pelos usuários de uma língua. Por meio desse sistema de regras, forma-se a competência textual de todo usuário, pois, como assevera Koch (2009), a partir das competências básicas de Charolles (1983), todo falante de uma língua pode fazer a distinção entre um texto coerente e um agrupamento incoerente de enunciados. Além disso, o escritor/falante pode construir paráfrase, resumo, ser capaz de perceber a completude ou não de um texto, de atribuir-lhe um título, ou de produzir um texto com base em um tema proposto.

Nessa perspectiva, entende-se que a *gramática textual* objetiva refletir fenômenos linguísticos que estavam fora do alcance de uma gramática do enunciado, pois nessa abordagem evidencia-se a descontinuidade entre enunciado e texto, uma vez que o que os diferencia volta-se prioritariamente ao aspecto de ordem qualitativa. Nesse sentido, inverte-se o método

ascendente que parte da frase para o texto, requerendo-se o método descendente, do texto para a frase, e adota-se a unidade hierarquicamente mais alta – o texto – de onde se pretende atingir as unidades menores e, a partir daí, proceder à classificação.

Na concepção de Lang (1971), o texto é “o resultado de operações de integração”, cuja significação constitui um todo, diversificado da soma das significações das frases que o formam, visto que possui, com referência a esta, um “suplemento de significação”. Em seu artigo intitulado “*Quand une ‘Grammaire de Texte’ est-elle plus adéquate qu’une ‘Grammaire de Phrase’?*” (1972), o autor reforça a ideia acima, ao afirmar que “há fatos linguísticos cuja explicação exige que se recorra a um contexto exterior às fronteiras da frase” (p. 75).

Conforme Fávero e Koch (2012), outro autor que merece destaque na construção da *gramática textual*, mesmo que não tenha apresentado, exatamente, um modelo dessa gramática, é Weinrich. Para esse autor, sob o ponto de vista estruturalista, o texto é uma sucessão linear de lexemas e morfemas que se adaptam, mutuamente, e que, de forma recíproca, constituem o contexto, ou seja, o texto é uma estrutura *determinativa*.

A partir dessa ideia, tem-se a macrossintaxe que conduz o leitor/ouvinte na rede de relações, apresentando-lhe pistas referentes à decodificação por meio de sinais, como os artigos, certos advérbios e as formas verbais que orientam a compreensão global do texto. Além disso, entende-se que um texto é “uma sequência ordenada de signos linguísticos, entre duas interrupções bem marcadas de comunicação” (p. 60), cujo limite inferior é a união de dois morfemas, e o superior é aberto. Dessa forma, considera-se que todo signo linguístico possui um significado e que com a combinação de vários signos linguísticos, com seu valor semântico, institui-se o contexto, o qual resulta das constantes determinações recíprocas formadoras de um tecido textual bastante complexo.

Outra contribuição significativa, na fase da *gramática textual*, é a de Van Dijk. Para esse linguista, com proposta gerativista, como informam Fávero e Koch (2012), a análise de um texto não se reduz à análise de uma frase. O usuário de uma língua conhece as regras subjacentes às relações interfrásticas, sem as quais não haveria produção de enunciados coerentes.

Nesse contexto, Van Dijk (1977, p. 208) afirma: “Já que o falante pode produzir/interpretar um número infinito de discursos diferentes, sua competência é necessariamente textual”. Com relação à ideia de texto, o estudioso manifesta-se da seguinte maneira: “[...]é mesmo improvável que um texto seja simplesmente uma sequência de frases (ou de pares, triplos de frases) ou que uma frase seja ela própria uma simples sequência linear de palavras” (1977, p. 204).



Além da proposta acima, o autor apresenta seu modelo de *gramática textual*, para a qual elenca três características principais:

- a) insere-se no quadro teórico gerativo;
- b) usa instrumentos conceituais e operativos da lógica;
- c) integra a gramática do enunciado na *gramática textual*.

Também, é parte integrante de sua pesquisa a *macroestrutura do texto* que “é considerada como a estrutura subjacente abstrata ou ‘forma lógica’ de um texto e pode ser identificada com a *estrutura profunda do texto*. Consiste na representação semântica global que define a significação do texto como um todo” (1972, p. 17), isto é, explicita a coerência do texto.

No plano da semiótica, as estruturas profundas são composições mais simples, geradoras de outras mais complexas, e essa complexidade deve ser vista como complemento ou ampliação do sentido, uma vez que novas articulações são inseridas em cada etapa da trajetória e, nesse aspecto, a significação é articulação.

Quanto à microestrutura, há a correspondência com a *estrutura superficial do texto*, porém, essa abordagem possui os seus próprios níveis de estrutura *profunda* e *superficial*, que serão nominadas, respectivamente, como *estrutura profunda* e *estrutura de superfície sentenciais*. Para Moraes (2011, p. 13), “na relação entre as proposições dá-se a coerência do texto. Por sua vez, estratégias e processos sintáticos que estabelecem relações entre essas proposições definem a coesão textual e traçam a tessitura do texto.”

Por último, mas não menos relevante, tem-se a cooperação de Petöfi, que, no primeiro momento, dedica-se à elaboração de uma *gramática textual*, elemento basilar do componente cotextual. Para ele, segundo afirmação de Fávero e Koch (2012, p. 124), o texto é “uma unidade constituída de mais de um enunciado” e unidade básica da gramática, que deve estudar e descrever os aspectos das relações existentes entre os enunciados de um texto, fato que requer, inevitavelmente, que se transponham os limites do enunciado.

No artigo intitulado *Semantics, pragmatics, text theory* (1974), Petöfi argumenta acerca da interpretação do termo *gramática*, a partir de quatro classes que integram as unidades de domínio da linguística: 1) categorias internas à linguística; 2) categorias interdisciplinares; 3) aspectos de mutação histórica; e 4) aspectos da aplicação do conhecimento das relações entre elementos linguísticos.

Nesse conjunto de categorias e aspectos, o linguista formula o seu modelo de *gramática textual*, que se constitui de uma base textual fixada de maneira não-linear, com uma representação semântica, não determinada com referência às manifestações lineares das

sequências de enunciados; além disso, o autor considera que esse modelo torna possível: a) a *análise de textos* – a atribuição a uma manifestação linear de todas as bases textuais possíveis; b) a *síntese dos textos* – a geração de todas as possíveis bases textuais; c) a *comparação de textos* – o léxico, com suas representações semânticas intensionais, assume função relevante.

Com base no que foi apresentado, é inegável o mérito da *gramática textual* como mais um avanço linguístico, pois a partir dela observa-se o texto como um objeto de análise. De acordo com os autores citados, o texto constitui a unidade mais elevada e se desdobra em unidades menores sujeitas à classificação. A partir desse raciocínio, nota-se a descontinuidade entre frase e texto, pois são entidades diferentes, de modo que a significação do texto não depende, exclusivamente, da sequência de frases que o compõem.

Entretanto, mesmo com os avanços supracitados, convém reconhecer que há alguns problemas na formulação da *gramática textual*, a saber: a) nessa gramática, o texto é apresentado como uma unidade formal, com estrutura interna, tomando por base um sistema finito de regras assimiladas pelos usuários da língua; e b) a desintegração entre as noções de texto, o qual é visto como unidade estrutural, formada pela competência de um usuário idealizado, por conseguinte, descontextualizado.

Diante desse quadro, ficam evidentes as restrições da *gramática textual*, fato que conduziu muitos estudiosos a propor uma nova teoria de texto que se preocupasse com sua constituição, seu funcionamento, sua produção e sua interpretação, considerando a real situação de interação verbal.

Numa atmosfera em que o enfoque é o *contexto*, a *textualidade* e a *interação*, constitui-se a terceira fase da LT, voltada à *Elaboração de uma teoria de texto* que, de acordo com Bentes (2008, p. 251), “adquire particular importância o tratamento dos textos no seu contexto pragmático, isto é, o âmbito da investigação se estende do texto ao contexto, este último entendido [...] como o conjunto de condições externas da produção, recepção e interpretação dos textos.”

Há, nesse momento da linguística, uma ampliação qualitativa tanto na concepção de língua, agora vista como um sistema atual, em uso estável em contextos comunicativos, não mais como um sistema virtual, como nas fases anteriores, quanto na de texto, entendida agora como um processo, não mais como um produto. Nesse sentido, a LT assume o *status* de disciplina fundamentalmente interdisciplinar, em decorrência das diversas perspectivas que abarca e dos interesses que a envolvem.

Nas palavras de Marcuschi (1998a), no final da década de 70, o que estava em evidência não era mais a *gramática textual*, mas a ideia de *textualidade*, concebida por Beaugrande como

um “modo múltiplo de conexão ativado toda vez que ocorrem eventos comunicativos”. Quanto à concepção de interação da língua, Koch e Elias (2014) esclarecem que tanto o escritor quanto o receptor são considerados “como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que, dialogicamente, se constroem e são construídos no texto” (p. 34) e, nesse âmbito, combinam-se aspectos linguísticos, cognitivos, sociais e interacionais.

Com base no entendimento de que o texto constitui um processo, Heinemann e Viehweger (1991) definem quatro sistemas de conhecimento responsáveis pelo processamento textual.

O primeiro – *conhecimento linguístico* – contempla os conhecimentos gramatical e lexical, sendo, portanto, o responsável pela conexão som-sentido. É atribuição dele a organização do material linguístico na superfície textual, bem como do funcionamento dos elementos coesivos que a língua disponibiliza para realizar a remissão ou a sequenciação textual e da escolha lexical conveniente ao tema.

O segundo – *conhecimento enciclopédico – semântico* ou *conhecimento de mundo*, como preferem alguns estudiosos, volta-se ao armazenamento de informações na memória de cada indivíduo, seja de teor declarativo, como “O Brasil é uma república federativa; a água é incolor, insípida e inodora”, seja de natureza episódica, como “Não dá para encostar o dedo no ferro em brasa”.

O terceiro – *conhecimento interacional* – toma como base a dimensão interpessoal da linguagem, dividindo-se em: *ilocucional*, que permite reconhecer os objetivos de um falante num momento de interação; *comunicacional*, refere-se aos meios adequados para que se atinjam os objetivos desejados; e *metacomunicativo*, que oferece ao produtor do texto condições para evitar falhas na comunicação, além de viabilizar ações linguísticas voltadas à compreensão do texto.

O quarto – *conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais* – permite aos usuários que reconheçam textos como inerentes a certo gênero ou tipo. Além disso, há nessa modalidade conhecimentos acerca de macrocategorias que discriminam os vários tipos de texto, tanto no que se refere à sua ordenação ou sequenciação, quanto à conexão entre objetivos, bases e estruturas textuais globais.

### 2.2.2 Fatores de Textualidade

Na concepção de Beaugrande e Dressler (1981), há sete princípios responsáveis pela textualidade. Dois deles (coesão e coerência) têm sua centralidade no texto, dois

(situacionalidade e intertextualidade) no aspecto sociodiscursivo, dois (intencionalidade e aceitabilidade) no aspecto psicológico e um (informatividade) no aspecto computacional. Nesse aspecto, percebe-se que os cinco últimos fatores centralizam-se no usuário e, de modo pragmático, insere-o no processo sociocomunicativo, quer na condição de escritor/produzidor, quer na condição de leitor/ouvinte.

Ao referir-se à coesão, Marcuschi (2012) assegura que ela é responsável pela estruturação da sequência superficial do texto. Segundo Koch (2011), na análise transfrástica e na construção de gramáticas do texto, esse princípio da textualidade tornou-se o objeto principal de estudo, por isso, em muitos casos, encontra-se na mesma categoria da coerência.

Acredita-se que a proximidade entre esses dois fenômenos abriga-se na funcionalidade que apresentam, pois conforme Koch e Travaglia (1989, p. 23), “todos os estudiosos do texto estão de acordo quanto ao fato de que coesão e coerência estão intimamente relacionadas no processo de produção e compreensão do texto”.

Por outro lado, embora seja indiscutível a proximidade entre coesão e coerência, Koch (2001) argumenta que se trata de fenômenos distintos, pois o primeiro, afirmam Beaugrande e Dressler (1981), refere-se à maneira como os componentes da superfície textual conectam-se numa sequência linear, com dependências de caráter gramatical; já o segundo, responsável pela continuidade dos sentidos no texto, não se caracteriza como simples traço do texto, mas como o resultado de uma complexa rede de fatores de natureza linguística, cognitiva e interacional.

Nesse sentido, nota-se que, mesmo com diferenças conceituais, os dois fatores textuais têm grande relevância na produção e interpretação de texto, de modo que pode-se dizer que “a coesão é altamente desejável, como mecanismo de manifestação superficial da coerência” (KOCH, 2001, p. 19).

Quanto à situacionalidade, Koch (2009) apresenta-a com duas direções: da situação para o texto e do texto para a situação. No primeiro caso, faz-se referência ao conjunto de fatores responsáveis pela adequação do texto a uma situação comunicativa, considerando, no processo produção/recepção, o grau de formalidade, as regras de polidez, a variedade linguística a ser utilizada e o tratamento a que deve ser submetido o tema. Com frequência, a situação orienta o rumo do discurso, seja na sua produção ou na sua interpretação.

No segundo caso, é necessário salientar que o texto tem reflexos importantes sobre a situação, uma vez que o universo textual não é semelhante ao universo real. “Ao construir um texto, o produtor reconstrói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo” (p. 40). Dessa forma, o leitor, ao receber o texto, interpreta-o em consonância com suas perspectivas, o que revela uma

constante interação entre o que propõe o escritor e o modo peculiar de interpretação do leitor, fato comum nas produções dissertativo-argumentativas, em que o discente precisa interpretar o tema dado para desenvolver o seu ponto de vista numa dinâmica de desconstrução e reconstrução.

Com referência à intertextualidade, pode-se afirmar que “é uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou grupo de textos determinado mantém com outros textos” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 288). É fato que essa conjunção de experiências contribui com as constantes releituras efetuadas a partir de um texto-base.

Para Marcuschi (2008), esse fator coopera com a determinação dos tipos e gêneros textuais, à proporção que os relaciona e aponta a distinção entre eles. Nas palavras de Koch (2011), a intertextualidade pode ser entendida como “condição de existência do próprio discurso” (p. 60). Nesse sentido, Maingueneau (1976, p. 39) assevera que o intertexto é o elemento fundamental no contexto da produção e acrescenta: “um discurso não vem ao mundo numa inocente solitude, mas constrói-se através de um já-dito em relação ao qual toma posição”.

A partir desse ponto de vista, fica claro que no processo de constituição do texto entra em jogo o conhecimento de mundo, formado pelos saberes empírico e científico. Ao se agregarem, tais saberes fornecem possibilidades práticas e teóricas, permitindo ao escritor/leitor a verticalização temática, o que viabiliza o contato com enfoques diferentes e dinamiza as informações.

Além disso, a relação com outras ideias suscita novas informações, mediadas pelo intercruzamento de discursos, de forma que o texto produzido nesse processo apresentará outros dados. Com a mediação de outros textos, podem ser elucidados aspectos fundamentais relacionados não só à construção do texto, mas também aos diversos caminhos interpretativos de recepção da leitura.

Ao fazer alusão à intencionalidade, Marcuschi (2008) afirma que esse princípio centra-se, principalmente, no produtor do texto, pois, neste caso, a intenção do autor é de suma relevância para a textualização. Koch e Travaglia (2003, p. 97) argumentam que esse fator “refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados”. Com esse raciocínio, o escritor busca, geralmente, a construção de um texto coerente, mostrando pistas ao leitor, para que ele consiga construir o sentido almejado, e, nessa interação, desenvolve-se uma parceria discursiva.

Com relação à aceitabilidade, fator que possui estreita conexão com a intencionalidade, Marcuschi (2008, p. 127) descreve-o como “a atitude do receptor do texto (é um critério centrado no alocutário), que recebe o texto como uma configuração aceitável, tendo-o como coerente e coeso, interpretável e significativo”. O autor acrescenta que a aceitabilidade, como critério da textualidade, agrega-se a noções pragmáticas, pois na LT esse princípio não se limita ao plano da forma, como preconiza a gramática gerativa, mas se estende ao plano do sentido.

Ao observar os dois últimos princípios da textualidade apresentados, nota-se, em primeiro lugar, que quando o produtor de um texto escrito expõe suas ideias, ele tem, por um lado, objetivos a ser atingidos, intenções a ser seguidas, quer para firmar um simples contato com o leitor, quer para fazer desse leitor um “partidário”. Nesse sentido, esses dois fatores são constituintes significativos da coerência textual, pois envolvem, como é possível perceber, emissor e receptor, agentes responsáveis pela textualidade de uma manifestação linguística.

No tocante à informatividade, Koch (2009) argumenta que esse fator refere-se tanto à “distribuição de informação no texto” quanto “ao grau de previsibilidade/redundância com que a informação nele contida é veiculada” (p. 40). Assim, Marcuschi (2008) assegura que esse princípio indica que num texto deve ser possível fazer a distinção entre o que ele se prontifica a transmitir e o que, possivelmente, pode ser extraído dele, pois o termo *informativo* significa aquilo que é capaz de dirimir incertezas.

Com essa perspectiva, faz-se necessário um equilíbrio entre informação dada e informação nova, a fim de que o texto organize-se a partir de dois movimentos: um com princípio retroativo, o que viabiliza a retomada da informação anterior e serve de base para a progressão; outro, com grau de informatividade, que parte da maior previsibilidade (redundância) para a informação imprevisível. A partir do [im]previsível, o texto adquire o grau máximo de informatividade que, numa primeira instância, pode ser considerado com pouca coerência.

A esse respeito, Beaugrande e Dressler (1981) apresentam os seguintes exemplos:

(100) *O oceano é água.*

(101) *O oceano é água. Mas ele se compõe, na verdade, de uma solução de gases e sais.*

(102) *O oceano não é água. Na verdade, ele é composto de uma solução de gases e sais.*

Para Koch e Travaglia (2003), a afirmação 100) não apresenta nenhuma novidade, pois é evidente para todo leitor. Em 101), com o acréscimo de “na verdade, o oceano se compõe de uma solução de gases e sais”, tem-se uma revalorização do evento comunicativo, o qual transita de um grau muito baixo para um mediano de informatividade.

Em contrapartida, a afirmação *I02*) apresenta o início estranho a qualquer leitor pelo seu elevado grau de informatividade, assim como a ocorrência *I01*), pela elevada previsibilidade, constituindo-se, no plano comunicacional, como desestabilizadores. Em ambos os inícios, a estabilização vai ocorrer com a continuidade do texto, quer pela valoração, quer pelo rebaixamento do grau de informação, fato que auxilia o receptor a depreender o sentido com menor ou maior facilidade.

É nesse complexo universo da LT que escritor e leitor atuam na construção do texto, considerando o contexto sociocognitivo. Todavia, na Análise Transfrástica, o contexto limitava-se ao *cotexto* ou entorno verbal. Conforme Koch e Elias (2014), na Gramática Textual, essa noção amplia-se, abarcando não só o aspecto enunciativo, mas também o contexto imediato, constituído pelos participantes, local, tempo de interação, meio de propagação e mediata, no qual se vislumbra o entorno sócio-histórico-cultural.

Com o avanço do estudo acerca do texto, na LT, Koch e Elias (2014) assinalam que o contexto passa a ser visto sob o enfoque sociocognitivo e, com essa acepção, compreende não apenas o cotexto, mas também a situação de interação imediata e mediata. Para as autoras, “as relações entre informação explícita e conhecimentos pressupostos (...) podem ser estabelecidas por meio de estratégias de ‘sinalização textual’, por intermédio das quais o produtor/escritor, por ocasião do processamento textual, orienta o leitor a reconstruir o contexto em que se deu a produção do texto em questão” (p. 83).

Em consonância com a proposta atual de contexto, preconizada pela LT, percebe-se que a ampliação do termo considera-o como o próprio lugar da enunciação. Dessa forma, não é cabível entendê-lo como um dado prévio, uma situação, mas deve ser compreendido a partir das concepções ideológicas em que se insere o texto e, nesse espaço interativo, resultante do encontro das perspectivas linguística, ideológica, cultural, social e cognitiva, surge o sentido, de modo que texto e contexto devem funcionar sempre de maneira coextensiva.

### **2.3 Os operadores argumentativos no âmbito da coesão e da coerência textuais**

Antes de descrever e discutir os aspectos da coesão e da coerência, considerou-se relevante apresentar, resumidamente, a noção de texto argumentativo, que é a tipologia do *corpus* desta dissertação. Além disso, os operadores *mas* e *embora*, motivadores desta pesquisa, são mecanismos da argumentatividade, por isso devem ser analisados de forma contextualizada, inseridos numa unidade de linguagem em uso, para que possam emergir os mais diversificados sentidos.

Na concepção dessa tendência linguística, com início no Brasil, na década de 80, definida por Marcuschi (2008, p. 73) como o “estudo das operações linguísticas, discursivas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção e processamento de textos escritos ou orais em contextos naturais de uso”, a ideia de texto argumentativo assume um lugar representativo, porque nele sobressai-se a vontade de convencer, persuadir por parte do argumentador. Nessa atmosfera de convencimento, geralmente, há a presença necessária dos marcadores *contrastivos* que confirmam ou contestam a tentativa de persuasão proposta pelo argumentador.

Para Koch (2000), “o ato de argumentar é visto como o ato de persuadir que procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas” (p. 12). Assim, a linguagem transforma-se em ação e, dotada de intencionalidade, atua sobre o mundo veiculando ideologia, dialogicamente, de modo que os argumentos envolvidos atuam na indicação de conclusões.

É nessa atmosfera pautada por pontos de vista acerca de questões sociais, políticas e culturais que se encontra o discente da 3ª série do Ensino Médio. Contudo, para desenvolver esses pontos de vista faz-se necessário, além do conhecimento relacionado ao assunto, o domínio do funcionamento dos operadores argumentativos que, em harmonia com o contexto da produção ou da recepção, ampliam as opções de sentido.

Em contrapartida, o que se observa, atualmente, com certa frequência, é a construção de enunciados que, articulada de forma inadequada, dificulta os efeitos de sentido tanto para o escritor (discente), quanto para o leitor (docente), o que compromete não somente a progressão textual, mas também impede que os argumentos desenvolvidos atinjam o objetivo a que aspira o produtor.

Conforme Leitão (2006, p. 119), “acredita-se que, já em fases iniciais da escolarização, é possível intervir pedagogicamente de um modo que favoreça a formação de bons produtores de textos argumentativos”, o que significa dizer que a discussão acerca do uso dos operadores é iniciada de forma tardia. Nesse sentido, as contribuições da Linguística Textual são significativas, uma vez que ela entende o texto a partir do construto linguístico e interacional, fato que não isenta o escritor de conhecer nem de aplicar os operadores, mas os situa em um patamar mais abrangente.

Nesse sentido, nos diversos gêneros e tipos textuais, como, por exemplo, na carta, na crônica, na poesia, nos *textos argumentativos* e no e-mail, encontra-se a vontade humana, predispondo-se a convencer, em caráter formal ou informal, pois de uma maneira ou de outra as relações que constituem pontos de vista estão presentes. Além desse fato, a forma como cada



gênero/tipo é escrito envolve mecanismos diversos tanto para a organização superficial (coesão), quanto para a construção interna do sentido (coerência).

A discussão em torno da coesão textual, na atualidade, tem sido uma constante nos seminários, simpósios e congressos. Para muitos estudiosos, o texto não é um aglomerado de termos desconexos sem um começo e um fim, mas “toda ação comunicativa produzida por meio de recursos linguísticos, discursivos e através de conhecimentos socioculturais, por usuários da língua historicamente constituídos, cujos objetivos comunicativos estão vinculados a situações específicas de uso” (XAVIER, 2006, p. 14).

A partir dessa visão, surgem, no Brasil, as diversas contribuições voltadas para os mecanismos que estruturam o texto. Entre elas, pode-se mencionar o excelente trabalho de Marcuschi, em seu livro *Linguística de Texto: o que é e como se faz?*, em que ele apresenta os *Fatores de conexão sequencial* (coesão) como princípios que constituem a textualidade, que consoante Val (1999, p. 5) é compreendida como “o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma sequência de frases”.

No entendimento de Marcuschi (2012, p. 50), “esses fatores são responsáveis pela estruturação da sequência superficial do texto; não são simplesmente princípios sintáticos e sim uma espécie de semântica da sintaxe textual, onde se analisa como as pessoas usam os padrões para transmitir conhecimentos e sentidos”. Com essa intervenção linguística, consegue-se perceber que os mecanismos coesivos vão além de simples palavras com classificação gramatical. Eles, muitas vezes, atrelam-se a outros mecanismos para, de fato, apresentar o sentido necessário de que o leitor precisa.

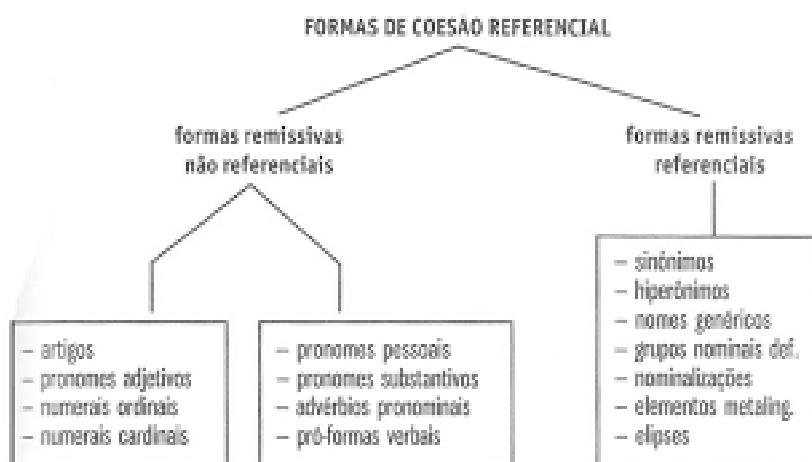
Numa trajetória similar, Koch, em sua obra *A coesão textual* (2001), com base no pensamento de Halliday & Hasan (1997), postula que a coesão, mesmo inserida no universo semântico, realiza-se, também, por meio do sistema léxico-gramatical, pois há, por parte de quem escreve, uma prévia seleção vocabular, e os mecanismos de conexão estão nessa escolha. Por outro lado, o aspecto semântico da coesão está no estabelecimento da relação de sentido que os conectores apresentam para a criação de textos. Esses conectores são recursos de coesão denominados “laço”, “elo coesivo”.

É a partir de um sério estudo acerca dos mecanismos de conexão do texto que os precursores e defensores da Linguística Textual apresentam as modalidades da coesão. Conforme Koch (2001, p. 30) e Antunes (2005, p. 140), a coesão textual insere-se em duas modalidades: a coesão referencial e a coesão sequencial.

As autoras denominam coesão referencial “aquela em que um componente da superfície do texto faz remissão a outro(s) elemento(s) do universo textual. Ao primeiro, denomino *forma*

referencial ou remissiva e ao segundo, *elemento de referência* ou *referente textual*". Fazem parte desse segmento coesivo os artigos definidos e indefinidos, os pronomes adjetivos, que são consideradas *formas remissivas não-referenciais presas*.

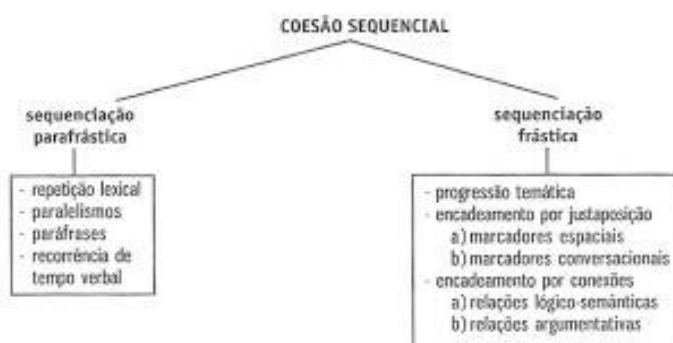
Já os pronomes pessoais de 3ª pessoa, os pronomes substantivos, os advérbios "pronominais" e as expressões adverbiais ligam-se às *formas remissivas não-referenciais livres*. Além desses dois grupos coesivos, encontra-se um terceiro denominado *formas remissivas referenciais* formado por expressões ou grupos nominais definidos, nominalizações, nomes genéricos, hiperônimos, elipse entre outros. Veja-se o esquema de coesão referencial abaixo, conforme Marcuschi (2008, p. 109):



Quanto à *coesão sequencial*, verifica-se sua importância nas construções de enunciados, parágrafos, em que a conexão entre as informações viabilizada pelos operadores é essencial para a ocorrência da textualidade. A esse respeito, Koch (2001) afirma:

A coesão sequencial diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, parte de enunciados, parágrafos e mesmo sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredir (p. 49).

Constituem essa modalidade coesiva a *sequenciação parafrástica* e a *frástica*, como pode ser observado no esquema 2, abaixo, extraído de Marcuschi (2008, p. 118):



No primeiro caso, tem-se o uso de procedimentos de recorrência de termos, de estruturas, de conteúdos semânticos, de recursos fonológicos e de tempo e aspecto verbal. No segundo caso, utilizam-se os procedimentos de manutenção temática, progressão temática, encadeamento e conexão. Nesse último procedimento, encontram-se alguns desdobramentos, como ligações lógico-semânticas e argumentativas que têm um papel fundamental no estabelecimento da conexão entre enunciados e encadeamentos sucessivos.

Segundo Koch (2001) e Antunes (2005), as *relações argumentativas*, das quais serão apresentadas somente as principais, funcionam a partir das seguintes vinculações:

- Conjunção – efetuada por meio de operadores como *e, também, não só... mas também, como também, mas ainda, tanto...como, além de, além disso, ainda, nem* (= e não), quando ligam enunciados formadores de argumentos com o mesmo teor conclusivo.

(103) *João é, sem dúvida, o melhor candidato. Tem boa formação e apresenta um consistente programa administrativo. Além disso, revela pleno conhecimento dos problemas da população. Ressalte-se, ainda, que não faz promessas demagógicas.*

(104) *A reunião foi um fracasso. Não se chegou a nenhuma conclusão importante, nem (= e não) se discutiu o problema central.*

- Disjunção argumentativa – trata-se da disjunção de enunciados que possuem orientações discursivas diferentes e resultam de dois atos distintos, em que o segundo provoca o leitor/ouvinte no intuito de que ele modifique sua opinião ou aceite a opinião expressa no primeiro. Tal relação é expressa, principalmente, pelo operador *ou*.

(105) *Todo escritor é útil ou nocivo, um dos dois. (ou exclusivo)*

(106) *Sejam palavras bonitas ou sejam palavras feias; sejam mentiras ou verdades, ou sejam verdades meias; são sempre muito importantes as coisas que a gente fala. (ou inclusivo)*

- Contração – por meio da qual se contrapõem enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido pelos operadores *mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto*. Juntamente com esses operadores, encontram-se *embora, se bem que, ainda que, apesar de (que)*, os quais também expressam a ideia de oposição. Além desse conjunto de operadores contrastivos, Antunes (2005) apresenta os pares *por um lado (...) por outro lado*, os quais, segundo ela, além de expressarem clara oposição, desempenham um papel gerador de articulação paralelística nas sequências textuais.

(107) *Tinha todos os requisitos para ser um homem feliz. Mas vivia só e deprimido.*

(108) *A dificuldade para escrever é comum em profissionais de todas as áreas. Muitas vezes, **no entanto**, ela é agravada por causa dos equívocos.*

(109) ***Embora** desconfiasse do amigo, nada deixava transparecer.*

(110) *As pesquisas com células-tronco embrionárias, **ainda que** de forma bastante limitada, foram aprovadas.*

(111) *Se **por um lado** o líder político agradou aos convidados, com o uso de poucas palavras no discurso; **por outro**, desagradou à família, acostumada a discursos longos e eloquentes.*

- Explicação ou justificativa – ocorre, ao se encadear sobre um primeiro ato, outro ato que justifica ou explica o anterior, com os operadores *que, pois, isto é, quer dizer, ou seja*.

(112) *Há muito tempo, a ciência destruiu o mito da raça pura, **que** é um conceito absurdo, sem nenhuma possibilidade de verificação na realidade de nenhum povo, por mais isolado que seja.*

(113) *Algo de estranho ocorreu naquele ambiente sombrio, **pois** se encontra esquecido há várias gerações.*

(114) *Não existem animais inúteis. **Isto é**, todo animal, para sobreviver, alimenta-se necessariamente de outros seres (...)*

- Conclusão – acontece sempre que, em determinado segmento, expressa-se uma conclusão obtida a partir de fatos ou conceitos presentes no segmento anterior e é sinalizada pelos operadores *logo, portanto, pois, por conseguinte, assim, então*.

(115) *Podemos dizer que a palavra **dedo** não é simplesmente a designação de uma coisa – porque, antes de designar uma coisa, a nossa língua a definiu (...) De certo modo, **portanto**, cada língua é a expressão de uma concepção de mundo.*

Após a apresentação dos principais operadores argumentativos, como elementos de conexão, fica evidente que a coesão tem papel fundamental na estruturação do texto. As pistas resultantes dos encadeadores textuais contribuem com a condução do escritor na organização do que pretende expressar e, sobremaneira, com a participação do leitor na compreensão da leitura em processo de execução. Dessa forma, mesmo que os recursos coesivos não sejam os únicos responsáveis pela conexão no texto, são eles que mantêm a ligação linguística entre os elementos na superfície textual.

Ainda referente aos operadores argumentativos, muitos autores afirmam que eles desencadeiam as relações entre os segmentos textuais, de modo a possibilitar ao receptor os rumos de uma conclusão. Entre esses autores, estão Fiorin & Savioli, que afirmam:

[...] cada um desses conectores, além de ligar as partes do texto, estabelece uma certa relação semântica (causa, finalidade, conclusão, contradição, condição, etc.), que possui uma dada função argumentativa no texto. Quando se escreve, é preciso usar o conector adequado ao tipo de relação que se quer exprimir, com vistas à elaboração da argumentação. (1996, p. 375)

Há, nas palavras dos estudiosos acima, a informação de que esses organizadores textuais respondem, consideravelmente, pela concatenação das ideias e pela criação de relações entre os segmentos textuais, pois não só harmonizam as partes do texto, mas também instituem relações semânticas, afinal, entender o funcionamento desses articuladores pressupõe a compreensão do sentido que o escritor almeja transmitir.

No tocante à coerência, Beaugrande/Dressler (1981) asseguram que esse fenômeno é determinado pela continuidade de sentidos e expressa-se por meio de conceitos e relações, pois sua ocorrência dá-se em um universo textual que engloba tanto a produção quanto a recepção, de forma que, no texto, além dos componentes linguísticos, encontra-se, também, a experiência do cotidiano.

Na visão de Van Dijk (1981), a coerência não pode ser entendida somente como uma propriedade do texto, mas também como uma conexão que ocorre em um momento comunicativo decorrente do contato oral/escrito entre usuários, que compartilham modelos cognitivos assimilados no plano cultural e, nessa permuta de experiências, edificam o sentido.

Numa discussão mais ampla, Charolles (1988) e Koch e Travaglia (2003) apresentam uma visão similar acerca da coerência. O primeiro autor destaca-a como uma questão de ponto de vista, de método, pois não há texto totalmente incoerente, já que o entendimento sujeita-se ao receptor e à sua habilidade de interpretar as sinalizações constantes no discurso/texto, fato que o faz vê-lo de um modo coerente. Os outros dois linguistas dizem que a coerência liga-se à possibilidade de instituir um sentido para o texto, e é por meio dela que esse sentido é apreendido pelos usuários, considerando sempre o poder de interpretabilidade do receptor para avaliar as ideias construídas.

Para Koch e Elias (2014, p. 194), “a noção de coerência não se aplica, isoladamente, ao texto, nem ao autor, nem ao leitor, mas se estabelece na relação entre esses três elementos”. Isso significa que, no plano da escrita, com perspectiva interacional, a coerência não é instrumento exclusivo do texto, das intenções do autor, dos conhecimentos e experiências do

leitor, mas da confluência desses fatores que cria um universo propenso a atender, satisfatoriamente, aos sujeitos em ação.

Por outro lado, do ponto de vista teórico, o mau uso de elementos linguísticos e estruturais viabiliza a incoerência no plano local, pois a infração desses elementos em alto grau contribui para que o receptor enverede por caminhos que não se coadunam com a proposta do escritor. Além desse fato, com a inadequação desses mecanismos, seja para reforçar o que foi dito anteriormente, seja para sinalizar a continuidade e a progressão, pode-se ter bastante dificuldade para a retomada ou reconstrução do sentido.

A esse espaço de interações agregam-se os operadores argumentativos, que, além de atuarem na superfície do texto, como elementos coesivos, funcionam como veiculadores de sentido e colaboram com a percepção de texto coerente. Dessa forma, usar, adequadamente esses mecanismos textuais, observando o contexto em que os interlocutores encontram-se, reforça a ideia de que, na construção de argumentos, a coesão e a coerência fundem-se.

Salienta-se, portanto, que, nas palavras de Koch e Travaglia (2003, p. 30), “o simples cotejo das ideias, (...) das suas posições no texto deixam evidente o caráter não linear, reticulado da coerência, que se liga à organização subjacente do texto e não à sua organização superficial, linguística, linear, embora esta dependa daquela e sirva de pista para sua determinação”. Há, no dizer dos autores, não uma dicotomia entre esses fatores de textualidade, mas uma ligação de interdependência, sendo que a coerência, por ativar mecanismos subjetivos, extrapola os limites do cotexto.

Nota-se com isso que é possível perceber que os operadores *mas* e *embora* passaram por uma série de transformações tanto na forma quanto no funcionamento, sinalizando que, desde o início de sua aplicação, encontra-se um problema de categorização, em que se evidencia não apenas a proximidade de valor entre esses articuladores textuais, mas também as particularidades que cada um apresenta, quer no plano do contraste, quer no âmbito de construções com sentidos diversificados.

Outro aspecto interessante, alusivo a esses encadeadores, é a força argumentativa que eles apresentam nos enunciados mediada pelos interlocutores, pois a relação argumentativa não é uma construção fechada, mas um sinal linguístico que conduz esses interlocutores a uma conclusão. Assim, para que as conexões semânticas representem um todo significativo, faz-se necessária a interpretação do receptor, que, como construtor de realidades, verá nesses elementos discursivos instrumentos que encadeiam o texto.

Ao ampliar o foco a respeito do *mas* (1) e do *embora* (2), enquanto operadores argumentativos, nota-se o alargamento de valores que eles expressam. Em (1), encontra-se a

noção de inclusão, de contrajunção conectando segmentos negativos e positivos, contraste entre expressões de significação oposta, entre outros; em (2), a concessiva pode ser construída a partir do esquema lógico “embora p, q”, da relação entre conteúdos e entre *estado de coisas*. Com essas possibilidades viabilizadas por esses organizadores, entende-se que muitos são os caminhos no processo da argumentação.

Por último, os operadores acima citados têm um papel de destaque nos dois principais fatores responsáveis pela textualidade: coesão e coerência, pois tanto as relações expressas por eles na superfície do texto, quanto as que se estabelecem no plano semântico, contribuem com a constituição de argumentos que intencionam convencer e/ou persuadir. E nessa relação de convencimento, entram em jogo tanto a vontade do escritor quanto a aceitação ou não do leitor, os quais, numa dialogia coesa, buscam a construção do sentido, numa atmosfera de aprovação ou de refutação.

### 2.3.1 Funcionamento de *mas* e *embora*: semelhanças e diferenças de sentido

Após o processo de gramaticalização que explica a condução dos termos *mas* e *embora* à categoria de conjunção, respectivamente, adversativa e concessiva, alguns estudiosos como Koch (2001) e Fávero (2002) agrupam-nas, denominando-as de contrajunção. Para elas, é por meio desse fenômeno que se contrapõem enunciados de orientações argumentativas diferentes, devendo prevalecer a do enunciado introduzido pelos operadores *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*, *no entanto*. Juntamente com esses operadores, encontram-se *embora*, *se bem que*, *ainda que*, *apesar de (que)*, os quais também expressam a ideia de oposição. Contudo, a diferença entre esses dois grupos de operadores está na argumentatividade que cada um apresenta. Observe-se o exemplo: *Ísis é uma boa estudante, mas não gosta de ser contrariada*, nota-se que o argumento mantido é o que se opõe à qualidade da estudante Ísis. Quando se afirma: *Ísis é uma boa estudante, embora não goste de ser contrariada*, evidencia-se o argumento a favor de Ísis.

Convém esclarecer, ainda, que a pesquisa acerca dos operadores *mas* e *embora* pauta-se não só pela força argumentativa que esses operadores possuem nos enunciados, mas também pela aproximação de sentido que apresentam, segundo as informações acima. Além disso, muitos outros autores veem nesses encadeadores algumas diferenças de valores que não podem ser desconsideradas. Para Ribeiro (1890), representante do segmento de estudos descritivos bastante antigos e com muita influência no século XIX, o conceito de concessão está associado

ao de adversatividade, pois para ele nos enunciados concessivos encontra-se explícita ou implicitamente uma informação adversativa. De forma semelhante, Neves (2011), afirma que

As construções concessivas têm sido enquadradas, juntamente com as adversativas, entre as conexões contrastivas, cujo significado básico é ‘contrário à expectativa’, um significado que se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. Em muitos dos enunciados concessivos pode-se tornar evidente essa noção fazendo-se uma comparação com enunciados adversativos paralelos (p. 864).

Encontra-se, nas palavras da autora, toda uma ideia de aproximação semântica contrastiva entre as construções encabeçadas pelos operadores concessivos e adversativos, pensamento esse antecipado pelos linguistas Mateus *et al.* (1983) e Van Dijk (1989), os quais afirmam que enunciados com esses encadeadores geralmente expressam *contraste* e indicam situações inesperadas. De forma congênere, Halliday & Hasan (1997) inscrevem as concessivas e adversativas em um mesmo grupo, denominando-as, porém, de relação adversativa, fato que indica a íntima relação existente entre esses articuladores textuais.

Para Lopes (1972), Lima (1996), Peres (1997), Martelotta (1998), Varela (2000), Costa (2004), as construções adversativas e concessivas têm valor prototípico de contraste, mesmo que conduzam, de modo cumulativo, outros valores. Segundo os autores, para a conexão de períodos, é possível tanto o uso da ideia de adversidade quanto de concessividade, pois se trata de estruturas que permitem a paráfrase, como indicam os exemplos:

(116) *Eles viram pela primeira vez a casa em outubro **mas** adquiriram-na em dezembro.*

(117) *Eles adquiriram a casa em dezembro, **embora** a tenham visto pela primeira vez em outubro.*

(118) ***Embora** tenham visto a casa pela primeira em outubro, eles a adquiriram em dezembro.*

Ao comparar os exemplos, nota-se que, no caso das concessivas, tem-se duas possibilidades de construção: em (117), o conector concessivo *embora* assume a segunda posição em relação à oração nuclear; em (118), ele assume a primeira posição, levando a oração nuclear para a segunda. Observa-se que em relação à adversativa, nessa construção, esse fato não ocorre, o período encabeçado pelo *mas* (116) não tem mobilidade.

Além da diferença na construção, García (2004a) afirma que há uma informação implícita que contraria o conteúdo proposicional na cláusula concessiva, fato que geralmente não é constatado nas construções adversativas. Dessa forma, apreende-se que as concessivas apresentam maior argumentatividade.

Nesse sentido, uma construção concessiva estabelece um processamento do primeiro elemento como causa ineficaz, incorporando um conteúdo que pode denominar-se pressuposto.



Em contrapartida, as construções adversativas não produzem uma inferência repentina, mas a partir do segundo segmento iniciado pela partícula coordenativa, inserindo-se, então, um conteúdo declarado.

Portanto, a cláusula concessiva tanto exprime uma réplica a uma possível contestação do interlocutor, quanto expressa a anuência alusiva a alguma legalidade dessa contestação. Constata-se, assim, que o contraste explícito é característica das adversativas, o que não ocorre com as concessivas.

Mesmo que se reconheça essa diferença estrutural, autores como Lopes (1972) lembra que, no âmbito semântico, há uma analogia entre a oração adversativa e a subordinante, por um aspecto, e a coordenante e a subordinada concessiva, por outro. Essa padronização pode ser presenciada nos seguintes exemplos:

(119) *Essa criança tem frio **mas** não veste o casaco.*

(120) ***Embora** essa criança tenha frio, não veste o casaco.*

(121) *Essa criança não veste o casaco, **embora** tenha frio.*

Com base no que apregoa a Semântica Argumentativa (SA), Koch (2007, p. 37) diz que o *mas* funciona de forma similar ao *embora*:

Do ponto de vista semântico, os operadores do grupo *MAS* e os do grupo *EMBORA* têm funcionamento semelhante: eles opõem argumentos enunciados de perspectivas diferentes, que orientam, portanto, para conclusões contrárias. A diferença entre os dois grupos diz respeito à estratégia argumentativa utilizada pelo locutor: no caso do *MAS*, ele emprega (segundo E. Guimarães) a “estratégia do suspense”, isto é, faz com que venha à mente do interlocutor a conclusão R, para depois introduzir o argumento (ou conjunto de argumentos) que irá levar à conclusão ~R; ao empregar o *EMBORA*, o locutor utiliza a “estratégia de antecipação”, ou seja, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pelo *embora* vai ser anulado, “não vale”.

Nesse processo contrajuntivo, articulam-se, continuamente, frases com oposição de conteúdo, ou seja, há a contraposição de enunciados com orientações discursivas diferentes, de modo que deve predominar a do enunciado introduzido pelo *mas*. Se a intenção for a de usar o *embora*, o foco argumentativo recai no enunciado não introduzido por esse operador. Neves (2011) e Castilho (2012, p. 377) mostram a semelhança desses condutores argumentativos por meio da paráfrase, definida por Beaugrande-Dressler (1981, p. 58), como a “recorrência do conteúdo com uma mudança da expressão”, conforme indicam o quadro (adaptado) e os exemplos abaixo:

**Quadro 5:** Construção Concessiva (Subordinação)

Oração Concessiva	Oração Principal
-------------------	------------------

<i>EMBORA eu não assistisse a todas as aulas</i>	<i>começava também a aprender com elas.</i>
<i>EMBORA me esforce</i>	<i>não consigo reter as suas feições.</i>
<i>EMBORA se arrebente todo</i>	<i>ele prefere ser lançado contra as pedras.</i>
<b>Construção Adversativa Correspondente (Coordenação)</b>	
<b>Primeira Coordenada</b>	<b>Coordenada Adversativa</b>
<i>Eu não assistia a todas as aulas</i>	<i><b>mas</b> começava também a aprender com elas.</i>
<i>Esforço-me</i>	<i><b>mas</b> não consigo reter as suas feições.</i>
<i>(Ele) arrebenta-se todo</i>	<i><b>mas</b> ele prefere ser lançado contra as paredes.</i>

Fonte: Neves (2011, p. 876)

(122) *As adversativas e as concessivas andam de mãos dadas, **mas** deveriam discutir a relação.*

(123) ***Embora** as adversativas e as concessivas andem de mãos dadas, deveriam discutir a relação.*

Com esses exemplos, Castilho (2012) não só apresenta as semelhanças entre as construções de base adversativa e concessiva, apoiando-se na paráfrase, mas se serve deles para apontar possíveis diferenças gramaticais e textuais. No plano gramatical, geralmente as adversativas são construídas no indicativo e assumem a segunda posição na *sentença complexa*, que é vista aqui como resultado da combinação intersentencial por meio das relações de *justaposição*, *conjuncional*, *subordinação não conjuncional* e *correlação*; por outro lado, as concessivas exprimem-se, com frequência, no subjuntivo, considerado o modo da subordinação, e se posicionam em primeiro lugar na sentença complexa.

Além disso, as diferenças nas esferas sintática, semântica e discursiva/textual não podem ser desconsideradas. De acordo com Peres (1997), Varela (2000) e Lobo (2003), no plano sintático, a propriedade notória que distingue adversativas de concessivas geralmente é a mobilidade. Ao contrário do que ocorre com as coordenadas adversativas, as subordinadas concessivas apresentam facilidade para se deslocarem na frase, como ilustram os exemplos:

(124) *Os guerreiros de Troia estavam preparados, **mas** os gregos venceram a guerra.*

(125) ***Mas** os gregos venceram a guerra, os guerreiros de Troia estavam preparados.*

(126) ***Embora** os guerreiros de Troia estivessem preparados, os gregos venceriam a guerra.*

(127) *Os gregos venceriam a guerra, **embora** os guerreiros de Troia estivessem preparados.*

No nível semântico, deve-se, primeiramente, considerar (i) *o contraste como impedimento ou não à efetivação da situação*. Nesse sentido, no entendimento de Lima (1996) e Varela (2000), nas adversativas, as situações ou propriedades inscritas pelas expressões de contraste assumem importância igual, ao passo que nas concessivas, a subordinada adverbial exprime um obstáculo que não interrompe a realização da situação expressa pela oração nuclear, como sinalizam os exemplos:

(128) *O mendigo sente fome, **mas** não se alimenta.*

(129) *O mendigo não se alimenta, **mas** sente fome.*

(130) ***Embora** o mendigo sinta fome, não se alimenta.*

(131) ***Embora** não se alimente, o mendigo sente fome.*

Então, em (128) e (129) encontram-se duas situações inconciliáveis: *o mendigo sentir fome* e *o mendigo não se alimentar*. Por outro lado, em (130), afirma-se que independentemente de *o mendigo sentir fome, ele não se alimenta*, o que é admissível; em (131), verifica-se que independentemente de *o mendigo não se alimentar, ele sente fome*, informação anômala, sob o ponto de vista pragmático.

Outro aspecto relevante é (ii) *o impedimento da causa versus do efeito*. Varela (2000) afirma que é característica das concessivas exprimirem a *ideia contraditória de uma causa*; já as adversativas expressam a *ideia contraditória de uma consequência*, como assinalam os exemplos seguintes:

(132) *Está sol **mas** faz frio.*

(133) *Está frio **mas** faz sol.*

(134) ***Embora** faça sol, está frio.*

(135) ***Embora** esteja frio, faz sol.*

Na proposição (132), de modo contrário à expectativa, *está sol* funciona como uma causa que não interrompe o efeito de *faz frio*, conduzido pela adversativa *mas*; na construção (133), *faz frio* apresenta contraste com a negação do resultado previsto (*ausência de sol*), por meio da coordenada adversativa *mas faz sol*. Em contrapartida, no enunciado (134), *faça sol* não se caracteriza como uma causa que precise o resultado de *está frio*; situação inversa é a que se encontra no enunciado (135), pois *está frio* não se configura como uma causa que impeça o ato de *faz sol*.

No âmbito discursivo/textual, García (1999) ressalta que as concessivas e as adversativas correspondem a duas estratégias discursivas/textuais diferentes para expressar informação de contraste: as concessivas apresentam a informação como *pressuposta* ou *dada*, e as adversativas expõem-na como *nova*, conforme apontam os exemplos:

(136) **Embora** ele estivesse doente, foi trabalhar.

(137) Ele esteve doente **mas** foi trabalhar.

Segundo Martelotta (1998), as adversativas e as concessivas antepostas e intercaladas destinam-se a transportar informação nova, característica de conhecimento do ouvinte; entretanto, as concessivas pospostas tendem a trazer informação dada, considerada como conhecimento compartilhado entre falante/escritor e ouvinte/leitor.

Nas palavras do autor, a dinamicidade de hipotaxe<sup>11</sup> adverbial (concessiva) opõe-se ao rigor posicional da parataxe (adversativa), como se pode observar:

(138) A família, **embora tenha ficado chocada**, não processou o médico.

(139) **Embora tenha ficado chocada**, a família não processou o médico.

(140) A família não processou o médico, **embora tenha ficado chocada**.

(141) A família nem processou o médico, **mas era caso de processo** (...)

(142) **Mas era caso de processo**, a família nem processou o médico (...)

Nesses exemplos, fica claro que as concessivas, como hipotáticas adverbiais, assumem três posições no período, visivelmente apresentadas em (138), (139) e (140). Por outro lado, as adversativas, como paratáticas, posicionam-se de forma fixa, como indicam (141) e (142), de modo que o enunciado (142) não se encaixa estruturalmente nessa perspectiva.

Além desse aspecto, García (2000) atesta que tanto as concessivas quanto as adversativas são assimétricas. Nesse sentido, a alteração na ordem de seus constituintes provoca mudanças na orientação pragmática, que podem ser vistas nos exemplos:

(143) Gosto de vinho, **mas** não tomo. / Não tomo vinho, **mas** gosto.

(144) **Embora** Helena estude muito, não consegue ser aprovada. / **Embora** não consiga ser aprovada, Helena estuda muito.

Na proposição (143), pode-se considerar que o anfitrião oferece uma taça de vinho a um convidado. Com a primeira resposta *gosto de vinho, mas não tomo*, verifica-se um provável

---

<sup>11</sup> Para Hopper & Traugott (1993), *parataxe* caracteriza-se por uma independência relativa, em que o vínculo semântico é inferido pela relevância e pelo sentido que emerge da conjunção. Sua constituição dá-se por orações coordenadas e justapostas. Na *hipotaxe*, há uma interdependência entre as orações que são definidas como núcleo e margem. Sua constituição ocorre por meio das orações adverbiais e relativas apositivas.

obstáculo, em caso de insistência por parte do anfitrião, de forma que com a segunda resposta *não tomo vinho, mas gosto* não há possibilidade de insistência.

No enunciado (144), a primeira afirmação – *Embora Helena estude muito não consegue ser aprovada* – apresenta uma ideia de negação, uma vez que a dedicação da discente é menos relevante que os resultados alcançados; já na segunda afirmação – *Embora não consiga ser aprovada, Helena estuda muito* – encontra-se uma ideia positiva, pois há uma atitude de persistência por parte da discente.

Convém destacar que, além das concessivas antepostas e intercaladas, tem-se, também, as pospostas. Ao se referir à ordem das orações concessivas, Decat (1993) registra que a anteposição dos segmentos concessivos põe em evidência a função de guia, de modo que o conteúdo desses segmentos orienta para o que está contido na oração nuclear. Quanto à posposição, a autora afirma que se assemelha a um adendo, ou seja, parte do enunciado em que o falante/escritor retorna ao que acaba de dizer. Em referência à intercalação, Zamproneo (1998) assegura que essa posição auxilia no mecanismo de topicalização<sup>12</sup> de um elemento da oração principal.

Ainda na esfera discursiva/textual, Castilho (2012) salienta que nos processos adversativos e concessivos tem-se uma alteração no eixo argumentativo: enquanto na adversativa costuma-se transferir a negação de expectativas para a segunda sentença, na concessiva o fato a ser negado encontra-se na primeira. Desse modo, cabe ao falante/escritor optar pela negação no início ou deixá-la para o momento posterior, pois não se pode esquecer de que fatores como estilo e contexto são essenciais para a organização do que está sendo dito/escrito.

### 2.3.2 Outras possibilidades de sentido dos operadores *mas* e *embora*

Após as considerações acerca de algumas semelhanças e diferenças funcionais dos operadores argumentativos *mas* e *embora*, os quais, tradicionalmente, expressam valores adversativos e concessivos, respectivamente, julga-se necessário apresentar outras possibilidades de sentido viabilizadas por esses mecanismos em consonância com o contexto linguístico e interacional em que se encontram inseridos.

Para Castilho (2012), o *mas* como conjunção adversativa pressupõe a perda de seu caráter semântico de inclusão, mantendo-se apenas enquanto marcador discursivo e conectivo

---

<sup>12</sup> Segundo Dubois *et al.* (1993), *topicalização* é uma operação linguística que consiste em fazer de um constituinte da frase, o tópico, o tema de que o resto da frase será o comentário.

textual. Assim, o estudioso assevera que esse articulador funciona de forma inclusiva em sentenças afirmativas e, como contrajunção, atua em sentenças negativas e afirmativas, sendo que, neste último caso, encontra-se um valor implícito de negação de expectativas.

*Mas* com valor inclusivo:

(145) *A gente vive de motorista o dia inteiro, **mas** o dia inteiro.* (D2 SP 360)

(146) *Nós temos tantos amigos desintegrados (...) **mas** nós só temos amigos de família desestruturada.* (D2 RJ 147)

Verifica-se, nos exemplos citados, a manutenção basilar de inclusão, seja para unir sintagmas (exemplo 145), seja para integrar sentenças (exemplo 146), de maneira que os segmentos não se contrapõem, contudo, agem como ênfase do que foi mencionado anteriormente, sem indicar qual dos dois tem maior valor argumentativo.

*Mas* contrajuntivo, unindo segmentos negativos:

(147) *Agora caminha por (...) talvez **não** por caminho direto **mas** por caminhos indiretos.* (D2 REC 5)

(148) *Eu acho bonito tudo aquilo como paisagem (...) assim (...) **mas** como meio de vida eu **não** me adaptaria a isso (...) eu gosto de ficar em lugares isolados por algum tempo (...) **mas não** por muito tempo.* (D2 RJ 158)

Nota-se, nessas construções, que o segmento negado ora antecede o item *mas*, ora o segue, situando-se, às vezes, posteriormente. Além disso, o valor contrajuntivo centraliza-se nas negações explícitas sinalizadas por prefixos negativos ou pelo advérbio *não*. Essa informação fica melhor entendida, observando-se as ocorrências do advérbio *mais* em situações de verificação negativa, como aponta o exemplo:

(149) *Agora também **não** falo **mais**, pronto!*

Então, compreende-se que o traço de /negação/ presente em *não* transferiu-se para *mais*, devido à proximidade sintagmática e, nesse contexto, o advérbio foi assimilado como uma conjunção que nega expectativas, como se encontra no exemplo:

(150) *Vocês querem que eu fale, **mas** eu não falo, pronto!*

*Mas* contrajuntivo, unindo segmentos afirmativos:

(151) *Eu acho por exemplo cebola uma coisa imprescindível (...) **mas** acho horrível o gosto puro da cebola.* (D2 POA 291)

Evidencia-se, em (150) e (151), que a força contrajuntiva recai em *mas*, indicando a mudança de traços do advérbio de negação *não* para a conjunção *mas*, o que reforça a ideia de

abstratização do valor inclusivo desse conector, quando opera unindo constituintes da direita para a esquerda, contrapondo o segundo segmento ao primeiro.

Neves (2011), ampliando a discussão a respeito das construções adversativas, declara que o funcionamento do operador *mas*, como sinal de desigualdade, indica a organização da informação e estruturação argumentativa. Nesse sentido, a autora apresenta a ideia de contraposição, em que a oração introduzida pelo *mas* não suprime o elemento anterior, pelo contrário, aceita-o quer explícita ou implicitamente, mas se contrapõe a ele.

Esse processo semântico de contraposição marca *contraste*, *compensação*, *restrição*, *nega inferência*, além de atuar na *mesma direção* e em *direção independente*. Veja-se cada um deles:

Contraste entre positivo e negativo ou vice-versa:

(152) *Será que pé gasta? Diz que quem trabalha em salina gasta. Mas eu não; agora sou jornalista.* (VI)

Esquema 1

[(pé) de quem trabalha em salina gasta]	[ <b>Mas</b> eu não (gasto)]
POSITIVO	NEGATIVO

(153) *Obra que não se escreve com a pena, mas que se realiza com a luta.* (COR – O)

Esquema 2

[Obra não se escreve com pena]	[ <b>mas</b> se realiza com luta]
NEGATIVO	POSITIVO

Contraste entre expressões de significação oposta:

(154) *O atleta pode cair por terra, sob a veemência do impacto, mas se levanta mais fero, mais temível, mais decidido a vencer.* (ME – O)

Esquema 3

[Cair por terra]	X	[ <b>mas</b> se levanta]
------------------	---	--------------------------

Contraste, simplesmente, entre diferentes:

(155) *Muitos dos nossos homens dispuseram-se com nobreza e veemência a desfazer, aos poucos mas constantemente, equívocos passageiros.* (JK – O)

(156) *O baiano sorria sem arrogância, mas sem o menor temor.* (AM – O)

Esquema 4

[aos poucos]	X	[ <b>mas</b> constantemente]
[sem arrogância]	X	[ <b>mas</b> sem o menor temor]

Outro aspecto importante no estudo de *mas* é quando esse item marca compensação, a qual se origina da diferente direção dos argumentos, incluindo ou não a gradação dos enunciados.

Sem gradação:

(157) *Longo, **mas** lido com voz clara e sem hesitações, o discurso no Congresso arrancou aplausos em várias ocasiões.* (COL – O)

(158) *Nossa posição é, entretanto, intransigente contrária à adoção de meros paliativos, que poderiam dar-nos a ilusão de alívios passageiros e momentâneos, **mas** que nos roubariam a grande causa e a grande bandeira que levantamos.* (JK – O)

Esquema 5

[(discurso) longo]	→	[ <b>mas</b> (em compensação) lido em voz clara e sem hesitações]
[ (os paliativos) poderiam dar-nos a ilusão de alívios passageiros]	→	[ <b>mas</b> (em compensação) nos roubariam a grande causa e a grande bandeira que levantamos]

Com gradação (do argumento mais fraco para o mais forte):

(159) *E, continuando a andar, por vezes o vento lhe trazia um clamor vago, uma reivindicação mais intensa. Era um alarme de vida que delicadamente alertou o homem. **Mas** com o qual ele nada soube fazer como se visse uma flor se entreabrir e apenas olhasse.* (M)

Com gradação (do argumento mais forte para o mais fraco):

(160) *Não é minha inteligência que as cria, **mas** elas são objetivas e minha inteligência as contempla e as conhece.* (SI – O)

Esquema 6

[um alarme de vida alertou o homem]	→	[ <b>mas</b> (em compensação) nada soube fazer]
[minha inteligência não as cria]	→	[ <b>mas</b> (em compensação) as contempla e as conhece]



Quanto à restrição, geralmente ela é constituída por meio de um pedido de informação referente ao enunciado anterior. Nessa perspectiva, sugere-se um novo argumento alicerçado por um enunciado hipotético interrogativo, pois o argumento anterior, mesmo que seja considerado, é tido como insuficiente. O acréscimo do novo argumento pode vir acompanhado por *e*, como assinalam os exemplos:

(161) *Quando sentir que já pode fechar a igreja, é só fechá-la e ir embora. O senhor mora perto? – Moro ao lado. Mas se entrar um ladrão?* (CO)

(162) *O senhor quer dizer que a morte para minha mãe seria muito melhor que a vida. Mas... e se ela sarar?* (CP)

(163) – *Agora, o resto é com vocês.*

- *Mas e se ele não me quiser?* (DEL)

No tocante à negação de inferência, no primeiro segmento, encontra-se a asserção, com a aceitação de um fato; no segundo segmento, expõe-se a não admissão da inferência do que foi afirmado. A insuficiência da asseveração para conceder a inferência também pode passar pela lexicalização (*apesar disso, ainda assim*). Eis os exemplos:

(164) *Cingiu-se, assim, o meu Governo a um plano, certamente amplo, mas perfeitamente exequível.* (JK-O)

(165) *Estamos em Brasília agora – de novo em frente ao deserto, contemplando um mundo que é nosso, mas que precisamos conquistar.* (JK-O)

(166) *Preocupava-se também pelo sobrinho com quem não se afinava muito **mas** apesar disso, não podia deixar de estimar.* (PCO)

(167) *Já se assinara a proibição do tráfico de escravos, **mas** ainda assim, a negra mercadoria chegava à Marambaia em barcos de todos os feitios e tamanhos.* (VID)

No que concerne à contraposição na mesma direção, entende-se que o segundo argumento é superior, ou, pelo menos, não é inferior ao primeiro, de modo que a valorização caracteriza-se como comparativa ou superlativa. Seguem os exemplos:

(168) *O sertão, para ele, não é uma coisa, **mas** principalmente uma ideia e um sentimento.* (FI)

(169) *A carga detrítica não provém só da ação abrasiva do rio sobre o fundo e margens, mas principalmente da lavagem sobre as vertentes efetuadas pelo escoamento superficial.* (GEO)

Quanto à contraposição em direção independente, verifica-se que no segundo componente coordenado, declara-se um argumento ainda não considerado. Dessa forma, o

argumento antecedente, mesmo aceito (= *ainda assim*), apresenta menos relevância do que aquele que se encontra adicionado, como apontam os exemplos:

(170) *Gostaria de ver o Zico na Gávea até a morte, **mas** reconheço que ele tem direito a este último contrato milionário. (PLA)*

(171) *Com que sentido o homem cansado o percebeu, não se sabe dizer, talvez com a aguda sede e com sua derradeira desistência e com a nudez de sua compreensão: **Mas** havia júbilo no ar. (FP)*

Com referência ao funcionamento das concessivas e, particularmente, do *embora*, além do que já foi visto anteriormente, Neves (2011) apresenta-o em construções constituídas por oração nuclear (principal) e uma concessiva, cuja ordem dá-se da seguinte maneira: **EMBORA (ORAÇÃO CONCESSIVA) → ORAÇÃO PRINCIPAL** ou **ORAÇÃO PRINCIPAL → EMBORA (ORAÇÃO CONCESSIVA)**, de acordo com o esquema abaixo:

Esquema 7

<b>EMBORA</b> oração concessiva,	<b>EMBORA</b> fosse um homem silencioso,
Oração principal	o seu silêncio, agora, era mais denso e triste.
Oração principal	O seu silêncio, agora, era mais denso e triste,
<b>EMBORA</b> oração concessiva	<b>EMBORA</b> fosse um homem silencioso.

Segundo a autora, a construção concessiva, observada na perspectiva do esquema lógico, pode ser denominada **p** à **oração concessiva** e **q** à **principal**, em que ocorre concessão quando **p** não apresenta razão suficiente para **não q**, consoante a fórmula que segue:

“embora **p**, **q**” → “**p** verdadeiro e **q** independente da verdade de **p**”

De forma mais detalhada, declara-se que, embora o fato manifestado em **p** integre uma condição suficiente para a não realização do fato expresso em **q**, **q** se realiza; com isso, é possível dizer que a afirmação de **q** independe do que se afirma em **p**, como indica a construção: ***EMBORA** fosse um amigo recente e reticente, já lhe tinha emprestado pequenas quantias. (BB)*

Além dessa possibilidade de sentido, a linguista observa que as conexões *contrastivas*, em que se incluem as *concessivas*, caracterizam-se por guardarem enunciados com direção e propriedades que opõem as expectativas a respeito do que é normal em um mundo qualquer. A estudiosa observa, no entanto, que não se trata de relações lógicas deliberadas para preencher expectativas prescritas pelo que ocorre em certa realidade. O que acontece, seguramente, é que

a construção concessiva não pode ser equacionada sem influenciar a relação falante-ouvinte e sem recordar concepções relacionadas ao conhecimento partilhado e à argumentação.

A partir dessa visão, depreende-se que as relações patentes nas disposições concessivas modificam-se de acordo com o nível em que se estabelecem, pois em algumas construções evidencia-se uma conexão entre conteúdos, em outras palavras, há uma relação entre os *estados de coisas* presentes nas duas orações, como assevera o exemplo:

(172) **EMBORA** seja nativa no centro da Bahia, encontramos lindas colheres de pau, feitas de sebastião-de-arruda, em Congonhas do Campo, MG. (BEB)

Em outras construções, a relação concessiva é vista a partir do crivo do falante e constitui, assim, uma relação entre proposições, como ilustram os exemplos:

(173) *Eu sou homem muito fraco, doente mesmo, EMBORA não pareça.* (PEM)

(174) *O diplomata e seus familiares não podem ser atingidos pela lei do país hospedeiro, EMBORA estejam sujeitos a responder perante a lei nacional pelos crimes que venham a cometer* (DIP).

Ao se referir à natureza lógico-semântica das concessivas, Neves (1999) assevera que o seu valor é o de negação de inferência. Entretanto, além desse valor, a linguista assegura que essa construção expressa, também, relações de desigualdade, em que se incluem antonímia, restrição e diferença de grau, assim como ocorre nas circunstâncias de construções com *mas*, e exemplifica:

(175) (...) *normalmente não estou assim muito por dentro dos preços dos alimentos (...)*  
**embora** eu ouça minha tia às vezes falar que está tudo muito caro (...)

Ao observar o exemplo, nota-se que o conteúdo explícito na oração nuclear nega a inferência que pode ser executada a partir do conteúdo presente na oração concessiva, isto é, com o enunciado *não estou assim muito por dentro dos preços dos alimentos* o interlocutor nega a inferência de que *está por dentro dos preços dos alimentos*.

(176) (...) *a verdade é que tanto no sexo feminino quanto no masculino há sempre uma produção significativa embora pequena de hormônio do sexo oposto (...)*

Nesse fragmento, encontra-se uma relação de contraste entre as expressões “significante” e “pequena”, constituindo, de forma respectiva, a oração nuclear e a oração concessiva.

Como se pode notar, na tipologia proposta por Neves (1999), embora as adversativas exprimam *contraposição* e as concessivas apresentem *concessão*, as construções adversativas, bem como as concessivas podem indicar *negação de inferência*, e as concessivas podem

expressar *contraste e restrição*. Por isso, nesse jogo semântico, afirma-se que essas construções compartilham sentidos.

Diante do exposto, evidencia-se que concessivas e adversativas podem ser analisadas sob o mesmo prisma, o que elege como base principal a relação de contraste. Entretanto, as construções que envolvem esses mecanismos dependem muito do ato comunicativo, o qual se liga, diretamente, ao falante/ouvinte, escritor/leitor, e que, certamente, em alguns contextos, apresentam diferenças quanto à força argumentativa. Com essas considerações, acredita-se que o mais relevante é que tanto um quanto o outro são elementos fundamentais na teia da argumentação, e contribuem, significativamente, com a realização do jogo de opostos, fenômeno característico na expressão do pensamento humano.

## 2.4 Valores de *mas* a partir da Semântica Argumentativa

Mesmo sem uma referência direta ao termo gramaticalização, encontra-se, no trabalho de Vogt e Ducrot (1989), um estudo detalhado da conjunção *mas*, a partir dos pressupostos da Semântica Argumentativa<sup>13</sup>. Conforme os autores (p. 103), “a principal conjunção adversativa (port. *mas*, fr. *mais*, ital. *ma*) deriva não do adversativo latino *sed*, mas do advérbio *magis*, que era um dos meios utilizados para formar o comparativo de superioridade”. Nota-se aí um dos primeiros problemas relacionados à categorização desse conector, principalmente quando se pretendia usá-lo como sinalizador de contra-argumentação em textos orais ou escritos.

Entretanto, em muitas construções do latim clássico a expressão *magis* era utilizada tanto como advérbio, indicando comparativo de superioridade, quanto como conjunção, com o valor de oposição. Na frase latina que segue, esse fato pode ser evidenciado:

(177) *Disertus magis est quam sapiens.*

(Ele é *mais* bem falante do que sábio)

Verifica-se, nessa frase, que o *magis* não apresenta a ideia de contrário em que as informações opõem-se. O que se encontra aí é a ideia de comparação de superioridade entre os termos “bem falante” e “sábio” mediada pelo advérbio *mais*, o qual atribui à primeira expressão uma maior valoração de sentido.

Com o valor contrajuntivo, os autores apresentam a seguinte frase de Virgílio: *Non equidem invideo, magis miror* (Eu não tenho inveja, *mas* sobretudo espanto). Evidencia-se,

---

<sup>13</sup> Para Ducrot (1981), na Semântica Argumentativa, as marcas linguísticas pertencem à própria organização da língua; (...) e contribuem para o entendimento do texto por meio de encadeamentos argumentativos que resultam na compreensão final do enunciado pelo destinatário.

nesse enunciado, o valor adversativo de *magis* (*mas*), indicando que esse item funciona ora como advérbio, ora como conjunção de contraste, fato recorrente na língua latina.

Por outro lado, se fizermos a correspondência da estrutura hipotática (subordinada) *A magis quam B* com a estrutura paratática (coordenada) *Non B magis A*, ter-se-á a oração indicando oposição: “Ele não é sábio, *mas* bem falante”.

Além disso, de acordo com os linguistas, outro aspecto relevante é o que ocorreu no português arcaico em que a mesma forma fonética assumiu o duplo valor de *mas* e de *mais* e era usado indistintamente em várias situações. Hoje, em algumas regiões brasileiras, ainda são encontrados esses termos com a mesma identidade fonética, isto é, no plano da audição não se consegue perceber a diferença entre o *mas* conjunção e o *mais* advérbio.

Na concepção de Vogt e Ducrot (1989, p. 104), uma das dificuldades quanto ao uso de *magis* encontra-se na função dupla atribuída a esse operador, a saber: uma das funções encontra abrigo na expressão *sino* (espanhol) e *sondern* (alemão), simbolizada por *SN*; a outra se ampara no *pero* (espanhol) e *aber* (alemão) designada por *PA*.

Quanto ao *masSN*, uma de suas funções é a de retificar, ou seja, no segmento inicial é colocada uma proposição negativa (*não-p*), e no segmento iniciado por *mas* insere-se uma proposição (*p*) que substitui a proposição negada. Dessa forma, cria-se, na argumentação, uma ideia de contraste. Referente a esse jogo de contrário, Guimarães postula que

o que vem introduzido pelo *masSN* é apresentado como o que o locutor apresenta como comentário, no interior do que ele próprio diz, que se opõe pelo *tema* ao que se teria dito, ou se disse, na enunciação de um interlocutor suposto ou real. Diríamos, então, que este *masSN*, marca o lugar do comentário do dizer do locutor (2007, p. 85)

Em relação à ideia de negação, Vogt e Ducrot (1989) utilizam a seguinte frase de Sêneca para posterior análise: *Magis Deum miseri quam beati colunt* (Deus é *mais* venerado pelas pessoas infelizes do que pelas felizes). Para os autores, essa frase pode ser entendida com a mesma orientação argumentativa de: a) *as pessoas felizes não são muito devotas*; b) *as pessoas felizes têm pouca devoção*; c) *são devotas as pessoas felizes?* Nesse aspecto, é possível afirmar que a expressão comparada (pessoas felizes) manifesta-se, de certa maneira, como argumento negativo com referência à negação no plano argumentativo.

Sob esse prisma, faz-se necessário entender o significado de negação. No exemplo apresentado, a devoção das pessoas felizes é negada, a partir do sentido expresso pela mesma orientação semântica dos exemplos hipotéticos de a) a c). Dessa forma, o relevante não é verificar a presença de negação em termos lógicos, mas encontrar uma orientação argumentativa que conduza a atribuição de um valor negativo a um dos objetos comparados.

A título de objetividade, Vogt e Ducrot (1989, p. 110) resumem em três teses o que pensam a respeito de negação:

1. A negação argumentativa é algo muito diferente da negação lógica, de uma afirmação de falsidade.
2. A negação argumentativa não se exprime exclusivamente pela negação gramatical.
3. O valor semântico da negação gramatical não deve ser assimilado à negação lógica, *magis* deve ser concebido como uma forma particularmente forte de negação argumentativa.

Ainda a respeito da negação argumentativa, Ducrot (1987, 1988) traça-a como um fenômeno da polifonia, ao qual aspiram dois enunciadores: um enunciador positivo que atesta *p*, e um enunciador negativo que rejeita esse ponto de vista. Nessa abordagem teórica, o autor apresenta três tipos de negação: a *descritiva*, a *metalinguística* e a *polêmica*.

A *negação descritiva* relaciona-se ao enunciado que somente propaga um conteúdo negativo, sem que o locutor exponha sua fala como oposição a um discurso de natureza contrária. Assim, permite a paráfrase, sem perda de sentido, por um enunciado positivo. Nesse tipo de negação, a ideia de oposição apresenta-se enfraquecida ou, até mesmo, apagada, como seguem os exemplos:

(178) *Não há nenhuma nuvem no céu.*

(179) *O céu está absolutamente limpo.*

A *negação metalinguística* põe em oposição dois locutores, reprovando o marco de um discurso anterior, determinado por uma palavra precedente do interlocutor ou do próprio locutor, em momento diferente, por conseguinte, ex-locutor, isto é, ela põe em oposição os termos de uma fala legítima.

Nesse tipo de negação, pode-se encontrar um efeito inesperado de *elevação*, situação contrária ao que ocorre com a negação *polêmica*, que é de rebaixamento. Nesse sentido, a *negação metalinguística* admite uma argumentação como:

(180) *Pedro não é inteligente, ele é genial.*

Conforme Negroni e Colado (2001), a *negação metalinguística* nunca apresenta efeito redutor. Além da ideia de amplificação, como em (180), há também o efeito contrastivo e diferenciador, como indicam os exemplos:

(181) A: - *Pedro é inteligente.*

B: - *Não! Pedro não é inteligente. É tonto.*

Nota-se o efeito de contraste a partir dos termos *inteligente* x *tonto*.

(182) A: *Pedro é inteligente.*

*B: Não! Pedro não inteligente. Quando muito é astuto.*

Nesse caso, tem-se um efeito diferenciador, pois o termo *inteligente* é diferente de *astuto* e, nesse sentido, para o leitor sobressai-se o último elemento.

A *negação polêmica* volta-se à maior parte dos enunciados negativos, opondo dois enunciadores, como ilustra o exemplo:

(183) *Pedro não é inteligente*

- um enunciador E1 – refere-se e a qualquer personagem do discurso, que assegura um enunciado positivo – *Pedro é inteligente*.

- um enunciador E2, que contesta E1, proporcionando um enunciado negativo: *Pedro não é inteligente*.

Nesse âmbito contrastivo, o locutor identifica-se com o enunciador negativo E2, recusando o ponto de vista do enunciador E1.

Após a exposição da ideia de negação, convém acrescentar que, na interação entre interlocutores, o uso de *masSN*, enquanto operador das ações contidas no texto, em muito contribui com a reflexão resultante da divergência entre os participantes, como se observa no exemplo:

(184) *Ele não é inteligente, masSN apenas esperto.*

Ao observar o exemplo (184), percebe-se que o *masSN* atua como retificador da oração que o antecede. A negação explícita (*não*) deve ser entendida a partir do ponto de vista argumentativo, fato que contribuirá com a relativização do aspecto negativo presente no primeiro período.

Em contrapartida, Anscombe e Ducrot (1977, p. 23-40) afirmam que o *masPA*, ao contrário do *masSN*, não exige, de forma categórica, que a proposição anterior seja negativa. No enunciado inicial, introduz-se uma proposição (*p*) que conduz a uma certa conclusão (*r*); já no segmento iniciado por *mas*, insere-se uma proposição (*q*) que leva a uma conclusão diferente (*não-r*), oposta à da primeira proposição. Conforme os autores, o *masPA* é argumentativo em sentido estrito, o que não ocorre com o *masSN*, como aponta o exemplo:

(185) *Ele é inteligente, masPA estuda pouco.*

Verifica-se, portanto, que na proposição *Ele é inteligente* há uma orientação que conduz o interlocutor a uma conclusão de que ele seja estudioso, porém o *masPA* apresenta outra proposição *estuda pouco*, a qual se opõe à conclusão anterior e, geralmente, faz com que outra perspectiva acerca do sujeito *ele* seja criada.

Na concepção de Vogt & Ducrot (1989), a existência de dois subtipos de *mas* representa uma fragmentação semântica do advérbio comparativo de superioridade. Esse item, delineado

pela estrutura *A mais que B* (*A magis quam B*, em latim), pode exprimir depreciação de B e valorização de A, simultaneamente, ao passo que na construção com *masSN*, retratada pela estrutura *Não-B, masSN A*, há a desvalorização de B, e na construção com *masPA*, figurada pela estrutura *B, masPA A*, valoriza-se A.

Com base no exposto, nota-se que do processo de gramaticalização a uma visão argumentativa, o operador *mas* tem-se mostrado profícuo em seu funcionamento. Dessa forma, esse organizador textual apresenta, como, um dos valores semânticos, a relação de desigualdade que, segundo Neves (2011), é usada para a organização da informação e estruturação do raciocínio argumentativo. Nesse contexto, tanto a natureza da relação quanto o valor semântico de *mas* indicam outros caminhos no plano da significação.



## CAPÍTULO III

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, será apresentada a metodologia que incluirá a caracterização dos dados e dos procedimentos referentes à coleta e à análise dos textos, bem como a denominação da(s) corrente(s) linguística(s) que embasa(m) esta pesquisa.

Quanto à abordagem, a pesquisa é de cunho *qualitativo* que, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Para Minayo (2001), a pesquisa *qualitativa* atua no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, em consonância com um espaço mais profundo dos processos e dos fenômenos que não podem ser circunscritos à execução de variáveis.

Em referência à natureza, a pesquisa é *documental*, que, nas palavras de Fonseca (2002), recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico. Gauthier (1984, p. 296) esclarece que

se trata de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.

Com esse sentido, Godoy (1995) afirma que “documento” assume um sentido mais amplo, em que se incorporam os materiais escritos, como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas, cartas, memorandos, relatórios etc.; os elementos iconográficos, como sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes etc.

Ainda no tocante a “documento”, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – NBR 6023, 2002) assegura que pode ser “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, entre outros”.

Em relação à modalidade, tem-se a *análise de conteúdo* que, conforme Chizzotti (2008), trata-se de um método de tratamento e análise de informações, extraídas por meio de técnicas de coleta de dados consolidadas em um documento. A técnica é utilizada na análise de textos escritos ou de qualquer comunicação, seja ela oral, visual, gestual reduzida a um texto ou documento.

#### 3.1 O corpus

O *corpus* escolhido para a pesquisa foi a produção de textos argumentativos realizada por cento e vinte discentes da 3ª série do Ensino Médio, do IFAM/CMZL. Para a produção do texto, com tema livre, solicitou-se que o discente atentasse para a estrutura básica do texto argumentativo, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Vale destacar que não houve orientação prévia acerca dos operadores *mas* e *embora*, pois a intenção da pesquisa é detectar não só a ideia de oposição que esses articuladores expressam, como também outros valores semânticos que dinamizam a língua.

Dos cento e vinte textos construídos, trinta foram selecionados, a partir dos seguintes critérios: (i) presença dos operadores *mas* e *embora*, independentemente do sentido exposto e (ii) contraste apresentado por esses operadores. Vê-se, portanto, que o primeiro critério busca abarcar, de certa forma, os variados sentidos que esses operadores apresentam, e o segundo, de maneira delimitada, aponta o jogo de oposição.

A análise será feita a partir da transcrição de excertos dos textos em que os operadores *mas* e *embora* fizerem-se presentes, com base nos aportes teóricos do *Funcionalismo Linguístico*, da *Linguística Textual* e da *Semântica Argumentativa*. Esses fragmentos serão identificados segundo a ordem dos textos nos anexos, a saber: (T1 = texto 1; T2 = texto 2; T3 = texto 3) e assim sucessivamente. Cada texto receberá a letra D acompanhada de um número referente ao estudante, como, por exemplo, D1 = Discente 1, D2 = Discente 2, D3 = Discente 3 e assim por diante.

No tocante à escolha do CMZL, como local para a realização da pesquisa, ocorreu por tratar-se de uma instituição de ensino que oferece cursos técnicos profissionalizantes integrados ao médio, como Agropecuária, Paisagismo e Agroecologia. Nessas três áreas do conhecimento, encontra-se um grande público oriundo de vários municípios do Amazonas, o que corrobora com a heterogeneidade linguística.

Além disso, parte dos estudantes da capital amazonense, que integra os cursos acima mencionados, vive em áreas periféricas da cidade, com o ensino fundamental I e II prejudicados, quer pela desestrutura familiar, quer pela falta de políticas de incentivo à educação. Nesse contexto, pode-se afirmar que apenas a minoria dos discentes manauenses matriculados no CMZL pertence à classe média, e que, no universo heterogêneo da comunicação, a diversidade linguística conduz-nos à complexa dinamicidade da língua, já que ela (a língua) é resultante da necessidade dos que dela se utilizam, e isso independe de nível social.

Com referência à escolha da tipologia textual, pode-se dizer que no texto argumentativo o escritor prioriza a defesa de ideias ou o ponto de vista acerca de determinado assunto. Para Koch (2000), o ato de argumentar é compreendido como a ação de persuadir que busca atingir a vontade, abarcando a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, numa busca constante de adesão sem conceber certezas.

Com uma visão semelhante, Marcuschi (2008) sustenta que a ideia de texto argumentativo assume uma posição relevante, pois nele destaca-se a vontade de convencer, persuadir por parte do argumentador. Para isso, ele necessita, na maioria das vezes, do uso dos operadores argumentativos, constitutivos da *contrajunção*, entre eles *mas* e *embora*, para exprimir a conexão sequencial entre informações que, frequentemente, opõem-se.

Assim, evidencia-se que, por meio da atividade da argumentação, considerando-se também os elementos de natureza coesiva, organiza-se o texto, pois a partir da defesa de um ponto de vista, em harmonia com os articuladores linguísticos que a sustentam, constroem-se possibilidades e garante-se a continuidade, que é essencial para a progressão textual.

### 3.2 Análise do *corpus*

Nesta seção, será efetuada a análise do *corpus* em que se observará as relações sintática (ordem dos operadores no texto) e semântica dos operadores *mas* e *embora* na perspectiva funcionalista. Além disso, com o auxílio da Linguística Textual, verificar-se-á o uso desses articuladores textuais nos fragmentos extraídos do *corpus*, considerando a coesão e a coerência textual como partícipes da construção do sentido. Com o subsídio da Semântica Argumentativa, serão verificados os valores semântico-argumentativos do operador *mas*.

Em decorrência da grande quantidade de fragmentos textuais, considerou-se inviável a análise individual, pois isso a tornaria extensa demais. Por isso, a análise será feita a partir de amostras referentes aos valores expressos por *mas* e *embora*.

Para iniciar a análise, será apresentado o **quadro 6**, indicador da frequência dos operadores *mas* e *embora* no *corpus*:

**Quadro 6:** Frequência dos operadores *mas* e *embora* no *corpus*

<b>Texto/Discente</b>	<b><i>Mas</i></b>	<b><i>Embora</i></b>
T1/D1	2	1
T2/D2	2	1
T3/D3	1	3
T4/D4	3	3

T5/D5	3	1
T6/D6	1	2
T7/D7	1	1
T8/D8	1	1
T9/D9	1	2
T10/D10	2	1
T11/D11	2	1
T12/D12	1	1
T13/D13	0	1
T14/D14	2	1
T15/D15	2	1
T16/D16	1	1
T17/D17	2	1
T18/D18	0	2
T19/D19	2	2
T20/D20	1	1
T21/D21	0	2
T22/D22	1	1
T23/D23	1	0
T24/D24	1	0
T25/D25	1	2
T26/D26	1	1
T27/D27	0	2
T28/D28	2	1
T29/D29	1	1
T30/D30	1	2
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>40</b>

Fonte: Elaborado pelo autor da Dissertação (2015)

Ao observar as informações acima, verifica-se um equilíbrio quanto ao uso de *mas* e *embora*. Na tentativa de explicar essa proximidade na execução desses operadores, pode-se, primeiramente, considerar as palavras de Mateus *et al.* (1983) e de Van Dijk (1989), para os quais os enunciados com operadores concessivos e adversativos frequentemente expressam contraste e indicam situações inesperadas.

Com essa perspectiva, evidencia-se, no quadro de ocorrências de *mas* e *embora*, o elevado grau de contato que esses dois operadores possuem, o que sinaliza a força discursiva que esses articuladores apresentam no plano da argumentação. Para Neves (2011), as construções concessivas e adversativas figuram entre as conexões contrastivas, com o sentido

básico de “contrário à expectativa”. Portanto, o significado resulta não apenas do conteúdo discutido, mas também do processo comunicativo e da afinidade entre escritor/leitor.

Outro aspecto relevante que, possivelmente, aproxima o funcionamento de *mas* e *embora*, é o recurso da paráfrase. Nos textos dos discentes, quase todas as construções, envolvendo os operadores em análise, permitem a aplicação desse expediente, mesmo que apresentem outros significados, como se verá no decorrer da análise.

De acordo com Lopes (1972), Lima (1996), Peres (1997), Martelotta (1998), Varela (2000) e Costa (2004), por meio desse artifício esses operadores podem efetuar a conexão de períodos ou partes maiores de um texto, com valor prototípico de contraste. Em outras palavras, a oposição pode ser construída tanto pela adversidade quanto pela concessividade, pois se trata de estruturas que permitem a paráfrase, como indicamos nos excertos dos trinta textos em análise:

(T1/D1) 1ª ocorrência: *Embora* possamos perceber que essa prática tem se tornado normal na política, vemos também que o país nesses últimos anos tem melhorado bastante (...) **Paráfrase:** *Percebemos que essa prática tem se tornado normal na política, mas* vemos também que o país nesses últimos anos tem melhorado bastante (...)

2ª ocorrência: (...) o país nesses últimos tem melhorado bastante, *mas* não devemos ficar conformados. **Paráfrase:** (...) o país nesses últimos anos tem melhorado bastante, *embora* não devemos ficar conformados.

3ª ocorrência: (...) elas existem *mas* não são aplicadas de forma satisfatória (...) **Paráfrase:** (...) elas existem *embora* não sejam aplicadas de forma satisfatória (...)

(T2/D2) 1ª ocorrência: *Mas* e se esse for o resultado de forças que nem mesmo o homem entende? **Paráfrase:** Não é aceitável.

2ª ocorrência: *Embora* a ambição seja um dos maiores males da atualidade, não podemos esquecer o bem praticado pelo homem moderno. **Paráfrase:** A ambição é um dos maiores males da atualidade, *mas* não podemos esquecer o bem praticado pelo homem moderno.

3ª ocorrência: (...) em cada esquina praticamente se encontra uma igreja cristã, *mas* a prática de muitos que frequentam não está de acordo com o que ensina o Cristianismo. **Paráfrase:** (...) em cada esquina praticamente se encontra uma igreja cristã, *embora* a prática de muitos que frequentam não esteja de acordo com o que ensina o Cristianismo.

(T3/D3) 1ª ocorrência: **Embora** a maioria afirme ter plena consciência da carreira desejada, a falta de maturidade e a dúvida entre a realização profissional e pessoal geralmente são dificuldades que precisam ser vencidas. **Paráfrase:** A maioria afirma ter plena consciência da carreira desejada, **mas** a falta de maturidade e a dúvida entre a realização profissional e pessoal geralmente são dificuldades que precisam ser vencidas.

2ª ocorrência: (...) afirmam que sabem qual profissão seguir. **Mas** e se a intuição não estiver certa, será que é possível escolher tão cedo a profissão? **Paráfrase:** Não é aceitável.

3ª ocorrência: (...) o amadurecimento das pessoas não se dá de uma única forma, **embora** alguns estudiosos digam que podemos perceber alguns comportamentos de acordo com a idade. **Paráfrase:** (...) o amadurecimento das pessoas não se dá de uma única forma, **mas** alguns estudiosos dizem que podemos perceber alguns comportamentos de acordo com a idade.

4ª ocorrência: (...) **embora** a atividade não seja agradável, o salário é alto e isso basta para se viver bem. **Paráfrase:** (...) atividade não é agradável, **mas** o salário é alto e isso basta para se viver bem.

(T4/D4) 1ª ocorrência: (...) o desvio de verba contribui de forma negativa para que ela alcance a qualidade de países desenvolvidos, **embora** possamos perceber algumas melhorias nas últimas décadas. **Paráfrase:** (...) o desvio de verba contribui de forma negativa para que ela alcance a qualidade de países desenvolvidos, **mas** podemos perceber algumas melhorias nas últimas décadas.

2ª ocorrência: (...) observamos também que a facilidade de aprovação nas escolas e o aumento de faculdades particulares não significa que temos mais qualidade, **mas** temos sim outras oportunidades. **Paráfrase:** (...) o desvio de verba contribui de forma negativa para que ela alcance a qualidade de países desenvolvidos, **mas** podemos perceber algumas melhorias nas últimas décadas.

3ª ocorrência: (...) temos sim outras oportunidades, **embora** muitos não tenham condições de pagar as mensalidades. **Paráfrase:** (...) temos sim outras oportunidades, **mas** muitos não têm condições de pagar as mensalidades.

4ª ocorrência: Na saúde, (...) também tem desvio de verba e os planos de saúde quase não funcionam, **mas** a pequena diferença em relação à educação, são os altos salários dos médicos (...) **Paráfrase:** Na saúde, (...) também tem desvio de verba e os planos de

saúde quase não funcionam, **embora** a pequena diferença em relação à educação, sejam os altos salários dos médicos (...)

5ª ocorrência: (...) a pequena diferença em relação à educação, são os altos salários dos médicos que **embora** estejam no meio da corrupção, eles conseguem viver bem.

**Paráfrase:** (...) são os altos salários dos médicos que estão no meio da corrupção, **mas** conseguem viver bem.

6ª ocorrência: A corrupção é um fato em nossa sociedade, **mas** se a maioria tiver boa vontade, (...) o povo conseguirá o respeito (...) **Paráfrase:** **Embora** a corrupção seja um fato em nossa sociedade, se a maioria tiver boa vontade, (...) o povo conseguirá o respeito (...)

(T5/D5) 1ª ocorrência: (...) esses pais investem nos filhos e é justo que queiram resultado positivo, **mas** vindo por outro lado, é possível que esses pais, sem perceber, estejam errados (...) **Paráfrase:** (...) esses pais investem nos filhos e é justo que queiram resultado positivo. **Embora**, vindo por outro lado, seja possível que esses pais, sem perceber, estejam errados (...)

2ª ocorrência: (...) não conseguiram realização profissional e querem se realizar através dos filhos, **mas** esquecem que cada filho é uma pessoa diferente (...) **Paráfrase:** (...) não conseguiram realização profissional e querem se realizar através dos filhos, **embora** esqueçam que cada filho é uma pessoa diferente (...)

3ª ocorrência: (...) mostram preocupação com o futuro dos filhos, **mas** eles devem respeitar a escolha profissional de cada filho (...) **Paráfrase:** (...) mostram preocupação com o futuro dos filhos, **embora** eles devam respeitar a escolha profissional de cada filho (...)

4ª ocorrência: (...) eles devem respeitar a escolha profissional de cada filho, **embora** essa escolha não agrade muito. **Paráfrase:** (...) eles devem respeitar a escolha profissional de cada filho, **mas** essa escolha não agrada muito.

(T6/D6) 1ª ocorrência: **Embora** acreditemos que todos precisam viver, os assaltantes e sequestradores assassinos devem morrer (...) **Paráfrase:** Acreditamos que todos precisam viver, **mas** os assaltantes e sequestradores assassinos devem morrer (...)

2ª ocorrência: (...) só querem viver bem com sua família e de forma honesta, **mas** de uma hora para outra têm suas vidas destruídas. **Paráfrase:** (...) só querem viver bem com sua família e de forma honesta, **embora** de uma hora para outra tenham suas vidas destruídas.

3ª ocorrência: (...) **embora** os crimes tenham aumentado nos últimos anos no Brasil, não achamos certo matar as pessoas que agem assim (...) **Paráfrase:** (...) os crimes têm aumentado nos últimos anos no Brasil, **mas** não achamos certo matar as pessoas que agem assim (...)

(T7/D7) 1ª ocorrência: **Embora** o número que indica o nascimento de crianças tenha apresentado certa redução nos últimos anos, podemos notar que nas periferias a natalidade ainda é alta. **Paráfrase:** (...) o número que indica o nascimento de crianças tem apresentado certa redução nos últimos anos, **mas** podemos notar que nas periferias a natalidade ainda é alta.

2ª ocorrência: (...) faz com que os governos criem programas de bolsas para auxiliar as famílias, **mas** essas bolsas se tornam a renda (...) **Paráfrase:** (...) faz com que os governos criem programas de bolsas para auxiliar as famílias, **embora** essas bolsas se tornem a renda (...)

(T8/D8) 1ª ocorrência: A pena socioeducativa só tem efeito inicialmente, **mas** perde sua força com o tempo (...) **Paráfrase:** A pena socioeducativa só tem efeito inicialmente, **embora** perca sua força com o tempo (...)

2ª ocorrência: **embora** possamos encontrar ideias favoráveis e contrárias à redução da maioria penal, entendemos que o mais importante é oferecer mais oportunidades aos jovens (...) **Paráfrase:** Podemos encontrar ideias favoráveis e contrárias à redução da maioria penal, **mas** entendemos que o mais importante é oferecer mais oportunidades aos jovens (...)

(T9/D9) 1ª ocorrência: (...) para um emprego, é cobrado o português correto, **embora** depois de aprovado no emprego não precise usar a escrita (...) **Paráfrase:** (...) para um emprego, é cobrado o português correto, **mas** depois de aprovado no emprego não precisa usar a escrita (...)

2ª ocorrência: Nos vestibulares, (...) erros de ortografia, (...) podem até reprovar o candidato, **embora** tenha muita gente dizendo que hoje podemos escrever de qualquer maneira. **Paráfrase:** Nos vestibulares, (...) erros de ortografia, (...) podem até reprovar o candidato, **mas** tem muita gente dizendo que hoje podemos escrever de qualquer maneira.

3ª ocorrência: A linguagem da internet para eles é apenas uma dessas formas, **mas** que o aluno também deve saber a língua padrão para os casos de avaliação (...) **Paráfrase:** A linguagem da internet para eles é apenas uma dessas formas, **embora** o aluno também deva saber a língua padrão para os casos de avaliação (...)



(T10/D10) 1ª ocorrência: **Embora** a escola brasileira tenha melhorado muito, nas periferias ainda encontramos muitos casos de pessoas analfabetas (...) **Paráfrase:** (...) a escola brasileira tem melhorado muito, **mas** nas periferias ainda encontramos muitos casos de pessoas analfabetas (...)

2ª ocorrência: Vemos também que muitas famílias hoje pouco se interessam com a educação dos filhos, **mas** a cobrança dessas famílias é grande. **Paráfrase:** Vemos também que muitas famílias hoje pouco se interessam com a educação dos filhos, **embora** a cobrança dessas famílias seja grande.

3ª ocorrência: (...) a educação brasileira é reponsabilidade da escola, da família e da sociedade e isso inclui a classe política, (...) **mas** não é o que vemos (...) **Paráfrase:** (...) a educação brasileira é reponsabilidade da escola, da família e da sociedade e isso inclui a classe política, (...) **embora** não seja o que vemos (...)

(T11/D11) 1ª ocorrência: A Constituição Federal de 1988 teve uma enorme preocupação com a proteção dos direitos e garantias à vida e à saúde, **mas** não é essa a realidade atual (...) **Paráfrase:** A Constituição Federal de 1988 teve uma enorme preocupação com a proteção dos direitos e garantias à vida e à saúde, **embora** não é essa a realidade atual (...)

2ª ocorrência: **Embora** bilhões de reais sejam direcionados à saúde, percebemos que esse não está sendo seu destino (...) **Paráfrase:** (...) Bilhões de reais sejam direcionados à saúde, **mas** percebemos que esse não está sendo seu destino (...)

3ª ocorrência: (...) as oportunidades de se tornar um profissional na área da saúde têm sido frequentes, **mas** parece que as pessoas não estão nenhum pouco interessadas em melhorar de vida. **Paráfrase:** (...) as oportunidades de se tornar um profissional na área da saúde têm sido frequentes, **embora** pareça que as pessoas não estão nenhum pouco interessadas em melhorar de vida.

(T12/D12) 1ª ocorrência: Há quem diga que a empresa (...) continua estável, **mas**, de acordo com algumas investigações, a indústria tem sido alvo de grandes golpes monetários. **Paráfrase:** Há quem diga que a empresa (...) continua estável. **Embora**, de acordo com algumas investigações, a indústria tenha sido alvo de grandes golpes monetários.

2ª ocorrência: **Embora** as investigações feitas afirmem a gravidade dos golpes relacionada ao superfaturamento (...) notamos que os políticos de alto escalão e os gestores esquivam-se da responsabilidade da transgressão cometida. **Paráfrase:** (...) as investigações feitas afirmam a gravidade dos golpes relacionada ao superfaturamento,

(...) **mas** notamos que os políticos de alto escalão e os gestores negam a responsabilidade da transgressão cometida.

(T13/D13) Ocorrência única: **Embora** possamos observar que o índice de violência é maior na classe pobre, vemos que aqueles com maiores salários também aderem ao crime (...) **Paráfrase:** (...) Podemos observar que o índice de violência é maior na classe pobre, **mas** vemos que aqueles com maiores salários também aderem ao crime (...)

(T14/D14) 1ª ocorrência: Quanto à grande quantidade de lixo, é muito difícil encontrar um centro urbano comercial no Brasil que seja limpo, **mas** é possível encontrarmos alguns. **Paráfrase:** Quanto à grande quantidade de lixo, é muito difícil encontrar um centro urbano comercial no Brasil que seja limpo, **embora** seja possível encontrarmos alguns.

2ª ocorrência: **Embora** exista um serviço público de limpeza, o Estado Brasileiro não consegue controlar o excesso de lixo em vias públicas no país. **Paráfrase:** (...) Existe um serviço público de limpeza, **mas** o Estado Brasileiro não consegue controlar o excesso de lixo em vias públicas no país.

3ª ocorrência: (...) atuam como protagonistas, usando locais inadequados de armazenamento de lixo, **mas** encontramos aqueles que lutam por uma sociedade mais saudável (...) **Paráfrase:** (...) atuam como protagonistas, usando locais inadequados de armazenamento de lixo, **embora** ainda encontremos aqueles que lutam por uma sociedade mais saudável (...)

(T15/D15) 1ª ocorrência: **Embora** tenhamos consciência de que o crime fere todas as dimensões humanas, acreditamos na recuperação de qualquer pessoa (...) **Paráfrase:** (...) temos consciência de que o crime fere todas as dimensões humanas, **mas** acreditamos na recuperação de qualquer pessoa (...)

2ª ocorrência: (...) percebemos que a redução da maioria penal no Brasil, no momento não é adequada (...) **mas** a redução penal parece inevitável. **Paráfrase:** (...) percebemos que a redução da maioria penal no Brasil, no momento não é adequada (...) **Embora** a redução penal pareça inevitável.

3ª ocorrência: (...) o governo deve investir na melhoria de presídios existentes e construir novos, **mas** deve investir antes de tudo na qualificação humana. **Paráfrase:** (...) o governo deve investir na melhoria de presídios existentes e construir novos, **embora** deva investir antes de tudo na qualificação humana.

(T16/D16) 1ª ocorrência: **Embora** toda essa melhoria e avanço tenha proporcionado melhores condições de vida, notamos que a juventude acaba se tornando alienada.

**Paráfrase:** (...) *toda essa melhoria e avanço tem proporcionado melhores condições de vida, **mas** notamos que a juventude acaba se tornando alienada.*

2ª ocorrência: (...) *esquecem a nossa diversidade cultural, os valores socioculturais e familiares, **mas** é bom lembrar que a tecnologia usada de forma correta é responsável pelo alto nível do desenvolvimento do país.* **Paráfrase:** (...) *esquecem a nossa diversidade cultural, os valores socioculturais e familiares. **Embora** seja bom lembrar que a tecnologia usada de forma correta é responsável pelo alto nível do desenvolvimento do país.*

(T17/D17) 1ª ocorrência: *As economias emergentes do mundo são as que mais concentram abundante natureza, **mas** (...) o desmatamento tem chegado a níveis alarmantes.* **Paráfrase:** *As economias emergentes do mundo são as que mais concentram abundante natureza, **embora** o desmatamento tenha chegado a níveis alarmantes.*

2ª ocorrência: ***Embora** o governo federal tenha criado uma série de programas eficientes em defesa do meio ambiente, os mesmos têm se mostrado ineficientes para resolver essa situação.* **Paráfrase:** (...) *o governo federal tem criado uma série de programas eficientes em defesa do meio ambiente, **mas** os mesmos têm se mostrado ineficientes para resolver essa situação.*

3ª ocorrência: (...) *temos como exemplo a de Balbina e a de Belo Monte que se apresentam como “limpos”, **mas** têm causado inundações consideráveis (...)* **Paráfrase:** (...) *temos como exemplo a de Balbina e a de Belo Monte que se apresentam como “limpos”, **embora** tenham causado inundações consideráveis (...)*

(T18/D18) 1ª ocorrência: ***Embora** fossem meios considerados “inovadores” para a época, eram “arcaicos” na rapidez de comunicação.* **Paráfrase:** (...) *Eram meios considerados “inovadores” para a época, **mas** eram “arcaicos” na rapidez de comunicação.*

2ª ocorrência: ***Embora** para muitos a “web” seja um avanço, para outros representa um atraso social (...)* **Paráfrase:** (...) *Para muitos a “web” é um avanço, **mas** para outros representa um atraso social (...)*

(T19/D19) 1ª ocorrência: *De um lado, ela proporciona uma vida mais prática, **mas** é possível notar que o seu uso inadequado torna as pessoas “escravas” dela em muitos casos.* **Paráfrase:**

*De um lado, ela proporciona uma vida mais prática. **Embora** seja possível notar que o seu uso inadequado torna as pessoas “escravas” dela em muitos casos.*

2ª ocorrência: **Embora** a tecnologia tenha sido criada de forma precisa para ajudar em nossas atividades, o seu uso incorreto vem tornando muitas pessoas dependentes do que ela pode oferecer. **Paráfrase:** (...) a tecnologia foi criada de forma precisa para ajudar em nossas atividades, **mas** o seu uso incorreto vem tornando muitas pessoas dependentes do que ela pode oferecer.

3ª ocorrência: (...) é necessário ter controle sobre a tecnologia para não ser dominado por ela, **mas** isso só será possível com o conhecimento (...) **Paráfrase:** (...) é necessário ter controle sobre a tecnologia para não ser dominado por ela, **embora** isso só seja possível com o conhecimento (...)

4ª ocorrência: **Embora** sejamos conscientes de nossas ações, é preciso ter muito cuidado para que essa invenção humana chamada tecnologia não nos destrua. **Paráfrase:** (...) somos conscientes de nossas ações, **mas** é preciso ter muito cuidado para que essa invenção humana chamada tecnologia não nos destrua.

(T20/D20) 1ª ocorrência: Atualmente, é muito comum o aborto no Brasil, **embora** na maioria dos casos não seja legalizado. **Paráfrase:** Atualmente, é muito comum o aborto no Brasil, **mas** na maioria dos casos não é legalizado.

2ª ocorrência: Outra situação em que o aborto deve ser liberado é se a jovem foi violentada sexualmente e não tem recursos para sustentar o filho, **mas** essa deve ser uma decisão dela (...)

**Paráfrase:** Outra situação em que o aborto deve ser liberado é se a jovem foi violentada sexualmente e não tem recursos para sustentar o filho, **embora** essa deva ser uma decisão dela (...)

(T21/D21) 1ª ocorrência: No Brasil, em pleno século XXI, é possível ver nas ruas crianças trabalhando, **embora** essa seja uma prática contrária à lei. **Paráfrase:** No Brasil, em pleno século XXI, é possível ver nas ruas crianças trabalhando, **mas** essa é uma prática contrária à lei.

2ª ocorrência: **Embora** a situação de violência contra a criança que trabalha seja frequente no Brasil, é fato que muitas crianças ajudam no trabalho de seus pais (...)

**Paráfrase:** (...) a situação de violência contra a criança que trabalha seja frequente no Brasil, **mas** é fato que muitas crianças ajudam no trabalho de seus pais (...)

(T22/D22) 1ª ocorrência: **Embora** pesquisas mostrem que os índices de criminalidade diminuíram nos países que liberaram as armas, no Brasil essa decisão só aumentaria a onda de crimes. **Paráfrase:** (...) pesquisas mostram que os índices de criminalidade

*diminuíram nos países que liberaram as armas, **mas**, no Brasil, essa decisão só aumentaria a onda de crimes.*

2ª ocorrência: (...) *os países que mais têm baixa criminalidade são aqueles que mais investem em educação, **mas** é preciso lembrar que o primeiro investimento é o da família (...)* **Paráfrase:** (...) *os países que mais têm baixa criminalidade são aqueles que mais investem em educação, **embora** seja preciso lembrar que o primeiro investimento é o da família (...)*

(T23/D23) Ocorrência única: (...) *o governo tenta resolver este problema, **mas** não recebe muita ajuda da população. **Paráfrase:** (...) o governo tenta resolver este problema, **embora** não receba muita ajuda da população.*

(T24/D24) Ocorrência única: (...) *trouxe a esperança de que a união pode mudar os rumos do país, **mas** é necessário acreditar que nem todas as manifestações trazem os resultados esperados. **Paráfrase:** (...) trouxe a esperança de que a união pode mudar os rumos do país, **embora** seja necessário acreditar que nem todas as manifestações trazem os resultados esperados.*

(T25/D25) 1ª ocorrência: *Há, de fato, muita dificuldade entre os jovens quando o assunto é socialização, **embora** esta ideia pareça fácil no mundo virtual (...)* **Paráfrase:** *Há, de fato, muita dificuldade entre os jovens quando o assunto é socialização, **mas** esta ideia parece fácil no mundo virtual (...)*

2ª ocorrência: ***Embora** existam meios virtuais para a aproximação, muitas pessoas encontram dentro de si uma inibição para dizer ao menos “oi” pessoalmente(...)* **Paráfrase:** (...) *existem meios virtuais para a aproximação, **mas** muitas pessoas encontram dentro de si uma inibição para dizer ao menos “oi” pessoalmente (...)*

3ª ocorrência: *Parece-nos que à medida que se incluem no mundo virtual, afastam-se do convívio real do cotidiano, **mas** a maioria dos jovens não aceita que existe essa troca de valores. **Paráfrase:** Parece-nos que à medida que se incluem no mundo virtual, afastam-se do convívio real do cotidiano, **embora** a maioria dos jovens não aceite que existe essa troca de valores.*

(T26/D26) 1ª ocorrência: (...) *Esses são questionamentos cada vez mais constantes feitos por jovens, principalmente ao final do ensino médio, **embora**, com certa frequência, não se transformem em vontade de vencer. **Paráfrase:** (...) Esses são questionamentos cada vez mais constantes feitos por jovens, principalmente ao final do ensino médio, **mas**, com certa frequência, não se transformam em vontade de vencer.*

2ª ocorrência: *Realmente não é uma decisão fácil, **mas** algumas atitudes podem ajudar.*

Paráfrase: *Realmente não é uma decisão fácil, **embora** algumas atitudes possam ajudar.*

(T27/D27) 1ª ocorrência: (...) *se houver dedicação, no futuro teremos bons profissionais em inúmeras áreas, **embora** o mercado, às vezes, não ofereça vagas para todos.*

**Paráfrase:** (...) *se houver dedicação, no futuro teremos bons profissionais em inúmeras áreas, **mas** o mercado, às vezes, não oferece vagas para todos.*

2ª ocorrência: (...) *somos responsáveis por nossas próprias decisões, **embora** às vezes não estejam atentas com a realidade. **Paráfrase:** (...) somos responsáveis por nossas próprias decisões, **mas** às vezes não estão atentas com a realidade.*

(T28/D28) 1ª ocorrência: *A solidariedade deve estar presente no nosso dia-a-dia, uma vez que é ela quem nos ajudará a construir um futuro melhor, **embora** essa prática não seja mais tão frequente. **Paráfrase:** A solidariedade deve estar presente no nosso dia-a-dia, uma vez que é ela quem nos ajudará a construir um futuro melhor, **mas** essa prática não é mais tão frequente.*

2ª ocorrência: *Quando se fala em solidariedade, o que pensamos logo é em dar dinheiro aos pobres, **mas** ser solidário não é somente isso (...) **Paráfrase:** Quando se fala em solidariedade, o que pensamos logo é em dar dinheiro aos pobres, **embora** ser solidário não seja somente isso (...)*

3ª ocorrência: *Para a construção de um futuro melhor, é preciso que a geração de hoje ensine a de amanhã, **mas** isso só se tornará realidade, se ensinarmos a criança desde cedo (...) **Paráfrase:** Para a construção de um futuro melhor, é preciso que a geração de hoje ensine a de amanhã, **embora** isso só se torne realidade, se ensinarmos a criança desde cedo (...)*

(T29/D29) 1ª ocorrência: *Outro ponto interessante é a liberdade que a população tem para reivindicar os seus direitos através de passeatas e manifestações, **embora** muitos se aproveitem disso para tumultuar. **Paráfrase:** Outro ponto interessante é a liberdade que a população tem para reivindicar os seus direitos através de passeatas e manifestações, **mas** muitos se aproveitam disso para tumultuar.*

2ª ocorrência: *O Brasil é um país que deve ser de todos, **mas** conseguimos perceber que a riqueza se encontra nas mãos dos políticos corruptos que sempre querem mais. **Paráfrase:** O Brasil é um país que deve ser de todos, **embora** conseguimos perceber que a riqueza se encontra nas mãos dos políticos corruptos que sempre querem mais.*

(T30/D30) 1ª ocorrência: ***Embora** o uso abusivo de produtos seja frequente, alguns indivíduos se conformam apenas com os exercícios físicos moderados (...) **Paráfrase:***

(...) o uso abusivo de produtos é frequente, **mas** alguns indivíduos se conformam apenas com os exercícios físicos moderados (...)

2ª ocorrência: Naturalmente as pessoas buscam os meios mais fáceis para conseguir o corpo ideal, **embora** se desviem das consequências de um medicamento usado incorretamente. **Paráfrase:** Naturalmente as pessoas buscam os meios mais fáceis para conseguir o corpo ideal, **mas** se desviam das consequências de um medicamento usado incorretamente.

3ª ocorrência: (...) sabemos que a ideia do belo é fascinante, **mas** é preciso que cada um tenha cuidado para não piorar o que considera feio (...) **Paráfrase:** (...) sabemos que a ideia do belo é fascinante, **embora** seja preciso que cada um tenha cuidado para não piorar o que considera feio (...)

Para melhor visualização das ocorrências de paráfrases com os operadores *mas* e *embora*, no corpus, veja-se o **quadro 7**, abaixo:

**Quadro 7:** Paráfrase com os operadores *mas* e *embora*

<b>Textos</b>	<b>A partir de <i>Mas</i></b>	<b>A partir de <i>Embora</i></b>	<b>Sem paráfrase</b>
T1/D1	2	1	0
T2/D2	1	1	1
T3/D3	0	3	1
T4/D4	3	3	0
T5/D5	3	1	0
T6/D6	1	2	0
T7/D7	1	1	0
T8/D8	1	1	0
T9/D9	1	2	0
T10/D10	2	1	0
T11/D11	2	1	0
T12/D12	1	1	0
T13/D13	0	1	0
T14/D14	2	1	0
T15/D15	2	1	0
T16/D16	1	1	0
T17/D17	2	1	0
T18/D18	0	2	0
T19/D19	2	2	0

T20/D20	1	1	0
T21/D21	0	2	0
T22/D22	1	1	0
T23/D23	1	0	0
T24/D24	1	0	0
T25/D25	1	2	0
T26/D26	1	1	0
T27/D27	0	2	0
T28/D28	2	1	0
T29/D29	1	1	0
T30/D30	1	2	0
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>40</b>	<b>2</b>

Fonte: Elaborado pelo autor da Dissertação (2015)

Com base no **quadro 7**, que indica as construções das paráfrases do operador *mas* para o operador *embora* e do *embora* para *mas*, nas produções textuais que compõem o *corpus* desta dissertação, nota-se um equilíbrio de ocorrências, fato indicador de que adversativas e concessivas comungam, de forma expressiva, das mesmas construções de ideias, isto é, os mecanismos que gerenciam o contraste podem ser, em princípio, encadeadores discursivos de natureza adversativa ou concessiva, como assegura o fragmento abaixo:

(T6/D6) 1ª ocorrência: ***Embora*** *acreditemos que todos precisam viver, os assaltantes e sequestradores assassinos devem morrer (...)*

Ao adotar-se a paráfrase, tem-se:

*Acreditamos que todos precisam viver, **mas** os assaltantes e sequestradores assassinos devem morrer (...)*

Nas construções de (T6/D6), verifica-se que a coesão sequencial, um dos princípios que constituem a textualidade, conforme Marcuschi (2012), faz-se presente por meio dos operadores *embora* e *mas*. Nas palavras do autor, esses mecanismos textuais têm um papel relevante na estruturação da sequência superficial do texto. Como se observa nos fragmentos de (T6/D6), eles (*embora* e *mas*) atuam não só no âmbito sintático mas também no semântico, cujo objetivo é transmitir conhecimentos e, no plano da coerência, constituir sentidos, quer de natureza concessiva, quer de natureza adversativa.

Entretanto, de acordo com García (2004<sup>a</sup>), embora haja correlação entre concessão e adversidade, há uma informação implícita que contraria o conteúdo proposicional na cláusula concessiva, fato que geralmente não é constatado nas construções adversativas. Dessa forma, apreende-se que as concessivas apresentam maior argumentatividade.



Nesse sentido, uma construção concessiva estabelece um processamento do primeiro elemento como causa ineficaz, incorporando um conteúdo que pode denominar-se pressuposto. Em contrapartida, as construções adversativas não produzem uma inferência repentina, mas a partir do segundo segmento iniciado pela partícula coordenativa, inserindo-se, então, um conteúdo declarado. O fragmento abaixo ilustra esse fato:

(T5/D5) 4ª ocorrência: (...) *eles devem respeitar a escolha profissional de cada filho, **embora** essa escolha não agrada muito.*

Observe-se a correspondência com as adversativas iniciada por *mas*:

(...) *eles devem respeitar a escolha profissional de cada filho, **mas** essa escolha não agrada muito.*

Ao traçar um paralelo entre as construções concessivas e adversativas, tomando como base os excertos acima, percebe-se que, mesmo estando inseridas nas relações de oposição, apresentam certas diferenças de sentido. Segundo Antunes (2005), uma dessas diferenças encontra-se na direção argumentativa que cada uma exprime: nas adversativas, como mostram os fragmentos, a expectativa construída no primeiro enunciado não é sustentada.

Com essa ideia, ao afirmar: (...) *eles devem respeitar a escolha profissional de cada filho, **embora** essa escolha não agrada muito*, evidencia-se que a ideia em defesa da escolha profissional de cada filho é mantida, pois, como informam Lima (1996) e Varela (2000), a subordinada adverbial, neste caso, com a concessiva *embora*, exprime um obstáculo que não interrompe a realização da situação expressa pela oração nuclear.

Em contrapartida, se o enunciado for o seguinte: (...) *eles devem respeitar a escolha profissional de cada filho, **mas** essa escolha não agrada muito*, nota-se que o que é preservado não é o argumento em prol do respeito pela escolha profissional, pelo contrário, prevalece o desagrado com a escolha. Mesmo que apresentem diferença de sentido, nota-se que em ambos os casos, como afirma Marcuschi (2012), a respeito da coesão, esses fatores estruturam a sequência superficial do texto, atuando como uma sintaxe da semântica textual.

Nessa sequenciação frástica, assinalada pelas marcas linguísticas *embora* e *mas*, nota-se que tanto na construção marcada pela concessão, quanto na construção que se encontra iniciada pela adversidade, há uma oposição ao que foi dito anteriormente e, nesse sentido, mantém-se o elo coesivo e a coerência entre os enunciados. Para Koch (2001), esses operadores introduzem uma restrição, oposição ou contraste referente ao que foi mencionado anteriormente.

Portanto, a cláusula concessiva tanto exprime uma réplica a uma possível contestação do interlocutor, quanto expressa a anuência alusiva a alguma legalidade dessa contestação.

Constata-se, assim, que o contraste explícito é característica das adversativas, o que não ocorre com as concessivas. Tal fato, de modo geral, é recorrente nos textos dos discentes.

Quanto à ocorrência de construções sem paráfrase, os dois casos presentes no *corpus* referem-se à adversativa *mas*, conforme o excerto: *Mas e se esse for o resultado de forças que nem mesmo o homem entende?* (T2/D2) 1ª ocorrência; e *Mas e se a intuição não estiver certa, será que é possível escolher tão cedo a profissão?* (T3/D3) 2ª ocorrência.

Nas duas situações, encontram-se enunciados com direção independente. Consoante Neves (2011), nessas construções indica-se um novo argumento, geralmente constituído por um enunciado pressuposto interrogativo. Assim, o argumento antecedente, mesmo sendo aceito, é declarado insuficiente. Além disso, é possível que o acréscimo do novo argumento receba a partícula *e*, como ilustram os dois excertos extraídos de (T2/D2 e T3/D3) acima expostos. Com essas alterações estruturais, torna-se inviável o recurso da paráfrase.

Em referência ao aspecto sintático, considerando a posição dos operadores *mas* e *embora* no período, são necessárias algumas considerações. Antes disso, veja-se o **quadro 8** com as ocorrências do *corpus*:

**Quadro 8:** Posição sintática dos operadores *mas* e *embora* no *corpus*

Texto/Discente	Mas			Embora		
	Anteposto	Intercalado	Fixo	Anteposto	Intercalado	Posposto
T1/D1	0	0	2	1	0	0
T2/D2	0	0	2	1	0	0
T3/D3	0	0	1	2	0	1
T4/D4	0	0	3	1	0	2
T5/D5	0	0	3	0	0	1
T6/D6	0	0	1	2	0	0
T7/D7	0	0	1	1	0	0
T8/D8	0	0	1	1	0	0
T9/D9	0	0	1	1	0	1
T10/D10	0	0	2	1	0	0
T11/D11	0	0	2	1	0	0

T12/D12	0	0	1	1	0	0
T13/D13	0	0	0	1	0	0
T14/D14	0	0	2	1	0	0
T15/D15	0	0	2	1	0	0
T16/D16	0	0	1	1	0	0
T17/D17	0	0	2	1	0	0
T18/D18	0	0	0	2	0	0
T19/D19	0	0	2	1	0	1
T20/D20	0	0	1	0	0	1
T21/D21	0	0	0	1	0	1
T22/D22	0	0	1	1	0	0
T23/D23	0	0	1	0	0	0
T24/D24	0	0	1	0	0	0
T25/D25	0	0	1	1	0	1
T26/D26	0	0	1	0	0	1
T27/D27	0	0	0	0	0	2
T28/D28	0	0	2	0	0	1
T29/D29	0	0	1	0	0	1
T30/D30	0	0	1	1	0	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>39</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>15</b>

Fonte: Elaborado pelo autor da Dissertação (2015)

Ao examinar o **quadro 8**, verifica-se que, enquanto o operador *mas* aparece nas trinta e nove ocorrências do *corpus*, somente na coluna indicadora de imobilidade (fixo), o articulador discursivo *embora* aparece vinte e cinco vezes como anteposto e quinze vezes como posposto. Segundo Martelotta (1998), há uma oposição entre a inflexibilidade adversativa, representada nesta pesquisa pelo operador *mas*, e a mobilidade das concessivas, configurada aqui pelo operador *embora*. Seguem os trechos do *corpus* como ilustração:

(T7/D7) 1ª ocorrência: **Embora** o número que indica o nascimento de crianças tenha apresentado certa redução nos últimos anos, podemos notar que nas periferias a natalidade ainda é alta.

Reescrita: Podemos notar que nas periferias a natalidade ainda é alta, **embora** o número que indica o nascimento de crianças tenha apresentado certa redução nos últimos anos.

O número que indica o nascimento de crianças tem apresentado certa redução nos últimos anos, **mas** podemos notar que nas periferias a natalidade ainda é alta.

Ao se referir à ordem das orações concessivas, Decat (1993) registra que a anteposição dos segmentos concessivos põe em evidência a função de guia, de modo que o conteúdo desses segmentos orienta para o que está contido na oração nuclear. Quanto à posposição, a autora afirma que se assemelha a um adendo, ou seja, parte do enunciado em que o falante/escritor retorna ao que acaba de dizer.

Verifica-se que tanto na anteposição, quanto na posposição, a coerência é mantida. Para Beaugrande/Dressler (1981), esse fenômeno é determinado pela continuidade de sentidos e expressa-se por meio de conceitos e relações, pois sua ocorrência dá-se em um universo textual que engloba tanto a produção quanto a recepção, de forma que, no texto, além dos componentes linguísticos, encontra-se, também, a experiência do cotidiano.

Para Neves (2011), a ordem das construções concessivas submete-se a finalidades comunicativas. Nesse contexto, a autora admite que elas podem ficar antepostas, intercaladas ou justapostas, declarando que se usa, com mais frequência, a posposição, para a qual apresenta o seguinte esquema:

Esquema 8

<b>Embora (posposto)</b>
• Primeiro se expressa a asserção nuclear;
• Depois se expressa a objeção.
Assim, o falante/escritor:
• Primeiro faz a sua asseveração;
• Depois pesa as objeções, utilizando-as, de certo modo, na defesa do ponto de vista expresso.

Aplicando-se o esquema a trechos retirados do *corpus*, tem-se:

Trechos do *corpus*:

(T20/D20) 1ª ocorrência: *Atualmente, é muito comum o aborto no Brasil, **embora** na maioria dos casos não seja legalizado.*

(T21/D21) 1ª ocorrência: (...) *é possível ver nas ruas crianças trabalhando, **embora** essa seja uma prática contrária à lei.*

(T27/D27) 2ª ocorrência: (...) *somos responsáveis por nossas próprias decisões, **embora** às vezes não estejam atentas com a realidade.*

Esquematizando:

- Expressa-se a afirmação nuclear:

Em (T20/D20), *Atualmente, é muito comum o aborto no Brasil (...)*

Em (T21/D21), (...) *é possível ver nas ruas crianças trabalhando (...)*

Em (T27/D27), (...) *somos responsáveis por nossas próprias decisões (...)*

- Em seguida, tem-se a objeção:

Em (T20/D20), (...) ***embora** na maioria dos casos não seja legalizado.*

Em (T21/D21), (...) ***embora** essa seja uma prática contrária à lei.*

Em T(27/D27), (...) ***embora** às vezes não estejam atentas com a realidade.*

No esquema da posposição, verifica-se que nos enunciados (T20/D20), (T21/D21) e (T27/D27) primeiramente o falante/escritor afirma algo com o sentido que lhe convém; depois, por meio do operador concessivo, no caso em questão, *embora*, apresenta seu ponto de vista, que é refutado pela informação nuclear. Essa oposição não anula o que é dito na concessiva, mas sinaliza, mesmo em forma de contraste, que há algo a ser acrescentado e isso se caracteriza como fundamento para a argumentação.

Com essa mobilidade concessiva, encontram-se quinze ocorrências das quarenta do *corpus*, fato indicador de que o discente que recorre a essa forma de construção prioriza a informação contida na oração nuclear, mesmo tendo consciência de que com a introdução do raciocínio concessivo o enunciado anterior será contestado, porém não será anulado. Eis alguns trechos do *corpus* com essa constituição:

(T4/D4) 3ª ocorrência: (...) *temos sim outras oportunidades, **embora** muitos não tenham condições de pagar as mensalidades.*

(T26/D26) 1ª ocorrência: (...) *esses são questionamentos cada vez mais constantes feitos por jovens, principalmente ao final do ensino médio, **embora**, com certa frequência, não se transformem em vontade de vencer.*

(T28/D28) 1ª ocorrência: *A solidariedade deve estar presente no nosso dia-a-dia, uma vez que é ela quem nos ajudará a construir um futuro melhor, **embora** essa prática não seja mais tão frequente.*

Nessas construções, percebe-se que, a partir do operador *embora*, inicia-se a restrição relacionada ao que foi mencionado no enunciado anterior. No entendimento de Neves (2011), as concessivas pospostas ora funcionam como ressalva a um ponto particular da oração, o que ocorre com os segmentos (T4/D4), (T26/26) e (T28/D28), ora como adendo.

Conforme Flamenco García (2000), a posposição das concessivas esclarece a finalidade do falante/escritor de agilizar ou rechaçar uma possível réplica do ouvinte/leitor. Nesse sentido, o operador *embora* introduz um conteúdo novo, como atestam as ocorrências (T4/D4), (T26/26) e (T28/D28) acima citadas.

Por outro lado, das quarenta ocorrências referentes à concessiva *embora*, vinte e cinco são antepostas, contrariando o que expõe Neves. É provável que nesse jogo de opostos, em que primeiramente se contrapõe uma possível escolha do interlocutor e depois faz-se uma afirmação, a preferência pela anteposição seja uma forma que o discente encontrou para pôr em evidência a força argumentativa desse operador, como designam os excertos abaixo:

(T13/D13) Ocorrência única: ***Embora** possamos observar que o índice de violência é maior na classe pobre, vemos que aqueles com maiores salários também aderem ao crime (...)*

(T14/D14) 2ª ocorrência: ***Embora** exista um serviço público de limpeza, o Estado Brasileiro não consegue controlar o excesso de lixo em vias públicas no país.*

(T15/D15) 1ª ocorrência: ***Embora** tenhamos consciência de que o crime fere todas as dimensões humanas, acreditamos na recuperação de qualquer pessoa (...)*

(T16/D16) 1ª ocorrência: ***Embora** toda essa melhoria e avanço tenha proporcionado melhores condições de vida, notamos que a juventude acaba se tornando alienada.*

(T18/D18) 1ª ocorrência: ***Embora** fossem meios considerados “inovadores” para a época, eram “arcaicos” na rapidez de comunicação.*

De acordo com Flamenco García (2000), a anteposição do período introduzido por *embora* à oração nuclear, como apontam as ocorrências (T13/D13), (T14/D14), (T15/D15), (T16/D16), (T18/D18) citadas acima, atribui-se ao propósito comunicativo do falante/escritor de questionar o discurso anteriormente emitido ou pressuposto. Assim, o operador concessivo insere uma informação que é conhecida pelos interlocutores, a informação dada ou velha.

A respeito da informação dada/nova, Decat (1993) argumenta que, no fluxo de informação, geralmente caminha-se de uma informação dada para uma informação nova, isto

é, a informação dada tem o uso mais frequente na posição inicial e a informação nova costuma acontecer na posição final. Nessa perspectiva, pode-se imaginar que a adversativa, com ocorrência sempre posposta, transporta, normalmente, informação nova.

Ainda a esse respeito, Martelotta (1998) declara que com a construção adversativa é habitual a recorrência da informação nova. Todavia, quando o elemento adversativo veicula informação dada, indica recuperação de assunto, isto é, retomada do que foi mencionado.

Entretanto, esse posicionamento é discutível, pois qualquer construção que se pretenda eficiente e dinâmica deve levar em consideração o contexto de uso como fator relevante na informação dos enunciados.

Em referência à intercalação, Zamproneo (1998) assegura que essa posição auxilia no mecanismo de topicalização de um elemento da oração principal. Como se pode notar, por meio do quadro acima, não há nenhum caso de intercalação concessiva no *corpus*.

No que diz respeito aos *valores semânticos* do operador *mas*, observe-se o **quadro 9**:

**Quadro 9:** Valores semânticos do operador *mas*

Texto/ Discente	MAS					
	Negação de inferência	Compensação	Restrição	Contraste	Direção independente	Mesma direção
T1/D1	1	1	0	0	0	0
T2/D2	0	1	0	0	1	0
T3/D3	0	0	0	0	1	0
T4/D4	1	0	0	1	1	0
T5/D5	1	0	0	0	2	0
T6/D6	0	0	0	0	0	1
T7/D7	0	0	0	1	0	0
T8/D8	0	0	0	1	0	0
T9/D9	0	0	0	0	0	1
T10/D10	2	0	0	0	0	0
T11/D11	2	0	0	0	0	0
T12/D12	1	0	0	0	0	0

T13/D13	0	0	0	0	0	0
T14/D14	2	0	0	0	0	0
T15/D15	1	0	0	0	0	1
T16/D16	1	0	0	0	0	0
T17/D17	2	0	0	0	0	0
T18/D18	0	0	0	0	0	0
T19/D19	1	0	0	0	1	0
T20/D20	0	0	0	0	0	1
T21/D21	0	0	0	0	0	0
T22/D22	0	0	0	0	1	0
T23/D23	1	0	0	0	0	0
T24/D24	0	0	0	0	0	1
T25/D25	0	0	0	0	1	0
T26/D26	1	0	0	0	0	0
T27/D27	0	0	0	0	0	0
T28/D28	1	0	0	0	1	0
T29/D29	1	0	0	0	0	0
T30/D30	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaborado pelo autor da Dissertação (2015)

Em referência aos valores semânticos expressos no **quadro 9**, verifica-se que os três mais frequentes são *negação de inferência*, com dezenove ocorrências, *contraposição em direção independente*, com nove e *contraposição na mesma direção*, com seis.

Possivelmente, a preponderância do valor semântico *negação de inferência*, no *corpus*, ocorre devido ao fato de que nas adversativas, com esse sentido, encontra-se, frequentemente, a ideia de concessão, aparato coesivo utilizado de forma ampla em textos argumentativos, como estes em análise. Das dezenove ocorrências com esse valor, seguem duas retiradas do *corpus*:



(T10/D10) 2ª ocorrência: *Vemos também que muitas famílias hoje pouco se interessam com a educação dos filhos, **mas** a cobrança dessas famílias é grande.*

(T17/D17) 3ª ocorrência: (...) *temos como exemplo a de Balbina e a de Belo Monte que se apresentam como “limpos”, **mas** têm causado inundações consideráveis (...)*

A esse respeito, Neves (2011) assinala que com esse valor tem-se, no primeiro segmento, a afirmação em que se aceita um fato; no segundo segmento, expõe-se a não admissão da inferência do que foi afirmado. A insuficiência da asseveração para conceder a inferência também pode passar pela lexicalização (*apesar disso, ainda assim*).

Além disso, com essa ideia semântica, há construções em que vem contrariada a inferência daquilo que será emitido posteriormente. Assim, na primeira oração afirma-se o contrário do que se depreende na segunda oração e, nessa proposição, há a certeza, com o reconhecimento de um fato, como asseguram os exemplos extraídos do *corpus*:

(T1/D1) 2ª ocorrência: (...) *o país nesses últimos anos tem melhorado bastante, **mas** não devemos ficar conformados.*

(T11/D11) 1ª ocorrência: *A Constituição Federal de 1988 teve uma enorme preocupação com a proteção dos direitos e garantias à vida e à saúde, **mas** não é essa a realidade atual (...)*

Quanto às construções adversativas com *contraposição na mesma direção*, tem-se seis ocorrências em todo o *corpus*. Ocupando o terceiro lugar, esse segmento não se limita apenas a adicionar informações, mas prima pela construção de argumentos cujo valor pode ser comparativo ou, em outros casos, superlativo, como apontam os segmentos do *corpus*:

(T22/D22) 2ª ocorrência: (...) *os países que mais têm baixa criminalidade são aqueles que mais investem em educação, **mas** é preciso lembrar que o primeiro investimento é o da família (...)*

(T30/D30) 3ª ocorrência: (...) *sabemos que a ideia do belo é fascinante, **mas** é preciso que cada um tenha cuidado para não piorar o que considera feio (...)*

Com base nos fragmentos, percebe-se que em (T22/D22) e em (T30/D30) o conteúdo do primeiro período é de certa forma considerado. Contudo, na segunda oração, iniciada pelo operador *mas*, apresenta-se uma informação com significado igual ou superior à que se encontra na oração nuclear.

Referente à *contraposição com direção independente*, com nove ocorrências, o comportamento é similar, ou seja, os elementos adversativos funcionam como acréscimo de um argumento ainda não declarado, conforme o fragmento seguinte:

(T19/D19) 1ª ocorrência: *De um lado, ela (a tecnologia) proporciona uma vida mais prática, **mas** é possível notar que o seu uso inadequado torna as pessoas “escravos” dela em muitos casos.*

Nessa construção, evidencia-se que a oração iniciada por *mas* modifica o foco da oração anterior. Inicialmente, afirma-se que “ela (a tecnologia)” se propõe a oferecer uma vida mais prática aos usuários. Com a inserção do operador *mas*, tem-se outro rumo discursivo: o de que o emprego inapropriado da tecnologia faz com que esses usuários tornem-se seus “escravos”.

Em contrapartida, a pouca frequência da *contraposição por contraste* adversativo nos textos, no caso três ocorrências, representa algo inusitado, uma vez que esse é um dos valores mais recorrentes nas adversativas, quer pela tradição gramatical, quer por um número considerável de linguistas.

É provável que os outros sentidos de *mas*, escolhidos pelos discentes para a defesa de seu ponto de vista, só confirmam os vários caminhos que a língua oferece em prol da comunicação, cabendo ao falante/escritor a decisão de como trilhar esses caminhos, pois, na esfera do sentido, há muita subjetividade em jogo.

Para Halliday & Hasan (1997), a coesão, mesmo inserida no universo semântico, realiza-se, também, por meio do sistema léxico-gramatical, pois há, por parte de quem escreve, uma prévia seleção vocabular, e os mecanismos de conexão estão nessa escolha, fato que confirma a atitude dos discentes.

Além do poder de escolha do interlocutor, ao expressar suas ideias, a baixa ocorrência das adversativas contrastivas pode estar vinculada à pouca evidência de concessão que apresentam, elemento basilar na constituição de textos com a tipologia argumentativa. Para Neves (1999), mesmo que as adversativas expressem *contraposição* e as concessivas expressem concessão, em ambas encontra-se o contraste, assim, pode-se afirmar que há uma comunhão quanto aos valores semânticos.

A baixa ocorrência de adversativas com valor de *compensação*, no caso duas, foi igualmente inusitada. Abaixo, uma das ocorrências:

(T1/D1) 3ª ocorrência: (...) *elas existem **mas** não são aplicadas de forma satisfatória.*

Nesse tipo de construção, estão presentes visões positiva e negativa, como é (deveria ser) comum nos textos argumentativos. A presença dos olhares convergente e divergente, a partir da partícula adversativa, caracteriza-se por dotar o texto de maior criticidade, mecanismo comunicativo que fortalece os pilares da argumentação.

Sem nenhuma ocorrência, tem-se a *restrição*, a qual auxilia o surgimento de algumas funções textuais que se relacionam com o texto argumentativo. Além desse aspecto, essa

atribuição semântica permite a presença de adendo no segmento adversativo, função textual/discursiva, que se volta, com mais frequência, ao tipo argumentativo, uma vez que serve para intensificar argumento defendido pelo enunciador, colaborando, dessa forma, para persuadir o leitor de algo. Embora esse valor figure, com certa frequência no tipo argumentativo, não ocorreu nos textos do *corpus*.

No que se refere aos valores semânticos do operador *embora*, veja-se o **quadro 10**:

**Quadro 10:** Valores semânticos do operador *embora*

Texto/Discente	<i>EMBORA</i>		
	Negação de inferência	Contraste	Restrição
T1D1	0	1	0
T2D2	0	1	0
T3D3	1	2	0
T4/D4	1	2	0
T5/D5	0	1	0
T6D6	1	1	0
T7D7	0	1	0
T8/D8	1	0	0
T9/D9	2	0	0
T10/D10	0	1	0
T11/D11	1	0	0
T12/D12	0	1	0
T13/D13	0	1	0
T14/D14	1	0	0
T15/D15	0	1	0
T16/D16	0	1	0
T17/D17	0	1	0
T18/D18	0	2	0

T19/D19	1	1	0
T20/D20	1	0	0
T21/D21	2	0	0
T22/D22	0	1	0
T23/D23	0	0	0
T24/D24	0	0	0
T25/D25	0	2	0
T26/D26	1	0	0
T27/D27	2	0	0
T28/D28	0	1	0
T29/D29	0	1	0
T30/D30	0	2	0
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>25</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor da Dissertação (2015)

Ao observar o **quadro 10**, verifica-se que o valor de *contraste* concessivo, com vinte e cinco casos, constitui o maior número de ocorrências no *corpus*. Levando em consideração a tipologia em análise, texto argumentativo, esperava-se a preponderância da *negação de inferência*, uma vez que, nas palavras de Neves (1999), esse é o valor próprio das concessivas numa perspectiva lógico-semântica.

Entretanto, a linguista assegura que, além desse valor, a construção concessiva exprime restrição e contraste, valores referentes à relação de desigualdade, que comumente são encontrados nas adversativas. Para aludir à contraposição (adversativa) e à concessão (concessiva), a autora assevera: “a questão da contraposição se refere à diversidade que, realmente, o **mas** evidencia; a questão da concessão, por sua vez, se refere a uma admissão (real ou retórica) que precede a expressão da diversidade (NEVES, 1999, p. 576).

Em relação à *negação de inferência*, seguem duas ocorrências das quinze encontradas no *corpus*:

(T11/D11) 2ª ocorrência: *Embora bilhões de reais sejam direcionados à saúde, percebemos que esse não está sendo seu destino (...)*

(T27/D27) 1ª ocorrência: (...)no futuro teremos bons profissionais em inúmeras áreas, **embora** o mercado, às vezes, não ofereça vagas para todos.

Em (T11/D11), nota-se que a informação contida na oração nuclear nega o conteúdo da concessiva iniciado pelo operador *embora*. Em outras palavras: se há bilhões de reais direcionados à saúde, o aceitável é que eles chegassem até ela (saúde), porém não é o que acontece.

Em (T27/D27), verifica-se que o conteúdo da oração nuclear não é compatível com o que está expresso na concessiva. Ao se mencionar que *no futuro teremos bons profissionais em inúmeras áreas*, espera-se que o mercado esteja de portas abertas para acolhê-los. Entretanto, com a informação **embora** o mercado, às vezes, não ofereça vagas para todos tem-se a negação aos bons profissionais do futuro.

Além disso, convém acrescentar que tanto em (T11/D11) quanto em (T27/D27), as orações nucleares apresentam aspecto positivo, marcando o papel discordante em relação ao que afirma a concessiva, papel negativo, o qual é representado aqui pelo desvio de bilhões destinados à saúde e pela falta de vagas destinadas aos profissionais.

Além dos aspectos mencionados acerca dos sentidos dos operadores *mas* e *embora*, outra característica peculiar a esses articuladores discursivos é sua natureza argumentativa. Como foi visto no capítulo I, um olhar sobre a gênese de *mas* pode fornecer pistas relevantes para a relação de proximidade ou, às vezes, de distanciamento, entre esses encadeadores textuais, principalmente no plano da argumentação.

Também, faz-se necessário considerar o significativo papel que eles exercem no âmbito da coesão e da coerência, atuando não só na superfície, mas também na verticalização do texto. Observe-se o quadro com os valores semântico-argumentativos de *mas*:

**Quadro 11:** Valores semântico-argumentativos do operador *mas*

Texto/Discente	<i>MasSN</i>	<i>MasPA</i>	Sem enquadre
T1/D1	0	2	-
T2/D2	0	1	1
T3/D3	0	0	1
T4/D4	2	1	-
T5/D5	1	2	-
T6/D6	0	1	-

T7/D7	1	0	-
T8/D8	0	1	-
T9/D9	0	1	-
T10/D10	0	2	-
T11/D11	0	2	-
T12/D12	0	1	-
T13/D13	0	0	-
T14/D14	0	2	-
T15/D15	2	0	-
T16/D16	0	1	-
T17/D17	0	2	-
T18/D18	0	0	-
T19/D19	0	2	-
T20/D20	0	0	1
T21/D21	0	0	-
T22/D22	1	0	-
T23/D23	0	1	-
T24/D24	0	1	-
T25/D25	0	1	-
T26/D26	1	0	-
T27/D27	0	0	-
T28/D28	0	1	1
T29/D29	0	1	-
T30/D30	0	1	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>27</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaborado pelo autor da Dissertação (2015)

Das trinta e nove ocorrências do operador *mas* no *corpus*, vinte e sete apresentam valor de *masPA*, oito de *masSN* e quatro sem enquadre. Para se proceder à análise, iniciar-se-á com o *masPA* a partir de cinco ocorrências extraídas do *corpus*:

(T6/D6) 2ª ocorrência: (...) *só querem viver bem com sua família e de forma honesta, **mas** de uma hora para outra têm suas vidas destruídas.*

(T8/D8) 1ª ocorrência: *A pena socioeducativa só tem efeito inicialmente, **mas** perde sua força com o tempo (...)*

(T9/D9) 3ª ocorrência: *A linguagem da internet (para eles) é apenas uma dessas formas, **mas** (...) o aluno também deve saber a língua padrão para os casos de avaliação (...)*

(T12/D12) 1ª ocorrência: (...) *a empresa não passa por nenhum problema em sua gestão e continua estável, **mas**, (...) a indústria tem sido alvo de grandes golpes monetários.*

(T29/D29) 2ª ocorrência: *O Brasil é um país que deve ser de todos, **mas** conseguimos perceber que a riqueza se encontra nas mãos dos políticos corruptos que sempre querem mais.*

Ao observar as construções acima, verifica-se que todas as orações nucleares apresentam uma informação que orienta o leitor/ouvinte à determinada direção. De acordo com Anscombe e Ducrot (1977), no enunciado inicial, insere-se uma proposição (*p*) que leva a uma determinada conclusão (*r*), conforme apontam os excertos abaixo:

Em (T6/D6), (...) *só querem viver bem com sua família e de forma honesta*, tem-se um enunciado de teor positivo, que simboliza o desejo da maioria das pessoas de bem, inclusive das que integram as reflexões do escritor desse texto; em (T8/D8), *A pena socioeducativa só tem efeito inicialmente* revela uma afirmação com uma mensagem indicativa de que, ao menos no início, a pena socioeducativa pode funcionar. Percebe-se aí que o leitor/escritor é melhor direcionado.

Em (T9/D9), *A linguagem da internet (para eles) é apenas uma dessas formas* já sinaliza que ela (língua da internet) não se sobrepõe a nenhuma outra modalidade linguística, todavia, no plano da comunicação, é uma ferramenta bastante útil nesse momento de transformação por que passa a língua.

Em (T12/D12), (...) *a empresa não passa por nenhum problema em sua gestão e continua estável* expressa o alto grau administrativo efetuado por seus gestores, em que a habilidade e a competência são a base para um funcionamento tão eficiente.

Em (T29/D29), *O Brasil é um país que deve ser de todos* exprime a essência da democracia, em que a ideia de uma nação justa, com igualdade social, respeito à raça, ao credo e aos costumes deve se fazer presente em todos os lugares dessa nação “livre”.

Entretanto, essas construções apresentam contrapontos significativos a partir de *mas*. Anscombe e Ducrot (1977) asseveram que no segmento iniciado por *masPA* incorpora-se uma proposição (*q*) que conduz a uma conclusão díspar (*não-r*), adversa à da primeira proposição, como se observa na retomada dos trechos anteriores:

(T6/D6) (...) *só querem viver bem com sua família e de forma honesta, **mas** de uma hora para outra têm suas vidas destruídas.*

Nessa construção, nota-se que, a partir de *masPA* *de uma hora para outra têm suas vidas destruídas*, o argumento que vem expresso por esse operador aponta para uma conclusão contrária ao que informa a oração nuclear. Há uma ruptura de ideia, pois no primeiro enunciado tem-se *viver bem* e *de forma honesta*, contrapondo-se a *têm suas vidas destruídas*, no segundo enunciado.

(T8/D8) *A pena socioeducativa só tem efeito inicialmente, **mas** perde sua força com o tempo (...)*

Nesse enunciado, verifica-se uma oposição suave na passagem da oração nuclear para a adversativa iniciada por *masPA*. Mesmo que, em princípio, consiga-se visualizar um certo comportamento gradual entre esses enunciados, percebe-se nas expressões *só tem efeito inicialmente* (oração nuclear) e *perde sua força* (oração adversativa) uma relação de conclusão contrária, o que caracteriza o valor desse *mas* argumentativo.

(T9/D9) *A linguagem da internet (para eles) é apenas uma dessas formas, **mas** (...) o aluno também deve saber a língua padrão para os casos de avaliação (...)*

Nesse fragmento textual, inicialmente, detecta-se uma certa proximidade de ideia contida entre o primeiro enunciado e o segundo, pois, em ambos os períodos, a linguagem é vista como necessidade de comunicação. Contudo, na oração nuclear, entende-se que o “internetês” está ao alcance do usuário, já que essa é uma das formas mais presentes de escrita popular na atualidade. No período iniciado por *masPA*, o escritor afirma que o *aluno também deve saber a língua padrão para os casos de avaliação (...)*, o que sinaliza a oposição entre os enunciados, uma vez que, no primeiro enunciado, o usuário já se apropriou da linguagem da internet para os diversos usos possíveis.

(T12/D12) (...) *a empresa não passa por nenhum problema em sua gestão e continua estável, **mas**, (...) a indústria tem sido alvo de grandes golpes monetários.*



Ao observar essa construção, constata-se que o período iniciado por *masPA* exibe uma proposição que se opõe ao que menciona o primeiro período. Esse fato pode ser confirmado com (...) *a empresa não passa por nenhum problema em sua gestão e continua estável*, na primeira parte e *mas*, (...) *a indústria tem sido alvo de grandes golpes monetários*, na segunda. De outra forma, empresa *sem problema, estável* contrapõe-se à indústria que sofre *grandes golpes monetários*.

(T29/D29) *O Brasil é um país que deve ser de todos, mas conseguimos perceber que a riqueza se encontra nas mãos dos políticos corruptos que sempre querem mais.*

Verifica-se, nesse excerto, que, com o uso de *masPA*, o escritor apresenta outra perspectiva em relação à conclusão que se encontra no primeiro segmento. Ao afirmar *mas* (...) *a riqueza se encontra nas mãos dos políticos corruptos que sempre querem mais*, mostra-se a oposição entre *todos* (no primeiro enunciado) e *políticos corruptos* (no segundo enunciado). Dessa forma, a expressão *políticos corruptos* representa aqui alguns que se apropriam indevidamente da riqueza da nação, enquanto a maioria de *todos* não usufrui de nada.

Em referência ao *masSN*, Guimarães (2007) esclarece que esse tipo de *mas* apresenta uma função opositiva, não argumentativa, fato que pode constituir uma das explicações para apenas nove ocorrências com esse valor no *corpus*, uma vez que os textos pertencem ao tipo argumentativo.

Para a análise, serão utilizados três excertos do *corpus*:

(T4/D4) 2ª ocorrência: (...) *o aumento de faculdades particulares não significa que temos mais qualidade, mas temos sim outras oportunidades.*

(T15/D15) 2ª ocorrência: (...) *percebemos que a redução da maioria penal no Brasil, no momento não é adequada (...) mas a redução penal parece inevitável.*

(T26/D26) 2ª ocorrência: (...) *realmente não é uma decisão fácil, mas algumas atitudes podem ajudar.*

Nas três orações nucleares (T4/D4) (...) *o aumento de faculdades particulares não significa que temos mais qualidade*, (T15/D15) (...) *percebemos que a redução da maioria penal no Brasil, no momento não é adequada* (...) e (T26/D26) (...) *realmente não é uma decisão fácil* encontra-se o elemento negativo, característico desse tipo de *mas*.

No segundo período do (T4/D4) tem-se: *mas temos sim outras oportunidades*. Nota-se que a oração iniciada pelo *masSN* refuta a informação contida na primeira oração, como apontam Anscombe e Ducrot (1977). Em outras palavras, mesmo que haja mais faculdades particulares, sem a devida qualidade, esse fato não anula as oportunidades advindas do maior

número dessas faculdades. É possível que o escritor entenda que o esforço de cada estudante seja o principal mecanismo para um ensino satisfatório.

Em (T15/D15), o período (...) *mas a redução penal parece inevitável*, encabeçado pelo operador *masSN*, introduz uma proposição que substitui o conteúdo negado no período inicial. Dessa forma, o fato de a redução penal parecer inevitável possui mais força argumentativa do que a inadequação dessa pena, o que põe em evidência a informação presente no segmento adversativo.

Em (T26/D26), a oração *mas algumas atitudes podem ajudar*, assim como nos casos anteriores, substitui o que se propõe na oração inicial. Embora a expressão *algumas atitudes* posposta ao *masSN* seja subjetiva, o contexto em que ela se insere, com o sentido a ser alcançado, assume o lugar da informação negativa expressa na oração nuclear.

Em face dos valores semântico-argumentativos apresentados pelo *masPA* e *masSN*, constata-se que tanto no primeiro caso, em que prevalece a proposição adversativa com direção contrária ao que propõe a oração nuclear, quanto no segundo caso, em que o conteúdo da adversativa retifica ou substitui o que se encontra na oração nuclear, tem-se, nesses mecanismos discursivos/textuais, a base da argumentação e da contra-argumentação.

Outro fator relevante em relação ao funcionamento do operador *mas* (*masPA/masSN*) é o seu papel como articulador coesivo, que, em suas nuances, mantém o nexos entre as partes do texto. Além disso, com seus matizes, é elemento fundamental da coerência, pois o escritor/leitor aproveita-se das suas múltiplas faces para, em consonância com o contexto, construir sentidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, objetivou-se, a partir do Funcionalismo Linguístico, com o auxílio da Linguística Textual e da Semântica Argumentativa, verificar as possibilidades de uso dos operadores *mas* e *embora* em textos argumentativos de discentes da 3ª série do Ensino Médio do IFAM/CMZL.

O estudo funcionalista das construções adversativas, representado por *mas* e das concessivas, representado por *embora*, levou em consideração as relações sintática e semântica desses operadores. No plano textual, evidenciaram-se os aspectos da coesão e da coerência, numa referência às conexões do texto, bem como aos sentidos expressos por esses articuladores na língua em ação. No âmbito da argumentação, observou-se o desdobramento de sentidos do *mas*, que ora substitui informação, ora apresenta conclusão contrária.

A hipótese que orientou esta pesquisa considerou a estreita relação que há entre o pensamento adversativo e concessivo, cuja ideia principal, em ambos os casos, é geralmente de contrário à expectativa e podem, com frequência, ser parafraseados. Além disso, julgou-se relevante a flexibilidade de categorização desses dois elementos, a dinamicidade da língua, como fatores que explicam sua variedade de sentidos. Nas análises realizadas, asseverou-se essa hipótese levantada.

No **quadro 6**, *Frequência dos operadores mas e embora*, há trinta e nove ocorrências para *mas* e quarenta para *embora*. Verificou-se que essa proximidade de uso resultou, primeiramente, da ideia de oposição e da indicação de situações inesperadas que esses operadores expressam.

Nesse sentido, constatou-se que tanto *mas* quanto *embora* revestem-se de força discursiva no plano da argumentação. Assim, percebeu-se que, para o uso de conexões com sentido básico de “contrário à expectativa”, houve um equilíbrio entre os escritores do *corpus*, o que levou a entender que o significado nas construções adversativas e concessivas não decorre somente do assunto discutido, mas também da necessidade comunicativa e da afinidade entre escritor/leitor.

Ainda em relação à contiguidade de *mas* e *embora*, verificou-se, conforme **quadro 7**, que apenas em duas das trinta e nove construções com *mas* não foi possível a paráfrase com *embora*. Esse recurso indica que a conexão com valor de contrário pode ser efetuada tanto pelas adversativas, quanto pelas concessivas. Referente aos dois casos sem paráfrase, trata-se de enunciados de *contraposição com direção independente*, em que um enunciado é pressuposto interrogativo e, com essa estrutura, não é possível o recurso da paráfrase.

No **quadro 8**, *Posição sintática dos operadores mas e embora*, o operador *mas* apareceu, nas trinta e nove ocorrências, na posição posposta (fixa), como era de se esperar. Esse resultado corrobora com a ideia de que a rigidez da adversativa é uma característica das coordenadas, cuja disposição submete-se, de modo icônico, à ordem dos acontecimentos ou dos argumentos lógicos.

Quanto às concessivas, representadas pelo operador *embora*, foram encontradas vinte e cinco antepostas. Esse posicionamento sintático, que compreendeu a maioria do *corpus*, pôs em evidência a função de guia, de maneira que a informação presente na construção concessiva serviu de condução ao que foi dito na oração nuclear. Verificou-se, também, que nessa posição o falante/escritor questiona a proposição anteriormente emitida e introduz uma informação conhecida como dada ou velha.

No que se refere à intercalação concessiva, o *corpus* não apresentou nenhuma ocorrência.

Em relação à posposição, encontraram-se quinze ocorrências. Percebeu-se, nos fragmentos analisados, que com esse tipo de mobilidade, o escritor declara algo com o sentido de sua conveniência. Em seguida, por meio do operador concessivo, no caso em estudo, *embora*, exprime seu ponto de vista, que é contestado pela oração nuclear.

Então, ao escolher essa ordem para expressar seu raciocínio, o discente priorizou a informação contida na oração nuclear, mesmo que com a inserção da construção concessiva, a afirmação anterior seja contestada, pois com a introdução do operador *embora*, restringe-se a ideia que figura no enunciado não subordinado.

Além disso, foi possível perceber que a coesão sequencial e a coerência, elementos da textualidade, foram mantidas, de modo que a conexão entre os termos e o sentido idealizado pelo escritor, independentemente da opção feita, tornaram-se parte essencial da comunicação.

No que tange aos valores semânticos de *mas*, observou-se que a *negação de inferência* foi a mais utilizada, com dezenove ocorrências. Pôde-se comprovar que o predomínio desse valor decorre do fato de que nas construções adversativas, com essa acepção, há, com frequência, a ideia de concessão, mecanismo coesivo gerador de coerência empregado em textos argumentativos.

No aspecto estrutural, confirmou-se que os enunciados com esse sentido, primeiramente expõem, na oração nuclear, a anuência de um fato. Com a admissão do operador concessivo, na segunda oração, apresenta-se a não aceitação do que foi declarado, pois como elemento coesivo esse operador é um fator que organiza a sequência superficial do texto.

Quanto à *negação de inferência* do operador *embora*, **quadro 10**, foram encontradas quinze realizações, das quarenta do *corpus*. Com esse sentido, constatou-se, nos textos, que a informação da oração nuclear nega o que propõe a concessiva, ou seja, há incompatibilidade entre as propostas da oração nuclear e da concessiva.

O segundo valor semântico de *mas*, em número de ocorrências, foi a *contraposição com direção independente*, com nove casos. Ao examinar as ocorrências, constatou-se que, a partir do operador adversativo, tem-se uma mudança no foco da oração anterior. Dessa forma, ao adotar esse sentido, o discente propôs outra direção discursiva referente ao argumento precedente.

Quanto à *contraposição na mesma direção*, com seis ocorrências, observou-se, por meio de excertos do *corpus*, que esse valor não se caracteriza apenas por acrescentar informações, mas pela construção de argumentos de natureza comparativa. Viu-se que o conteúdo que integra o primeiro período é, em certo sentido, considerado. No entanto, o segmento encabeçado por *mas* traz outra informação cujo significado é igual ou superior à encontrada na oração nuclear.

No que se refere ao *contraste*, houve três ocorrências, à *compensação*, duas ocorrências e à *restrição*, nenhuma ocorrência. Nesses valores, verificou-se o seguinte:

- a pouca ocorrência do *contraste* no *corpus* foi surpreendente, pois esse é um dos valores mais recorrentes em construções adversativas. Entretanto, notou-se, também, que o discente encontrou outros caminhos para a defesa de seu ponto de vista, considerando que o elemento *mas* guarda muita subjetividade em suas múltiplas faces.
- o pouco uso da *compensação* também foi algo inusitado, uma vez que com esse valor geralmente são instituídas visões positiva e negativa, uma das características dos textos argumentativos.
- A não ocorrência da *restrição* adversativa pode ser atribuída a um grau pouco elevado no desenvolvimento da argumentação, pois ela intensifica o argumento sustentado pelo enunciador para persuadir o leitor/ouvinte acerca da informação em curso. De igual modo os discentes procederam em relação à *restrição* concessiva: não houve nenhuma ocorrência.

Em contrapartida, o *contraste* concessivo, representado pelo operador *embora*, apareceu vinte e cinco vezes de um total de quarenta ocorrências no *corpus*, como indica o **quadro 10**. É possível que essa alta frequência do *contraste* nos textos tenha se dado porque as concessivas exprimem o aspecto contraditório de uma causa, ao passo que as adversativas, com três ocorrências, expressam o aspecto contraditório de uma consequência.

Além desse aspecto, constatou-se que esses operadores atuam não só como uma propriedade do texto, mas também como uma conexão comunicativa resultante do contato entre usuários. Nesse contato, compartilham experiências, edificando, assim, a coerência.

No que concerne aos valores semântico-argumentativos do operador *mas*, teve-se o seguinte resultado: *masSN* – oito ocorrências; *masPA* – vinte e sete ocorrências e sem enquadre – quatro ocorrências, do total de trinta e nove ocorrências, conforme indicação do **quadro 11**.

Uma das explicações para a predominância do *masPA* está no seu caráter de argumentação. As construções analisadas confirmaram que com esse valor as orações nucleares conduzem o leitor/ouvinte a uma certa conclusão. Porém, com a inserção do *masPA*, introduz-se um enunciado em que a conclusão se opõe à informação anterior. Esse tipo de contraposição é inerente ao texto argumentativo, já que nessa tipologia textual o impasse, a contestação e a tentativa de persuasão é uma constante, como ilustram os textos do *corpus*.

Quanto à baixa ocorrência do *masSN*, acredita-se que tenha sido em decorrência de sua natureza apenas de retificação ou substituição do que é mencionado no período anterior, embora nessa transição de períodos, o *masSN* apresente o valor de contraste, porém sem a prototipicidade argumentativa do *masPA*.

Dos quatro casos do *mas* sem enquadre no *masSN* ou *masPA*, dois não apresentaram a estrutura própria das adversativas: oração nuclear com segmento adversativo. Constatou-se que as duas construções pertencem, semanticamente, aos enunciados com *direção independente*, isto é, nesse valor semântico, indica-se um novo argumento alicerçado por um enunciado pressuposto interrogativo.

Verificou-se, também, que, nessas duas construções, o *mas* está seguido do elemento *se*, que, nesse contexto, exprime condição. Nas outras duas ocorrências, encontrou-se uma em que o *mas* assinala apenas uma interrupção do raciocínio, como acontece na oralidade; na outra, esse operador aparece em um espaço de condicionalidade, contudo sem pressuposto interrogativo.

Diante de tudo o que foi apresentado, constatou-se que o funcionamento de *mas* e *embora* alicerça-se na sintaxe, em que a mobilidade das construções concessivas interfere na significação discursiva; na semântica, em que se nega inferência, faz-se contraste de enunciados, comunica-se com argumentos na mesma direção e em direção independente; e na interação, em que o contexto dos interlocutores tem bastante relevância na construção do sentido.

Nessa confluência de sentidos, verificou-se que o escritor faz escolhas ao manifestar seu pensamento por meio da escrita. Nesse sentido, ao optar pela concessiva, (com suas nuances de

sentido), como início do argumento, geralmente o escritor estará construindo a estratégia de antecipação, caso ele se decida pela adversativa (com seus matizes de sentido), estará criando a estratégia de suspense, considerando, nas duas situações, a coesão e a coerência como elementos da organização lógica textual/discursiva.

Espera-se, portanto, que este trabalho, sem a pretensão de esgotar o tema pesquisado, represente mais uma possibilidade de discussão acerca dos operadores *mas* e *embora*. Nesse contexto, incluem-se discentes do Ensino Médio e os que, de forma crítica, veem a Língua Portuguesa como um instrumento de comunicação que, ao se apropriarem dela, aproveitam as suas múltiplas faces para a construção do sentido.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Meton de. **O latim do clássico e do vestibular**: para as três séries no curso clássico, exames de madureza colegial e adaptado aos vestibulares de direito e filosofia; textos, gramática, estilística. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.
- ALI, Manuel Said. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 8ª ed. revista e atualizada por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Companhia das Letras. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Latina**: curso único e completo. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Gramática metódica de língua portuguesa**. 46ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **Deux mais em français?** Língua 43, Paris, 1977.
- ANTUNES, Irandé Costa. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- ARRAIS, Frei Amador. **Diálogos de Dom Frei Amador Arrais, bispo de Portugal**. Lisboa, 1846.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. NBR 6023: informação, documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro: 2002.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Fundamentos da Gramática de Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BARRETO, Therezinha Maria Mello. **Gramaticalização das conjunções na história do português**. Tese de Doutorado. UFBA, Salvador (Bahia), 1999.
- BEAUGRANDE, Robert de; DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BELLERT, Irina. **On a Condition of the Coherence of Texts**. Semiotica, 2, 1970, p. 335-363.
- BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. V. 1. São Paulo: 2008, p. 246.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.



\_\_\_\_\_. **A gramaticalização**. Estudos linguísticos e literários. Salvador: Universidade Federal da Bahia, nº 19, 1997, p. 25-63.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 48ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. Introdução aos problemas da coerência dos textos: abordagem teórica e estudo das práticas pedagógicas. In: **O texto: escrita e leitura**. Org. por Charlotte Galves. Campinas: Pontes, 1988, p. 39-85.

\_\_\_\_\_. **Coherence as a principle in the interpretation of discourse**. Text 3/1, 1983, p. 71-99.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

COROMINAS, Joan; PASCUAL, José Antonio. **Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico**. Madrid: Gredos, 1980-1983, 6v.

COSERIU, Eugenio. **Textlinguistik**. Eine Einführung. Herausgeber und bearbeitet von Jörn Albrecht. 4. Auflage. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2007.

\_\_\_\_\_. **Determinación y entorno de los problemas de la lingüística del hablar**. Romanistisches Jahrbuch, 1955, v. 7, p. 29-54.

COSTA, Ana Luísa. **Aspectos sintático-semânticos de construções contrastivas**. Comunicação apresentada ao XX Encontro Nacional de APL de 13 a 15 de outubro. Fundação Caloust Gulbenkian, Lisboa, 2004.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica: linguística e filologia**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Angélica Furtado da; SOUZA, Maria Medianeira. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Leite com manga, morre!:** da hipotaxe adverbial no português em uso. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade, São Paulo, 1993.

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. **Syntaxe Historica Portuguesa**. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1918.

DIJK, Teun Adrianus van. **Text and context**: explorations in the semantics and pragmatics of discourse. London: Longman, 1989.

\_\_\_\_\_. **Studies in the pragmatics of discourse**. Paris: Mouton Publishers, 1981, p. 177-241.

\_\_\_\_\_. Gramáticas textuais e estruturas narrativas. In: CHABROL, Claude *et al.* **Semiótica narrativa e textual**. Tradução brasileira. São Paulo: Cultrix, 1977.

\_\_\_\_\_. **Some Aspects of Text Grammars**. A Study in Theoretical Linguistics and Poetics, Mouton, The Hague. Janua Linguarum, Series Maior, 1972, n° 63.

DUBOIS, Jean *et al.* **Dicionário de Linguística**. Tradução de Frederico Pessoa de Barros *et al.* São Paulo: Cultrix, 1993.

DUCROT, Oswald. **Polifonía y argumentación**: conferencia del seminário. Teoría de la argumentación Análisis del Discurso. Tradução de Ana Beatriz Campos e Emma Rodriguez. Cali: Universidad del Valle, 1988.

\_\_\_\_\_. **O dizer e o dito**. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987, p. 161-218.

\_\_\_\_\_, Oswald. **Provar e Dizer**. Tradução brasileira: Global Universitária, São Paulo, 1981.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Antoine. **Dictionnaire étymologique de la langue latine**. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1959.

FARIA, Ernesto. **Síntese de gramática latina**. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1954.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 11ª ed. São Paulo: Ática, 2010.

\_\_\_\_\_. **Coesão e Coerência textuais**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística textual: introdução**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FIORIN, José Luís; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1996.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002 (Apostila).

FURLAN, Oswaldo Antonio. **Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2006.

GARCÍA, Ángel López. Relaciones paratáticas e hipotáticas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). **Gramática Descriptiva de la lengua Española**. Madrid: Espasa, 2004a.

GARCÍA, Luis Flamenco. Las construcciones concesivas y adversativas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. (Org.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española 3**. Madrid: Espasa Colpe, 2000.

GARCÍA, Luis Flamenco. Las construcciones concesivas y adversativas. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta. **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 1999.

GAUTHIER, B. (Org.). Recherche sociale; **De la problématique à la collecte des données**. Québec: Presses de l'Université Du Québec, 1984.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIVÓN, Talmy. **On Understanding Grammar**. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, Talmy. **Historical Syntax and Synchronic Morphology**: an Archaeologist's Field Trip. Papers from the 7<sup>th</sup> Regional Meeting. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1971.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v. 35, nº 3, mai. / jun. 1995, p. 20-29.

GONÇALVES, Rodrigo Tadeu. **Língua Latina**. 2ª ed. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2010.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite *et al.* Tratado geral sobre gramaticalização. In: **Introdução à gramaticalização**. GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUARDA, Estevão da. **Cantiga de Escárnio e Maldizer**, 437. Fonte: <http://cipm.fesh.unt.pt>.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto & Argumentação**: um estudo das conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 2007.

HAIMAN, John. **Iconicity in Syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. London: Longman, 1997.

HARRIS, Martin. The subjunctive mood as a changing category in romance. In: ANDERSON, John M.; JONES, C. **Historical Linguistics II**. Amsterdam: North-Holland, 1974, p. 169-188.

HARTMANN, P. **Textilinguistik als neue Linguistische Teildisziplin**. Replik, ano 1, fasc. 2, 1968b, p. 2-7.

HARWEG, Roland. **Pronomina und Textkonstitution**. Munique: Fink, 1968.

HEINE, Bernd *et al.* Grammaticalization as an Explanatory Parameter. In: PAGLIUCA, William (Org.). **Perspectives on Grammaticalization**. Current Issues in Linguistic Theory, nº 109. Amsterdam: John Benjamins, 1994, p. 255-287.

HEINE, Bernd *et al.* **Grammaticalization**: A conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINEMANN, Wolfgang; VIEHWEGER, D. **Text-linguistic**: une Einführung. Tübingen: Niemeyer, 1991.

HOPPER, Paul; THOMPSON, Sandra. Transitivity in grammar and discourse. **Language**, 56 (2), 1980, p. 251-299.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth-Closs. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ISENBERG, Horst. **Der Begriff Text in der Sprachtheorie**. ASG-Bericht, n° 8, Berlin, 1968.

ISENBERG, Horst. Überlegungen zur Texttheorie. In: IHWE, J. (ed.). **Literaturwissenschaft und Linguistik I**. Athenäum, 1971, p. 155.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor**: os aspectos cognitivos da leitura. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução à linguística textual**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **A inter-ação pela linguagem**, 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. **A inter-ação pela linguagem**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. **A coesão textual**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Argumentação e Linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e Coerência**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LANG, Ewald. **Quand une Grammaire de Texte est-elle plus adequate qu'une Grammaire de Phrase?** Langages, n° 7, 1972, p. 75-80.

LANG, Ewald. Über Einige Schwierigkeiten beim Postulieren einer Textgrammatik. In: CONTE, Maria Elisabeth. **La linguística textuale**. Milão: Feltrinelli Econômica, 1971, p. 86-120.

LEHMANN, Christian. **Thoughts on Grammaticalization**. 2ª ed. Erfurt, 2002.

\_\_\_\_\_. **Thoughts on Grammaticalization**. A programmatic sketch. Köln Arbeiten des Kölner Universalien-Projekts, Vol. I, 1982.

LEITÃO, Selma; BANKS-LEITE, Luci. Argumentação na linguagem infantil: algumas abordagens. In: DEL RÉ, Alessandra. (Org.). **A aquisição da linguagem** – uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Contexto, 2006.

LIMA, José. O papel da Semântica e da Pragmática no estudo dos conectores. In: FARIA, Isabel; PEDRO, Emília; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos. (Org.). **Introdução à Linguística Geral e Portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LOBO, Maria. **Aspectos de Sintaxe das Orações Subordinadas do Português**. Lisboa: UNL, 2003.

LOPES, Oscar. **Gramática simbólica do português (um esboço)**. Lisboa: Caloust Gulbenkian, 1972.

MACKENZIE, John Lachlan. **What is functional grammar?** Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, 20. Comunicação. Zürich, Suisse, 1992 (Mimeogr.).

MAGNE, Augusto. **Demanda do Santo Graal**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1970, vol. II (Edição fac-similar).

MAINGUENEAU, Dominique. **Introduction aux méthodes de Analyses du Discourse**. Paris: Hachette, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de texto**: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. **Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido**. 1998, (mimeogr.).

\_\_\_\_\_. **Rumos atuais da Linguística Textual**. Texto da conferência pronunciada no LXVI Seminário de Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo (GEL). UNESP, São José do Rio Preto, junho, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariângela Rios; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 17-28.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. In: **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1998.

MARTELLOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura (Org.). **Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATEUS, Maria Helena Mira *et ali*. **Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual**. Coimbra: Almedina, 1983.

MATISOFF, James A. Areal and Universal Dimensions of Grammaticalization in Lahu. In: TRAUGOTT, Elizabeth-Closs; HEINE, Bernd (Org.). **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 331-380.

MAURER JÚNIOR, Theodoro Henrique. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Libraire Honoré Champion, 1912.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, João Batista de. **A questão do *aboutness* no texto narrativo de ficção: perspectivas metodológicas para a Ciência da Informação**. Marília: UNESP, 2011.

NEGRONI, María Marta García; COLADO, Marta Tordesillas. Negación y conectores: una aproximación a su tratamiento polifónico-argumentativo. **La enunciación em la lengua: de la deixis a la polifonía**. Madrid: Gredos, 2001, p. 203-235.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes: 1997.

\_\_\_\_\_. **Gramática na escola**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991.

NEVES, Maria Helena de Moura. As construções concessivas. In: NEVES, Maria Helena de Moura. (Org.). **Gramática do português falado**. São Paulo: UNICAMP, 1999, p. 545-591.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa**. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

PERES, João. Sobre conexões proposicionais em português. In: Brito, Ana; OLIVEIRA, Fátima; LIMA, Isabel Pires de; MARTELO, Rosa. (Org.). **Sentido que a vida faz** – Estudos para Óscar Lopes. Porto: Campo das Letras, 1997.

PETÖFI, Janus Sandor. **Semantics, pragmatics, text theory**. University di Urbino, Centro Internazionale di Semiotica e di Linguistica. Working Papers, Série A, nº 36, 1974.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística: In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2009, p. 165-218.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 51ª ed. São Paulo: Record, 1983.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. **Serões Grammaticaes ou Nova Grammatica Portugueza**. Salvador: Progresso, 1890.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 37ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

SAMPSON, Geoffrey. **Schools of Linguistics**. California: Stanford University Press, 1980.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Camilo Rosa. **Mas tem um porém ...** mapeamento funcionalista da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2005.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SWEETSER, Eve. **From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure**, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAFARELLO, Paulo Cesar; RODRIGUES, Marlon Leal. **Coesão e coerência textuais: exercícios de sala de aula**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

TRAUGOTT, Elizabeth-Closs; KÖNIG. The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, Elizabeth-Closs; HEINE, Bernd (eds.). **Approaches to grammaticalization**. V.2. Amsterdam: Benjamins, 1991.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VARELA, Lina. **Para uma Semântica das Construções Concessivas e Adversativas do Português**. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.

VATER, Heinz. **Determinantien**. Trier, LAUT, 1979.

VIEIRA, Padre Antônio. **Cartas de Padre Antônio Vieira**. Lisboa, 1885.

VOGT, Carlos; DUCROT, Oswald. **De magis a mas**: uma hipótese semântica. In: Linguagem, Pragmática e Ideologia. São Paulo: HUCITEC, 1989.

VOTRE, Sebastião Josué. (Org.). **Funcionalismo Linguístico**: Iconicidade. Edição de Suzana d'Ávila C. Rigoni. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Letras. Cursos de Pós-Graduação em Letras, 1993.

VOTRE, Sebastião Josué; MARTELOTTA, Mário Eduardo; CEZARIO, Maria Maura. **Gramaticalização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

VOTRE, Sebastião Josué; NARO, Anthony Julius. **Mecanismos funcionais do uso da língua**. São Paulo: D.E.L.T.A., v. 5, n° 2, 1989, p. 169-184.

WEINRICH, Harald. **Linguistik der Lüge**. Heidelberg Lambert Schneider, 1996.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos. **Como se faz um texto**: a construção da dissertação argumentativa. São Paulo: Editora Respel, 2006.

ZAMPRONEO, Silvana. **A hipotaxe adverbial concessiva no português escrito contemporâneo do Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 1998.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de tomada de Ceuta ou Terceira parte da crônica de D. João I**, por Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra, 1915.



## ANEXOS

### **Texto 1: Corrupção: um problema constante na sociedade brasileira (D1)**

É comum vermos nos noticiários casos de corrupção envolvendo os mais diversos ramos da nossa nação. Entre eles os que mais aparecem são os ligados à política, talvez pela falta de punição aos que agem de forma criminosa.

Não é difícil encontrarmos estampadas nos jornais ou nos noticiários da televisão muitas ocorrências de crimes de corrupção, principalmente aquelas que se referem a desvio de verba, prejudicando assim a educação, a saúde e a segurança. Embora possamos perceber que essa prática tem se tornado normal na política, vemos também que o país nesses últimos anos tem melhorado bastante, mas não devemos ficar conformados, porque pagamos muitos impostos e eles devem servir para a nossa melhoria de vida.

Acreditamos que a falta de respeito com o nosso voto, por parte dos políticos, resulta do afrouxamento das leis brasileiras, ou seja, elas existem mas não são aplicadas de forma satisfatória e muitos políticos que sabem dessa fragilidade fazem um verdadeiro “carnaval” com o dinheiro público, sem sofrer a menor penalidade, com exceção de alguns. Além disso, notamos que os valores humanos estão se perdendo, dando lugar para a desonestidade, a desigualdade e a ambição desmedida de muitos.

Assim sendo, lamentamos a triste situação que se encontra a sociedade brasileira em relação ao alto nível de corrupção. Uma possível saída para esse problema é a aplicação da penalidade da ficha limpa em todos os casos de fraude, para que assim a nossa política tenha mais seriedade e o nosso voto sirva para melhorar o caos que nos encontramos.

### **Texto 2: A solidariedade, uma necessidade humana (D2)**

Ser solidário é “se ligar aos sentimentos e interesses ou opiniões de outras pessoas”, respeitando sua individualidade e cultura. Podemos dizer que a ambição do homem atual e a ausência de espiritualidade são os principais fatores que o impedem no auxílio ao outro.

Notamos com muita tristeza que a cada geração, mesmo que haja um maior aprimoramento tecnológico, o homem perde sua identidade de ser humano e entra de forma inconsequente no mundo do consumo e da busca desenfreada pelo poder, sem a menor preocupação com o seu semelhante. Mas e se esse for o resultado de forças que nem mesmo o homem entende? Vendo dessa forma, parece que o poder, tenha ele o formato da fama, da riqueza, escraviza o homem de tal maneira que ele não consegue mais perceber os passos dados e quando percebe não se preocupa com o mal que pode causar.

Embora a ambição seja um dos maiores males da atualidade, não podemos esquecer o bem praticado pelo homem moderno. Às vezes, mesmo com a liberdade de culto garantida pela Constituição, não tem mostrado maior humanização, isto é, em cada esquina praticamente se encontra uma igreja cristã, mas a prática de muitos que frequentam não está de acordo com o que ensina o Cristianismo. Isso pode ser confirmado com os casos de pedofilia, prostituição e corrupção que constantemente aparecem nos jornais, sem contar os ocorridos que não são noticiados. Com isso, pensamos que a solidariedade nesses últimos tempos, para muitos se encontra apenas como uma ideia que a cada crueldade praticada vai se apagando e aumentando o número de “órfãos” pelo mundo.

Para que consigamos resgatar a solidariedade entre os povos, é necessário que cada pessoa reflita sobre suas ações, considerando as diferenças culturais, de credo, de escolhas e de raça, acreditando que essa é a única maneira de termos e vivermos num mundo melhor.

### **Texto 3: Vestibular: uma ponte para a vida profissional (D3)**

Um dos grandes desafios que muitos jovens enfrentam é a entrada em uma profissão por meio do vestibular. Embora a maioria afirme ter plena consciência da carreira desejada, a falta de maturidade e a dúvida entre a realização profissional e pessoal geralmente são dificuldades que precisam ser vencidas.

Quando conversamos com alguns jovens, notamos o desejo que eles têm em se tornar profissionais, e afirmam que sabem qual profissão seguir. Mas e se a intuição não estiver certa, será que é possível escolher tão cedo a profissão? Essa não é uma resposta fácil, porque o amadurecimento das pessoas não se dá de uma única forma, embora alguns estudiosos digam que podemos perceber alguns comportamentos de acordo com a idade.

Outra situação que pode dificultar a escolha profissional de muitos jovens é a incerteza entre a realização profissional e pessoal, ou seja, falta definir o que é mais importante para a vida: se sentir bem

com a profissão, tendo prazer com sua realização ou, embora a atividade não seja agradável, o salário é alto e isso basta para se viver bem.

Dessa forma, foi possível perceber que para se tornar um profissional é preciso refletir bastante, porque a maioria da juventude é imatura, ainda não consegue ver o seu papel na sociedade. Talvez uma ajuda para aqueles que buscam uma profissão seja o contato com profissionais de diversas áreas e a orientação vocacional realizada nas escolas.

#### **Texto 4: A corrupção e os problemas na educação e na saúde (D4)**

No Brasil, os casos de corrupção estão presentes em quase todos os lugares. Infelizmente, essa prática e outros aspectos afetam principalmente a educação e a saúde que se encontram ruins atualmente no nosso país.

Não é possível negar que as práticas de corrupção são as principais responsáveis pelo pouco desenvolvimento na educação e na saúde. Na primeira, além do pouco investimento, o desvio de verba contribui de forma negativa para que ela alcance a qualidade de países desenvolvidos, embora possamos perceber algumas melhorias nas últimas décadas. As condições de trabalho dos professores incluindo os baixos salários são fatores que impedem a evolução do sistema educacional. Observamos também que a facilidade de aprovação nas escolas e o aumento de faculdades particulares não significa que temos mais qualidade, mas temos sim outras oportunidades, embora muitos não tenham condições de pagar as mensalidades.

Na saúde, a situação não é muito diferente, porque também tem desvio de verba e os planos de saúde quase não funcionam, mas a pequena diferença em relação à educação, são os altos salários dos médicos que embora estejam no meio da corrupção, eles conseguem viver bem. Percebemos também que a população tem responsabilidade com a corrupção do nosso país. No momento do voto é preciso ter cuidado com os “lobos” que se vestem de “cordeiros” para enganar todos sem o menor respeito pela população.

A corrupção é um fato em nossa sociedade, mas se a maioria tiver boa vontade, fazendo protestos através de movimentos organizados, com certeza o povo conseguirá o respeito que tanto precisa e a educação e a saúde passarão a ter maior qualidade.

#### **Texto 5: Do vestibular à profissão (D5)**

Um dos concursos mais temidos pela maioria dos jovens é o vestibular. Em conversa com alguns desses jovens, entendemos que esse temor ocorre porque muitos pais dizem que eles são obrigados a passar no concurso e devem conseguir assim a melhor profissão.

Encontramos facilmente muitos pais que afirmam que é dever dos filhos passar no vestibular, pois vivem só para estudar. Achamos que eles têm razão até certo ponto, pois esses pais investem nos filhos e é justo que queiram resultado positivo, mas vendo por outro lado, é possível que esses pais, sem perceber, estejam errados, principalmente se levarmos em consideração a quantidade de matérias do técnico e do médio que temos para estudar. Essa dificuldade aumenta quando temos que fazer as tarefas de casa, que não sabemos o que fazer primeiro.

Nem sempre através do vestibular se chega a melhor profissão. Tem muitos casos de pessoas só com o ensino fundamental ou médio e ganha muito bem e é feliz com aquilo que faz. Achamos que os pais que pensam assim muitas vezes foram aqueles que não conseguiram realização profissional e querem se realizar através dos filhos, mas esquecem que cada filho é uma pessoa diferente e tem direito de escolher que caminho seguir. Porém, é provável que a preocupação de muitos pais se ligue na cobrança do mercado de trabalho atual que exige muita formação e quem não tem deve se conformar com uma vida simples.

Sabemos que em parte os pais têm razão, porque mostram preocupação com o futuro dos filhos, mas eles devem respeitar a escolha profissional de cada filho, embora essa escolha não agrade muito.

#### **Texto 6: Pena de morte no Brasil: uma solução para os crimes? (D6)**

Longa tem sido a discussão sobre a implantação da pena de morte no Brasil. Para muitos, ela resolveria todos os problemas de violência; para outros, ela só vai trazer mais sofrimento, principalmente para a classe pobre que não tem condição de defesa.

Os que defendem a pena de morte no Brasil dizem que essa é a única forma de “limpar” a sociedade dos criminosos que não respeitam a vida. Embora acreditemos que todos precisam viver, os

assaltantes e sequestradores assassinos devem morrer, pois prejudicam as pessoas que só querem viver bem com sua família e de forma honesta, mas de uma hora para outra têm suas vidas destruídas.

Os que são contra essa pena não aceitam que mesmo um criminoso seja morto de forma tão cruel. Eles dizem que nos países que existe essa punição a violência só aumentou e que não é tarefa do homem condenar o outro à morte, pois somente Deus deve castigar da sua maneira, ele é o criador de tudo. Outro problema sério é que no Brasil muitas pessoas que comandam as leis não são honestas, se vendem para libertar principalmente os filhos de gente rica e quem vai sofrer se essa norma for implantada são os pobres que não têm dinheiro para pagar a liberdade.

Portanto, embora os crimes tenham aumentado nos últimos anos no Brasil, não achamos certo matar as pessoas que agem assim. O governo precisa criar centros de recuperação onde elas possam ter acompanhamento psicológico e aprenda uma profissão, para que possam voltar para a sociedade e reconstruir a vida.

### **Texto 7: O controle da natalidade como diminuição da miséria (D7)**

Atualmente, lemos em jornais e vemos em debates políticos toda uma preocupação com a miséria no Brasil. Alguns estudiosos dizem que um dos fatores para a falta de crescimento do país pode ser o alto índice de natalidade que resulta da desorganização familiar.

Embora o número que indica o nascimento de crianças tenha apresentado certa redução nos últimos anos, podemos notar que nas periferias a natalidade ainda é alta, principalmente se considerarmos a falta de moradia e de condições econômicas da maioria dessas famílias.

Outra situação que preocupa são “garotas” cada vez mais jovens (entre dez e dezesseis anos) tendo filhos, um após o outro, com espaço de um ano no máximo. Essa falta de cuidado com elas mesmas faz com que os governos criem programas de bolsas para auxiliar as famílias, mas essas bolsas se tornam a renda, porque muitas vezes o pai e a mãe não têm formação para ter um trabalho digno e não querem trabalhos pesados, sustentando-se apenas com o que deveria funcionar como apoio financeiro.

Contudo, não podemos culpar apenas as adolescentes pelo que ocorre em relação ao grande número de filhos. Esse processo começa em uma família sem a menor estrutura, com pais drogados, alcoólatras, violentos que não querem uma família organizada, e preferem botar filho no mundo com uma mulher e com outra, sem a menor responsabilidade, jogando para a mãe a tarefa de cuidar das crianças que também são suas.

Acreditamos que para que se tenha uma sociedade melhor, principalmente aquela com população mais pobre, é necessário que o governo através das escolas possa ofertar palestras e formação para a população mais carente sobre educação sexual. O ministério da saúde deve desenvolver programas de orientação preventiva, como o uso de preservativos e cirurgias, evitando o nascimento desnecessário de crianças que além de sofrer, serão mais algumas peças para fazer crescer o cenário da miséria.

### **Texto 8: A polêmica da maioridade penal (D8)**

Hoje, nos meios de comunicação, um dos temas mais discutidos é a maioridade penal. Diante da polêmica, encontramos os que concordam com a redução da maioridade penal e aqueles que discordam por vários motivos que veremos em seguida.

Os defensores para que a maioridade penal seja reduzida falam que dessa forma aqueles com idade inferior a 18 anos não serviriam para cometer crimes a mando de adultos, como sempre acontece no Brasil. Também vemos que hoje com tanta informação os adolescentes veem o mundo de outra forma, por isso a lei precisa se modificar para acompanhar a alteração dos comportamentos. A pena socioeducativa só tem efeito inicialmente, mas perde sua força com o tempo, porque com frequência os crimes cometidos envolvem dinheiro como roubo e extorsão através de sequestro e o adolescente não vai abrir mão de seu “salário” facilmente.

Os que não concordam com a redução da maioridade penal alertam que com essa atitude não haverá diminuição nos crimes, porque os que usam os jovens com 18 anos para a prática de delitos, vão aliciar adolescentes de 16 anos e assim por diante. Outro problema que pode acontecer, e não menos grave que o anterior é o aumento de presos do sistema carcerário, além da falta de reeducação dos menores infratores, que receberão “treinamento especializado” de criminosos muito perigosos.

Sendo assim, embora possamos encontrar ideias favoráveis e contrárias à redução da maioridade penal, entendemos que o mais importante é oferecer mais oportunidades aos jovens, além da adequação

para internação ao que propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é preciso considerar que o adolescente/jovem precisa ser responsabilizado pelos atos praticados.

### **Texto 9: Internetês e língua padrão: oposição ou outra forma de comunicar? (D9)**

Os meios de comunicação sejam eles falados ou escritos têm mostrado um debate frequente sobre o uso da língua padrão e a forma de escrita das redes sociais. A discussão ocorre porque de um lado encontramos aqueles que defendem de forma radical apenas o uso da língua culta; de outro lado, encontramos os que veem nessas duas formas de comunicação uma ideia complementar.

No grupo dos que consideram a escrita apenas na sua forma correta encontramos os gramáticos e as pessoas que dizem ser esse o único caminho para o sucesso profissional, pois numa avaliação escolar ou para um emprego, é cobrado o português correto. Nos vestibulares, principalmente no ENEM, erros de ortografia, de concordância, de pontuação, de acentuação, entre outros na redação podem até reprovar o candidato, embora tenha muita gente dizendo que hoje podemos escrever de qualquer maneira.

No grupo dos que dão maior liberdade para a escrita estão aqueles que dizem que a língua muda e cada geração tem sua forma de se comunicar. A linguagem da internet para eles é apenas uma dessas formas, mas que o aluno também deve saber a língua padrão para os casos de avaliação, prova para emprego, ou seja, o que envolve a parte profissional. Eles dizem também que o internetês é muito parecido com a fala, é rápido e prático, combinando com o mundo que nos encontramos, por isso é necessário atualmente.

Dessa forma, não podemos dizer que somente a língua padrão é útil e nem afirmar que o internetês substitui a forma padrão, dá para notar que elas se completam, cabendo a cada um de nós usar essas formas onde for necessário, valorizando assim a riqueza que a nossa língua possui.

### **Texto 10: A educação brasileira em foco (D10)**

Já estamos cansados de ouvir através da mídia que a educação brasileira ocupa um dos piores lugares entre os países do mundo. Será que a escola e a família são as únicas culpadas ou esse problema se estende à política corrupta que temos?

Embora a escola brasileira tenha melhorado muito, nas periferias ainda encontramos muitos casos de pessoas analfabetas, pois o sistema educacional é falho, quase não se preocupa com a classe que não cobra seus direitos. Outra situação é a escola que praticamente não cobra do aluno, nem pode, e no final do ano ele é aprovado, sem a menor condição de passar para a série seguinte ou concluir seus estudos. Como podemos aprender desse jeito? É aquele velho ditado: “o professor faz que ensina e o aluno faz que aprende”.

Vemos também que muitas famílias hoje pouco se interessam com a educação dos filhos, mas a cobrança dessas famílias é grande: querem todo mundo formado, não interessa como, já que quase não participaram da vida escolar dos filhos. A falta de incentivo familiar e de atrativos na escola faz com que a desistência só aumente e complique a nossa qualidade do ensino.

Além do que já apresentamos, a falta de uma política educacional séria talvez seja o pior problema que temos, porque vemos salas de aula superlotadas, falta de material, péssimos salários para os professores, tudo isso acontece devido os desvios de verbas que eram para a educação e para manter os salários milionários dos políticos que depois de eleitos esquecem os que precisam de atenção.

Portanto, a educação brasileira é responsabilidade da escola, da família e da sociedade e isso inclui a classe política que deveria cuidar melhor das crianças, dos jovens e dos adultos, mas não é o que vemos, porque a maioria está ocupada somente em enriquecer de forma desonesta.

### **Texto 11: As dificuldades da saúde pública no Brasil (D11)**

A saúde pública no Brasil é um dos temas mais discutidos pela população, devido à sua precariedade. E os fatores mais comuns são os problemas de corrupção e a falta de profissionais qualificados.

A Constituição Federal de 1988 teve uma enorme preocupação com a proteção dos direitos e garantias à vida e à saúde, mas não é essa a realidade atual, e a corrupção é um dos principais fatores dessa situação. Embora bilhões de reais sejam direcionados à saúde, percebemos que esse não está sendo seu destino, esse dinheiro vai para os bolsos daqueles não têm o menor respeito humano pelo seu semelhante, não pensam nem um pouco nos que enfrentam filas imensas e constrangimento, até mesmo morrendo numa espera que parece nunca ter fim.

Por outro lado, as oportunidades de se tornar um profissional na área da saúde têm sido frequentes, mas parece que as pessoas não estão nenhum pouco interessadas em melhorar de vida, pois atualmente no Brasil pouco mais de 5% dos trabalhadores atuam nessa área, por diversos fatores, como agressões físicas e sobrecarga de trabalho, e no setor público o salário é muito menor que o previsto.

Em virtude dos fatos mencionados, podemos perceber as dificuldades que a saúde pública brasileira enfrenta. Devido a isso, devemos escolher bem nossos representantes e conhecer bem nossos direitos.

### **Texto 12: O escândalo da Petrobras (D12)**

O escândalo envolvendo a Petrobras tem trazido grandes questionamentos em todo o Brasil. Há quem diga que a empresa não passa por nenhum problema em sua gestão e que continua estável, mas, de acordo com algumas investigações, que estão sendo realizadas nos últimos meses, a indústria tem sido alvo de grandes golpes monetários.

Muitos afirmam que a Petrobras é motivo de grande orgulho para uma boa parcela do povo brasileiro, pois é a maior empresa petrolífera do país. A indústria é de posse do poder público e administrada por muitos políticos que são responsáveis por essa grande riqueza do país que gera fundos para melhorar a estrutura do sistema político e social do Estado Nacional.

Embora as investigações feitas afirmem a gravidade dos golpes relacionada ao superfaturamento realizado em negócios com empresas estrangeiras, de forma que os valores abusivos chegaram a atingir oito vezes mais de seu valor original, notamos que os políticos de alto escalão e os gestores negam a responsabilidade da transgressão cometida.

Diante disso, o Brasil deveria realizar novos parâmetros para as escolhas dos dirigentes da Petrobras, já que a empresa é a que mais atribui valores ao PIB do Brasil. Além disso, a população do país poderia pensar melhor em suas escolhas de voto, porque estamos em uma nação democrática que tem a capacidade de resolver esses problemas.

### **Texto 13: Uma nova educação para uma nova sociedade (D13)**

Infelizmente, em nossa sociedade atual, o poder público retém grande parte do investimento destinado à população. Investimento esse que muitas vezes deixa de chegar ao alcance de crianças e adolescentes que com tantos problemas familiares e sociais, entram no mundo do crime.

Há quem diga que a principal causa desse problema está atrelada à má distribuição de renda – classes sociais menos favorecidas – o que provoca o trabalho precoce e o envolvimento com a criminalidade. No Brasil, essa situação é algo frequente, então, será que é apenas a falta de condições financeiras que aumenta a taxa de crimes em nosso país?

Acreditamos que não. Embora possamos observar que o índice de violência é maior na classe pobre, vemos que aqueles com maiores salários também aderem ao crime, talvez como forma de abusar dos privilégios que receberam sem limites e terem a certeza de que não receberão nenhuma punição, pois as falhas da justiça estão aí estampadas.

Por fim, ao analisarmos os dois lados do tema, observamos importantes fatores presentes na criminalidade infantil. Parte do problema está associada ao governo que retém recursos direcionados à educação, a qual é decisiva nessa faixa etária. Para a formação da criança, é necessária a educação gerada no seio familiar, com valores e princípios formadores de um bom caráter e, juntamente com a família, os políticos que elegemos devem investir em uma nova educação para uma nova sociedade.

### **Texto 14: O lixo nas cidades brasileiras (D14)**

Atualmente, o problema do lixo está cada vez mais preocupante no Brasil. Esse tipo de poluição é vivenciado diariamente nas ruas, praças, parques, entre outros lugares. Acreditamos que um dos maiores problemas nessa questão é a falta de educação ambiental por parte da maioria da população.

Quanto à grande quantidade de lixo, é muito difícil encontrar um centro urbano comercial no Brasil que seja limpo, mas é possível encontrarmos alguns. Embora exista um serviço público de limpeza, o Estado Brasileiro não consegue controlar o excesso de lixo em vias públicas no país, mas precisa do apoio das pessoas que querem um Brasil melhor.

No entanto, muitos cidadãos brasileiros precisam se conscientizar sobre a importância da educação ambiental como melhoria de vida. Parte daqueles que conhecem as consequências de poluir o meio em que vivem atuam como protagonistas, usando locais inadequados de armazenamento de lixo,

mas encontramos aqueles que lutam por uma sociedade mais saudável, tanto para sua geração, como para as gerações futuras.

De acordo com os fatos mencionados, é notório o aumento da poluição por meio do lixo, no Brasil, e os riscos futuros ao meio ambiente. Para amenizar esse problema, o Estado deve criar leis, ou fazer funcionar as que existem para multar os responsáveis pela poluição nas vias públicas, o que beneficiará os cidadãos que colaboram com o meio ambiente.

### **Texto 15: A polêmica sobre a redução da maioria penal no Brasil (D15)**

Existe, hoje, no Brasil, uma discussão sobre a redução da maioria penal, já que no país para uma pessoa ser condenada penalmente deve ter, no mínimo, dezoito anos. Essa polêmica apresenta argumentos contrários e favoráveis.

Os que são a favor da maioria alegam que os adolescentes que têm a capacidade de roubar e matar alguém devem ser condenados pelos crimes cometidos, ainda que não tenham dezoito anos. Dizem também que um adolescente que pode votar aos dezesseis anos, decidindo os rumos do país, pode perfeitamente ser condenado por algum delito cometido contra a sociedade.

Por outro lado, os que são contra argumentam que o sistema carcerário e prisional brasileiro não possui capacidade e qualidade para receber mais detentos. As cadeias estão lotadas, onde pessoas vivem de forma desumana dentro de celas imundas e com péssima estrutura física, desrespeitando assim os princípios dos direitos humanos. Embora tenhamos consciência de que o crime fere todas as dimensões humanas, acreditamos na recuperação de qualquer pessoa, e isso só acontece, se oferecermos oportunidade ao agressor.

Diante dos argumentos apresentados, percebemos que a redução da maioria penal no Brasil, no momento não é adequada, pois o sistema carcerário e prisional do país não está apto para receber mais detentos, mas a redução penal parece inevitável. Dessa maneira, o governo deve investir na melhoria de presídios existentes e construir novos, mas deve investir antes de tudo na qualificação humana. Além disso, o desenvolvimento de um trabalho psicológico e social com os detentos é outra forma de inseri-los na sociedade.

### **Texto 16: A relação dos jovens com o avanço tecnológico (D16)**

A tecnologia vem crescendo com muita velocidade no mundo, principalmente nos países conhecidos como desenvolvidos. Diante desse avanço, perguntamos: como lidar com ela? Qual é a postura que os jovens estão tomando perante esse avanço?

Num país como o Brasil, onde a educação passa por melhorias lentas, a população jovem fica à mercê do que lhe é apresentado. Mesmo assim, temos notado um certo avanço tecnológico nas áreas de saúde, infraestrutura, o que nos deixa de certa maneira alegres, pois vemos que estamos crescendo um pouco, tanto na indústria, como na educação.

Embora toda essa melhoria e avanço tenha proporcionado melhores condições de vida, notamos que a juventude acaba se tornando alienada, com aquilo que é prazeroso, como os jogos em seus computadores, celulares e “WhatsApp”, “Twitter”, “Facebook” e “Instagram”, pois fica vinte e quatro horas em contatos virtuais e esquecem a nossa diversidade cultural, os valores socioculturais e familiares, mas é bom lembrar que a tecnologia usada de forma correta é responsável pelo alto nível do desenvolvimento do país.

Portanto, vemos que a única saída para que os jovens não se tornem alienados, é o uso da tecnologia a seu favor, resgatando por meio dela os valores que se perderam, como a cultura, a história e a importância da educação familiar. Dessa forma, percebemos que é possível unir tecnologia e valores num mesmo espaço, fazendo com que o ser humano não se perca na sua própria criação.

### **Texto 17: O desmatamento no Brasil (D17)**

É notório que o Brasil é um país rico em recursos naturais. Desde a colonização feita por europeus, sempre houve um grande abuso em relação à biodiversidade, levando várias espécies à beira da extinção, e temos como exemplo clássico o pau-brasil. Com a crescente demanda atual, será possível o país, em um futuro não muito distante, equilibrar população e natureza?

As economias emergentes do mundo são as que mais concentram abundante natureza, mas, recentemente, no Brasil, o desmatamento tem chegado a níveis alarmantes, principalmente na região amazônica. Embora o governo federal tenha criado uma série de programas eficientes em defesa do meio ambiente, os mesmos têm se mostrado ineficientes para resolver essa situação.

O aceleramento do desmatamento tem trazido mais espaço para o desenvolvimento das cidades, da monocultura, da pecuária, da mineração, e tem relação direta com as construções de usinas hidrelétricas, que temos como exemplo a de Balbina e a de Belo Monte que se apresentam como “limpos”, mas têm causado inundações consideráveis, afetando inclusive grupos sociais, a exemplo da etnia Waimiri-atroari.

Tudo isso tem causado uma série de mudanças, principalmente climáticas, que em algumas regiões se caracterizam por secas prolongadas e enchentes devastadoras. Outra consequência é a perda da fauna pelo uso indevido de produtos químicos, além de erosões causadas pela retirada de matas ciliares.

Diante do exposto, percebe-se que é preciso ter uma nova visão sobre a conservação da biodiversidade brasileira. Devem ser criadas políticas públicas que priorizem o desenvolvimento sustentável, o reflorestamento de áreas degradadas e, principalmente, a conscientização de crianças e jovens na escola e no seio familiar, para que os mesmos possam ser a esperança do amanhã.

### **Texto 18: Internet: avanço ou atraso? (D18)**

Considerada uma ótima ferramenta criada pelo homem, a rede mundial de dados trouxe consigo uma revolução na comunicação. Não se pode negar que esse recurso tecnológico tem trazido excelentes contribuições para todos os campos da ciência. Entretanto, será que dependendo do uso que fazemos dele não pode representar um atraso?

Há mais ou menos vinte anos, se comunicar com alguém distante era possível apenas por meio de cartas telegramas ou fax. Embora fossem meios considerados “inovadores” para a época, eram “arcaicos” na rapidez de comunicação. Com o avanço da meio técnico-científico e com a criação e expansão da internet, hoje é possível manter contato com pessoas de vários lugares e nacionalidades.

Por outro lado, percebemos que cada vez mais um grande número da sociedade está “viciada” nesse mecanismo de comunicação, embora para muitos a “web” seja um avanço, para outros representa um atraso social, pois trocam o mundo real pelo virtual.

Em virtude dos fatos mencionados, devemos usar essa ferramenta de forma consciente e moderada, a fim de torná-la favorável na nossa vida social.

### **Texto 19: A tecnologia e seus limites (D19)**

A tecnologia é, sem dúvida, fundamental na atualidade. De um lado, ela proporciona uma vida mais prática, mas é possível notar que o seu uso inadequado torna as pessoas “escravas” dela em muitos casos.

As facilidades que a tecnologia nos proporciona são incríveis. Permitem as comunicações a distância por via telefone, televisão, rádio e internet, coisa que até pouco tempo não era possível, além de facilitar as atividades do cotidiano, não podemos ignorar que tudo isso custa muito dinheiro.

Embora a tecnologia tenha sido criada de forma precisa para ajudar em nossas atividades, o seu uso incorreto vem tornando muitas pessoas dependentes do que ela pode oferecer. Há casos em que esses dependentes precisam se internar em clínicas de tratamento psicológico para reabilitação, ou seja, para sair do mundo virtual e voltar ao mundo real.

Diante disso, é necessário ter controle sobre a tecnologia para não ser dominado por ela, mas isso só será possível com o conhecimento e este só pode ser adquirido por meio de boas leituras que nos leva à informação. Embora sejamos conscientes de nossas ações, é preciso ter muito cuidado para que essa invenção humana chamada tecnologia não nos destrua.

### **Texto 20: Legalização do aborto no Brasil (D20)**

Atualmente, é muito comum o aborto no Brasil, embora na maioria dos casos não seja legalizado. Infelizmente, encontramos muitas clínicas clandestinas que realizam esse procedimento de forma incorreta.

Para reduzir o número de abortos clandestinos, uma saída seria legalizar essa prática. Principalmente em mulheres que engravidam de forma indesejada, pois essa seria uma maneira segura, afinal estariam nas mãos de profissionais que sabem fazer a coisa de forma correta.

Outra situação em que o aborto deve ser liberado é se a jovem foi violentada sexualmente e não tem recursos para sustentar o filho, mas essa deve ser uma decisão dela, para que depois não se arrependa de algo que não tem mais jeito.



De outra maneira, a legalização pode trazer alguns problemas, principalmente para aquelas garotas que engravidam frequentemente, significando que elas têm relações sexuais sem a proteção de preservativo.

Podemos concluir dizendo que a legalização do aborto é um assunto bastante discutido, e fica difícil para aqueles que não estão envolvidos apontarem uma saída. Nos casos de violência sexual parece que o melhor é adotar essa prática.

### **Texto 21: Trabalho infantil no Brasil (D21)**

No Brasil, em pleno século XXI, é possível ver nas ruas crianças trabalhando, embora essa seja uma prática contrária à lei porque fere os direitos da criança.

Cumprir uma jornada de trabalho, às vezes, igual ou maior que a do adulto é a realidade de muitas crianças brasileiras. Essa prática faz com que as crianças troquem os estudos e a diversão pelo trabalho, não por opção, pois elas são forçadas pelos pais a fazer o que não é adequado para elas. Outro fato mais grave é que muitas dessas crianças, pela falta de proteção, sofrem todos os tipos de violência, isto é, de “aviãozinho” para vender droga à prostituição infantil, que é tão comum no Brasil.

Embora a situação de violência contra a criança que trabalha seja frequente no Brasil, é fato que muitas crianças ajudam no trabalho de seus pais e continuam estudando, pois nesse caso, há uma melhor estrutura familiar, e os responsáveis sabem que o futuro bem sucedido de qualquer criança está na educação que ela recebe não só da família como também da escola.

Com tudo isso, o que deve ser feito é investir na educação desde a infância, para que as crianças das classes baixas do Brasil tenham os mesmos direitos de classe alta e, assim, não só o governo deve atuar como também a sociedade como um todo.

### **Texto 22: Razões para a não liberação de armas no Brasil (D22)**

A questão da liberação de armas tem atingido grande repercussão no Brasil. Todavia, liberá-las não é a solução para a criminalidade e isso pode afetar a mentalidade de muitas crianças.

Embora pesquisas mostrem que os índices de criminalidade diminuiriam nos países que liberaram as armas, no Brasil, essa decisão só aumentaria a onda de crimes. Muitas dessas pesquisas são manipuladas, e a liberação pode propiciar a criminosos a desenvolver técnicas mais perigosas e violentas para conseguirem seus objetivos.

Também é importante levar em conta o efeito de sentido que isso pode ter nas crianças. Se seus pais ou familiares tiverem uma arma, o acesso a ela pode ser mais rápido, e algumas crianças podem querer fazer como nos filmes e desenhos que assistem na televisão, causando risco tanto à vida de várias pessoas, quanto à sua própria vida.

Portanto, liberar a compra de armas não resolve a criminalidade, e pode criar mais crimes no Brasil. Não é preciso analisar pesquisas para verificarmos que os países que mais têm baixa criminalidade são aqueles que mais investem em educação, mas é preciso lembrar que o primeiro investimento é o da família, cabendo ao governo direcionar recursos para uma educação que compreenda o homem enquanto ser social, político e cultural.

### **Texto 23: Saneamento básico: questão de vida ou morte (D23)**

O saneamento básico na cidade de Manaus é precário. Mesmo que o governo amazonense diga que é possível resolver esse problema, a população admite não ver eficiência na instância municipal como intervenção contra o problema do lixo nos bairros da cidade.

Manaus está entre as cidades que mais produzem lixo e que tem o pior índice de saneamento básico do Brasil. Como é possível perceber, o lixo é jogado diariamente em igarapés e, em outros casos, descartados em ruas e avenidas, favorecendo o surgimento de pragas e doenças, o que ameaça a saúde da população local.

Por outro lado, o governo tenta resolver este problema, mas não recebe muita ajuda da população que, pela falta de bom senso, continua jogando lixo em lugares inapropriados, o que põe em risco a saúde de todos. Entretanto, numa análise mais detalhada, vemos que o governo tem uma parcela de culpa, pois em alguns bairros não há coleta de lixo, devido a isso muitas pessoas descartam seu lixo em igarapés e ruas, causando enchentes e prejudicando toda a população.

Portanto, para resolver o problema do saneamento básico na cidade de Manaus, é preciso que o governo faça melhor a intervenção nos bairros e igarapés e uma reeducação ambiental nas escolas municipais e estaduais. Ao influenciar crianças e adolescentes a fazer o certo, num futuro próximo não

teremos mais problemas com lixos descartados em lugares inapropriados, pois terão a noção de que respeitar o meio onde vivem é o primeiro passo para uma cidade saudável.

#### **Texto 24: Brasil: luta por melhorias (D24)**

Recentemente, o país se juntou em prol de melhorias para a educação, para a saúde para os direitos do trabalhador de modo geral. Esse grande movimento trouxe a esperança de que a união pode mudar os rumos do país, mas é necessário acreditar que nem todas as manifestações trazem os resultados esperados.

As manifestações brasileiras cresceram de forma inesperada. Começou com pequenos grupos, houve uma grande expansão em busca de melhorias no país. Infelizmente, devido ao desinteresse de alguns líderes, as mudanças não atingiram o nível desejado, mesmo que a mobilização tenha colocado em evidência principalmente os casos de corrupção.

Ficou claro que para mudar a situação econômica e social em que nos encontramos é preciso algo ainda mais amplo. Faltou nesse movimento o apoio da mídia que se preocupou somente em mostrar os baderneiros que, mesmo estando nas manifestações, não faziam parte do grupo de mudança, e isso de certa forma enfraqueceu o movimento que, para a visão popular ali havia apenas um grupo.

Portanto, as manifestações são apenas o primeiro passo para mudar a história de um país. Outras atitudes como o voto consciente, a participação nas decisões de associações de moradores, talvez sejam outras saídas de transformação de um país.

#### **Texto 25: Redes não-sociais (D25)**

Há, de fato, muita dificuldade entre os jovens quando o assunto é socialização, embora esta ideia pareça fácil no mundo virtual, visto que as redes sociais aproximam absurdamente pessoas realmente distantes. Todavia, quando é necessária uma conversa física entre duas ou mais pessoas, tudo parece ser mais complicado.

Embora existam meios virtuais para a aproximação, muitas pessoas encontram dentro de si uma inibição para dizer ao menos “oi”, pessoalmente, assim que alguém se aproxima e as cumprimentam. Parece-nos que à medida que se incluem no mundo virtual, afastam-se do convívio real do cotidiano, mas a maioria dos jovens não aceita que existe essa troca de valores.

Por outro lado, há também aqueles que sabem equilibrar essa desesperada vontade de estar por dentro de tudo o que acontece na mídia virtual, mesmo que o número de acesso de informação seja amplo. Quando se possui o controle, o proveito das redes sociais deixa de ser fútil, e os diálogos pessoais continuam fazendo parte das relações humanas.

Portanto, não se pode culpar a mídia pelo afastamento das pessoas, visto que cabe aos jovens a noção de controle e o bom senso de saber que para tudo há um limite, mesmo sabendo que a ideia de estar conectado a qualquer hora, independentemente da distância, é tentadora. Nada é mais caloroso do que o amigável aperto de mãos em uma primeira conversa.

#### **Texto 26: Que profissão escolher? (D26)**

Decisões, um futuro promissor, vocação, aptidão, o que é melhor para cada um de nós? Esses são questionamentos cada vez mais constantes feitos por jovens, principalmente ao final do ensino médio, embora, com certa frequência, não se transformem em vontade de vencer.

Quando pensamos que profissão seguir, nasce uma série de dúvidas. Muitas vezes, sem saber por onde ir ou o que perguntar, o jovem acaba escolhendo algo que não lhe satisfaz. Ele é geralmente guiado pela vontade dos familiares que acabam influenciando a seguir um caminho oposto ao que de fato atende o desejo do jovem na área profissional.

Ao longo da vida escolar, passamos a maior parte do tempo para decidir o que queremos. Realmente não é uma decisão fácil, mas algumas atitudes podem ajudar. O fundamental nisso tudo, é conhecer as diversas profissões existentes no mercado e suas especificações, dessa forma encontramos alguns caminhos que ajudam na escolha.

Para isso, buscar informações sobre uma profissão, não só no que diz respeito ao exercício dela, mas também como está o mercado de trabalho e se a mesma condiz com sua expectativa de realização, o campo de atuação profissional e como a mesma é inserida e aceita na sociedade, se torna fundamental.

#### **Texto 27: A futura profissão (D27)**

Na atualidade, muitos jovens ficam apreensivos ao discutir em que profissão atuar após o ensino médio. Muitas vezes há certas dúvidas ao efetuar a escolha da profissão, pois nem sempre somos bons em tudo. Estudos e mais estudos é a garantia de uma boa profissão.

No período do vestibular, muitos de nós jovens, ficamos ansiosos, preocupados ao saber que a cada decisão tomada é uma modificação no futuro. Médico? Advogado? Qual profissão seguiremos? Essas são algumas das perguntas que faz com que haja uma dedicação mais intensa aos estudos, pois se houver dedicação, no futuro teremos bons profissionais em inúmeras áreas, embora o mercado, às vezes, não ofereça vagas para todos.

A incerteza, a ansiedade, a dúvida permanece, todavia o que vale é que a cada escolha feita estamos criando consciência do que estamos escolhendo, porque se tivermos certeza do que queremos, não teremos arrependimentos futuros. Com isso, somos responsáveis por nossas próprias decisões, embora às vezes não estejam antenadas com a realidade.

Assim, cabe a cada um saber escolher, pois se houver uma dedicação, bons profissionais seremos, dignos de uma boa estrutura de vida e de elogios, o que nos levará ao auge da profissão escolhida.

### **Texto 28: Solidariedade, a chave para um futuro melhor (D28)**

A solidariedade deve estar presente no nosso dia-a-dia, uma vez que é ela quem nos ajudará a construir um futuro melhor, embora essa prática não seja mais tão frequente.

Quando se fala em solidariedade, o que pensamos logo é em dar dinheiro aos pobres, mas ser solidário não é somente isso, mas também ceder o lugar para alguém no ônibus, orientar um cego ao atravessar a rua, dar uma informação. Com isso, podemos perceber que existem mais de mil maneiras de ser solidário, e acima de tudo ser solidário é ser educado.

Na sociedade de hoje, muitas pessoas esqueceram-se desses valores e acabam sendo extremamente ignorantes e arrogantes. Um exemplo disso, é que é mais fácil recebermos um bom dia de alguma pessoa que limpa do que de um doutor, talvez esse seja nosso maior desafio.

Para a construção de um futuro melhor, é preciso que a geração de hoje ensine a de amanhã, mas isso só se tornará realidade, se ensinarmos a criança desde cedo a ter um coração solidário e a ser um cidadão melhor.

### **Texto 29: Corrupção no Brasil (D29)**

A corrupção está a cada dia ocupando espaço na política brasileira. Muitos políticos não cumprem com seus deveres e promessas, por isso a população tem a liberdade de reivindicar os seus direitos.

Os políticos que são eleitos não estão cumprindo com seus deveres, pois estão investindo na construção de shoppings e estádios de futebol, devido a copa do mundo no Brasil, ao invés de investir o dinheiro público na educação e saúde do país. Além disso, vários políticos se apropriam do dinheiro público para diversões e bem-estar próprio, não cumprindo assim com as promessas feitas à população.

Outro ponto interessante é a liberdade que a população tem para reivindicar os seus direitos através de passeatas e manifestações, embora muitos se aproveitem disso para tumultuar. É necessário fazer alguma coisa para que os líderes do país possam nos ouvir, caso contrário, seremos vistos como pessoas bobas, por confiarmos em políticos de caráter duvidoso, por falta de conhecimento sobre a vida dos mesmos.

Portanto, nós brasileiros, temos o dever de falar, se não for assim sempre seremos enganados pelos políticos que não consideram seus eleitores. O Brasil é um país que deve ser de todos, mas conseguimos perceber que a riqueza se encontra nas mãos dos políticos corruptos que sempre querem mais. Chega de corrupção no Brasil, o povo vai para a rua com a intenção de calar aqueles que só querem tirar proveito do dinheiro público.

### **Texto 30: Preocupação estética: aspecto natural do ser humano (D30)**

Para obter uma boa saúde física, a preocupação com o corpo é praticamente inevitável. É comum que as pessoas queiram se sentir bonitas, submetendo-se a exercícios físicos para ganhar massa muscular. Entretanto, muitas dessas pessoas extrapolam o bom senso consumindo ou injetando produtos duvidosos com resultados nem sempre satisfatório.

Hoje em dia, muitas pessoas, tanto homens quanto mulheres, exercem atividades físicas excessivas, e, em busca da boa aparência, ingerem produtos sem prescrição médica. Dentre esses produtos, o que mais se destaca são os anabolizantes que interrompem a produção de testosterona, provoca lesão no fígado e nos rins, entre outros. Embora o uso abusivo de produtos seja frequente, alguns indivíduos se conformam apenas com os exercícios físicos moderados, pois para eles essa atividade basta.

Outra situação são as pessoas que não têm tempo para praticar atividades físicas adequadas. Naturalmente elas buscam os meios mais fáceis para conseguir o corpo ideal, embora se desviem das consequências de um medicamento usado incorretamente. Acreditamos que um corpo bonito deve combinar com uma mente sadia e, para isso, é necessário equilíbrio por parte de quem vive em busca da beleza.

Assim sendo, sabemos que a ideia do belo é fascinante, mas é preciso que cada um tenha cuidado para não piorar o que considera feio, pois geralmente tudo em excesso é prejudicial, como temos visto em muitas reportagens.